



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

EM FRENTE AO ESPELHO, RECOMPONDO E DECOMPONDO
CACOS DE SI: INTELLECTUALIDADE E MEMÓRIA EM
GILBERTO AMADO

CAMPINA GRANDE – PB
MAIO DE 2009

Maria Claudia Cavalcante

CAMPINA GRANDE – PB
MAIO DE 2009



MARIA CLAUDIA CAVALCANTE

**EM FRENTE AO ESPELHO, RECOMPONDO E DECOMPONDO
CACOS DE SI: INTELECTUALIDADE E MEMÓRIA EM
GILBERTO AMADO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História, Área de Concentração em Cultura, Identidade e Poder, em Campina Grande, 2009.

Orientadora: Prof, Dra Regina Coelli Gomes Nascimento

CAMPINA GRANDE – PB

MAIO DE 2009

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

C376f

Cavalcante, Maria Claudia

Em frente ao espelho, recompondo e decompondo cacos de si: intelectualidade e memória em Gilberto Amado / Maria Claudia Cavalcante — Campina Grande, 2009.

126 f.

Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

Referências.

Orientadora: Profa. Dra Regina Coelli Gomes Nascimento.

1. Memória 2. Intelectual 3. Discurso I. Título.

CDU 82-94(043)

MARIA CLAUDIA CAVALCANTE

**EM FRENTE AO ESPELHO, RECOMPONDO E DECOMPONDO
CACOS DE SI: INTELECTUALIDADE E MEMÓRIA EM
GILBERTO AMADO**

Avaliado em: ____ / ____ / ____.

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Regina Coelli Gomes Nascimento – PPGH/UFCG

Orientador

Prof. Dr. Durval Muniz Albuquerque Jr – PPGH/UFRN

Examinador Externo

Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó – PPGH/UFCG

Examinador Interno

Prof. Dr. José Benjamim Montenegro –UFCG

Suplente Externo

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira – PPGH/UFCG

Suplente Interno

*Para Dona Nina, Seu Otávio,
Felipe e Gustavo e em memória de Sônia Guedes.*

O Homem Escrito

*Ainda está vivo ou
virou peça de arquivo
sua vida é papel
a fingir de jornal?*

*Dele faz-se bom uso
seu texto é confuso?
Numa velha gaveta
o esquece, a caneta?*

*Após tantos escapes
arredonda-se em lápis?
Essa indelével tinta
é para que não minta
mais do que o necessário
é uma sigla no armário?*

*Recobre-se de letras
ou são apenas tretas?
Entrará em catálogo
a custa de monólogo?*

*Terá número, barra
e borra de carimbo?
Afinal, ele é gente
ou registro pungente?*

Carlos Drummond de Andrade

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem uma força maior chamada Deus e tantas outras pessoas que tornaram possível sua produção.

Agradeço, profundamente, à minha família, base de toda a minha caminhada até o presente momento: minha mãe Maria das Dôres (Dona Nina), pai Otávio de Freitas, irmão e sobrinho Felipe Cavalcante e Gustavo Cavalcante.

Ao Programa de Pós-Graduação em História UFCG, pela confiança depositada, e ao CAPES e Pró-Reitoria de Pós-Graduação em pesquisa que com sua Bolsa permitiram tranquilidade financeira para a produção do trabalho.

À Gilmária Salviano, por ter me ajudado com a pesquisa dos livros de memórias de Gilberto Amado no Recife e Hilda Armstrong, pelo auxílio com a pesquisa nos periódicos do Rio de Janeiro.

À minha prima Suênia Guedes do Ó, que, mesmo distante nesta reta final, sempre esteve presente com seu companheirismo.

Aos demais quinze colegas da primeira turma de Mestrado do PPGH/UFCG, em especial Fernanda Karoline e Paula Rejane (pela parceria acadêmica e pessoal iniciada desde 2001, quando iniciamos a graduação em História), Isabel Castro e Sílvia Tavares. E às demais amigas: Flávia Karina, Annie Katharine, Gislaine Araújo, Fabiana Miranda, Kelly Catão e Catarina Braga. Todas estas pessoas colocaram seus ouvidos à disposição nos momentos de alegria e aflição com o presente trabalho.

À banca de qualificação, pelas contribuições apresentadas e por aceitar estar presente também na defesa do trabalho: a Alarcon Agra do Ó e Durval Muniz Albuquerque Jr., por terem despertado a paixão pela História, desde o início da graduação. E à orientadora Regina Coelli Gomes Nascimento, por ter aceitado minha queda de pára-quedas em sua vida com a empreitada de me orientar e com a qual aprendi que trabalho acadêmico é fruto de uma troca de conhecimentos em pé de igualdade.

E, é claro, às memórias de Gilberto Amado pela possibilidade de estudo.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo problematizar a construção de imagens para Gilberto Amado por meio de sua narrativa memorialista, contemplada em cinco livros de memórias. Várias faces do autor são construídas em suas memórias, em especial aquela que almeja constituir e sedimentar sua imagem enquanto intelectual. Assim, pretendemos problematizar o percurso delineado, em suas memórias, com vistas à construção do intelectual Gilberto Amado. Percurso este que vai desde a narrativa em torno de suas relações familiares, educacionais e pessoais até os posicionamentos intelectuais do autor quando político na Primeira República e atuação no governo Vargas. Procuramos problematizar as estratégias discursivas utilizadas pelo autor com o intuito de legitimar sua posição de intelectual e não cair no ostracismo. Aqui o discurso memorialístico é considerado como produtor de sentidos e como inventor de verdades. Nesta perspectiva, a linguagem não é encarada como exterior à experiência de vida de Gilberto Amado, nem tampouco como uma verdade a ser revelada, mas como uma singular invenção de si. Pretendemos, no que entendemos como ofício do historiador, desconstruir estas verdades, atuar nas fissuras das imagens que Amado queria que se solidificassem por meio de palavras.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Intelectual. Discurso.

ABSTRACT

This dissertation has as one goal presenting the construction of frames for Gilberto Amado arising from his memorialistic narrative, composed in five memory books. Peculiar portraits of the author are developed in his memories, specially the one who aims to constitute and consolidate his portrait while an intellectual person. Thus, we intend to problematize the traveled path on his memories in order to reconstruct the Gilberto Amado intellectual. This path goes from the narrative around his relative, scholar and personal relationships till the author intellectual position while politician during the First Republic period, governed by Vargas. We aim to problematize the discursive strategies used by the author with the purpose of legitimizing his intellectual position and never being in ostracism. In this study, his memorialistic narrative is considered as a sense generator and a truth inventor. Based on this perspective, the language is not seen as exterior faced Gilberto Amado's life experience, not even as a truth to be revealed, but as a singular creation of himself. We aim, as the charge of a historian, deconstruct these truths, and work out on the chinks of the frames which Amado would want them to become solid through words.

KEY WORDS: Memory. Intellectual. Discourse.

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1. “Eu tinha um compromisso para com os meus”: crime, memória e infância	20
1.1. O cenário de um crime: intrigas de um nortista na belle époque carioca	20
1.2. “Uma onça furando o mato”: memória, ciência e imprensa na construção de um “deputado criminoso”	25
1.3. Crime e memória: a escrita de uma dor	33
1.4. O casamento da República e um coronel: (re) nasce Gilberto Amado	41
Capítulo 2. Quando corpo e mente precisam saber: relatos de formação intelectual	50
2.1. História da minha e outras infâncias	50
2.2. Rupturas e desfragmentações: o internato como descoberta do mundo adulto	54
2.3. Mordendo travesseiro e despedaçando lençóis: imagens do feminino e do sexo na produção de um corpo intelectualizado	57
2.4. Recife e espelhos: a difícil arte de se ver por completo	69
2.5. Primeiros encontros com a Filosofia: Amado entre Augusto Comte e Friedrich Nietzsche	72
2.6. Entre a História e Literatura: a busca de uma verdade de si	80
Capítulo 3. Na política e “depois de política”: “prossigamos, sob a tempestade, como uma formiga”	85
3.1. Uma mãe desajuizada: imagens de um filho desapontado	85
3.2. Movimentações: conflitos e posicionamentos	91
3.3. Revolução de 30: a morte da velha mãe	98
3.4. 1932: um ano de opiniões	101
3.5. Enquanto o tempo passa, “volvamos ao nosso passadinho”	108
4. Considerações Finais	115
5. Fontes e Referências Bibliográficas	119

INTRODUÇÃO

Um crime. Cinco livros de memórias e muita história para contar. Assim, poderíamos iniciar um estudo sobre a literatura memorialista de Gilberto Amado. Ele, Gilberto de Lima Azevedo Souza Ferreira Amado de Faria, era o primeiro de quatorze filhos de Ana de Lima Azevedo de Sousa Ferreira e Melchisedech de Sousa Amado. Nasceu em Sergipe, em 7 de maio de 1887, e morreu no Rio de Janeiro, em 1969. Nosso primeiro contato com Gilberto Amado foi por meio do livro *Minha Formação no Recife*. Naquela leitura, nos chamou a atenção o fato de aquele autor dizer que não se sentia e não se apercebia ligado à gente e a imagens vivas e sim a textos, sejam eles lidos ou escritos. Segundo ele, fora dos textos sua existência esbatia-se numa tonalidade muda, num fundo surdo (AMADO, 1958, p. 106). Parafraçando Amado, podemos dizer que fora dos textos o autor perdia duas faculdades vitais: ele nem falava nem escutava.

Minha Formação no Recife, como o próprio nome indica, relata a formação de Amado na Faculdade de Direito do Recife. A leitura daquele livro nos fez pensar sobre o silêncio historiográfico em torno de Gilberto Amado e demandou a questão: “como eram formados os intelectuais que estudaram na Faculdade de Direito do Recife, instituição de tradição na formação dos intelectuais nordestinos?”. Para uma pesquisa e dissertação de Mestrado esta questão mostrou-se muito ampla, mas a leitura dos demais livros de memórias do autor propiciou-nos a descoberta de outros acontecimentos acerca da vida de Amado, além de outros *insights*.

Um destes *insights* foi ter percebido que o seu relato de formação intelectual não se restringe apenas à menção às suas leituras, mas a todo um investimento discursivo que atua na sua construção enquanto intelectual. Investimento este que não diz respeito apenas a uma disciplina mental, mas também a uma disciplina do corpo, à construção do que chamamos de um corpo intelectualizado. Por corpo intelectualizado entendemos toda uma gama de prerrogativas que é selecionada por Gilberto Amado na sua descrição enquanto intelectual, um sujeito de saber, isto é, um corpo higiênico, ascético, racional e masculino. Um corpo que nasce com a República e seus ideais civilizatórios. Um corpo de um intelectual e político necessário ao bom regimento da nação.

Um corpo de um intelectual para Gilberto Amado não era só um corpo faminto por saber. Um intelectual, para Amado, tinha que ser também um homem que carregasse consigo o que ele chama de “senso naturalístico da vida” que o indispunha com qualquer possibilidade de males do corpo e por males do corpo, o autor entende, o mau uso deste. Este mau uso do corpo corresponde, na sua narrativa, a qualquer possibilidade de desregramento dos instintos que comprometesse sua saúde física e mental. Numa palavra, a qualquer possibilidade de se desfocar das prerrogativas da razão. Toda a narrativa de formação de Gilberto Amado também é um cuidado de si, um cuidado de se construir enquanto um homem higiênico, centrado e racional.

Além disso, houve também, na escrita de suas memórias, a preocupação daquele homem se constituir como um intelectual de visão no presente. Um homem cujas opiniões não poderiam se perder no tempo e no espaço. Seu relato memorialístico é também uma constante luta contra o ostracismo intelectual e político, por mais que este enfatize que a carreira política é fruto dos sonhos do pai.

A leitura de seus demais livros de memórias propiciou a descoberta de um acontecimento crucial na vida daquele homem e, conseqüentemente, na produção de suas memórias: o assassinato do poeta Anníbal Theophílo. Em 1915, Amado dispara três tiros contra Theophílo, por conta de desavenças literárias. Tal acontecimento é um momento de ruptura na carreira daquele jovem nortista que cedo experimenta uma certa notoriedade no cenário intelectual e político do Rio de Janeiro embevecido pelos holofotes da *belle époque*. A resistência daquele autor em escrever sobre o crime sugere para nós um período de descontinuidade na vida de um homem que, desde cedo, tem sua vida devotada a conquistar o sonho do pai: ser advogado e seguir a carreira política, sacrificando em parte o seu desejo de apenas viver como escritor. Amado relega ao relato do acontecimento algumas páginas finais do seu livro *Presença na Política*. Sendo sua narrativa orientada por uma linha cronológica que parece conferir um sentido para sua existência, o relato do assassinato deveria abrir o seu quarto livro de memórias, mas Amado concede à narrativa do acontecimento algumas poucas páginas no final daquele mesmo livro, admitindo a dor e a resistência em tratar daquele assunto que lhe trouxe tantos desconfortos (AMADO, 1958, p. 328).

A série de seus livros de memórias é constituída por cinco volumes, organizados de forma linear: *História de Minha Infância* (1954), que como o próprio nome indica narra fatos relevantes para o autor relacionados à sua infância; *Minha Formação no Recife* (1958), cuja narrativa começa em 1905, quando Amado chega ao Recife para cursar a Faculdade de Direito; *Mocidade no Rio e Primeira Viagem à Europa* (1956) que versa sobre o

deslocamento de Amado do então norte para o sul, no ano de 1911, época em que a carreira política e literária deste autor ganha maior fôlego; *Presença na Política* (1958), cuja finalidade central seria narrar, como o próprio nome indica, a participação política daquele autor e, finalmente, *Depois da política* (1960), que narra sua vida em fins de sua carreira política, bem como pós Revolução de 30, quando a política da República Velha é atacada e Amado tem seu prestígio político abalado, mas ainda assim consegue ser diplomata e ministro de carreira no governo Vargas¹.

Neste sentido, não podemos perder de vista o momento de escrita e publicação de suas memórias, que vai desde o ano de 1952 até 1960, por entender que o trabalho com memórias escritas requer sempre o olhar para seu ano de produção, tendo em vista que ao escrevê-las os autores são impulsionados por uma determinada problemática que emerge no presente. Os anos de produção de suas memórias são considerados anos-chave, em que o autor busca, ao voltar-se ao passado, conceder um lugar para si no momento de sua produção memorialista. Nesta perspectiva, o olhar para o passado é sempre ressignificado pelo tempo de escrita de suas memórias, por isso sempre que possível voltamos o olhar para a década de 1950, pois praticamente, em cada ano desta década, Amado escrevia ou publicava uma de suas memórias.

Não podemos nos esquecer que Amado só é eleito para ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras em 1963. O autor já havia tentando angariar um lugar em meio aos “imortais” em 1914, um ano antes do assassinato do poeta Anníbal Theophílo, mas, naquele momento, Amado perde a eleição por um voto (AMADO, 1958, p. 328). Ou seja, quase sessenta anos depois do homicídio de Anníbal Theophílo e já perto de sua morte em 1969, Amado consegue o reconhecimento da Academia àquilo que constituía um de seus maiores sonhos: a produção de sua obra literária. Mais uma vez, pode-se sugerir que o assassinato de Anníbal Theophílo, em 1915, custou caro à reputação do intelectual, literato e político Gilberto Amado.

Enquanto Amado escreve suas memórias e segue sua carreira diplomática, tendo que esperar quase uma vida inteira para ser homenageado pela ABL, seu primo Jorge Amado, vinte e cinco anos mais novo, consegue entrar para a Academia, em 1961, aos quarenta e nove anos de idade. A literatura de Jorge Amado desponta em 1931, ano de primeira publicação de *O País do Carnaval*. Em 1951, Jorge Amado publica *O mundo da paz* e recebe o prêmio

¹ Os anos de publicações dos livros não correspondem aos anos de escrita dos mesmos. Geralmente, os livros foram publicados um ano depois de sua escrita. *História da Minha infância* foi escrito entre os anos de 1952 e 1953, *Minha Formação no Recife*, em 1954. *Mocidade no Rio e Primeira Viagem à Europa*, em 1955. *Presença na Política* entre os anos de 1956 e 1957 e *Depois da Política* entre os anos de 1958 e 1959.

Lênin da Paz, em Moscou. Em 1958, o autor publica, pela primeira vez, *Gabriela, Cravo e Canela*. E em 1959, o primo mais novo de Amado é homenageado com vários prêmios no Brasil².

Interessante notar a total ausência de referências a Jorge Amado nas memórias de seu primo mais velho. Este silêncio pode ser interpretado como a maneira encontrada por Gilberto para dar visibilidade a sua importância enquanto intelectual, representante mais velho dos Amados, o qual pela sua contribuição não poderia ser esquecido do cenário intelectual da época, em detrimento de seu primo que, em poucos anos, conquistou o reconhecimento daquilo que exercia grande fascínio em Gilberto Amado: a carreira literária. As memórias de Amado são, em grande medida, a reivindicação do reconhecimento de um lugar para este outro Amado que o tempo tendia a relegar ao esquecimento.

De acordo com Sérgio Miceli (1979), autores que como Gilberto Amado investiram na escrita de inúmeros volumes de memórias exigiam dos leitores uma disposição semelhante àquela que preside ao consumo dos romances em folhetim. Em geral, estes autores escrevem suas memórias para firmar uma posição de prestígio que não estavam seguros de haverem logrado (MICELI, 1979, p. 24-25).

A observação de Miceli pareceu-nos procedente, quando nos deparamos com a afirmação de Gilberto Freyre de que, já velho, Amado queixava-se de que seus livros de memórias não fossem reeditados regularmente pela editora José Olympio. Para Freyre, as grandes editoras quando cresciam muito tendiam a “matar como indivíduo não só os grandes editores como também os grandes editados”. O que significa que não editar as obras de “grandes escritores”, como era Amado para Freyre, era instituir a morte do sergipano (FREYRE, 1964)³. Gilberto Amado, sem suas obras reeditadas e, portanto, sem suas palavras ditas e repetidas ao longo das gerações, considerava-se, provavelmente, um homem morto, pois, tanto ele quanto Freyre tinham a noção de que as palavras eram o que lhes davam substância. As palavras eram o que davam corpo e sentido àquele sexagenário que reclamava a não reedição de suas memórias pela editora José Olympio⁴.

² Só em 1959, Jorge Amado recebe no Brasil os seguintes prêmios: Prêmio Nacional de Romance do Instituto Nacional do Livro; Prêmio Paula Brito; Prêmio Carmen Dolores Barbosa (1959), dentre outros. Site pesquisado: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jorge_Amado#Academia_Brasileira_de_Letras.

³ Texto encontrado no site da Biblioteca Virtual Gilberto Freyre, extraído da Revista Brasileira de Cultura. Rio de Janeiro. a. 1, nº. 2, 1964, p 131-139.

⁴ Segundo Miceli (1979), a editora José Olympio era aliada de instituições que detinham o poder intelectual (Academia Brasileira de Letras) e o poder político, por isso inúmeros escritores que ocupavam postos de relevo nos conselhos, institutos e outras instâncias do governo central tinha seus livros editados pela José Olympio.

Percorrendo a leitura e os próprios títulos dos livros de memórias de Gilberto Amado, percebemos que são escolhidos pelo autor alguns marcos que nos indicam o que era importante para o autor lembrar, dentre os quais dois em especial: a sua formação e a sua presença na política. Acrescentamos a estes dois, à discussão aqui empreendida, um terceiro marco que constitui a principal lacuna deixada por Gilberto Amado: o episódio do assassinato de Annibal Theophílo.

Tendo em vista tais constatações, o objetivo desta dissertação é problematizar como Amado constrói as faces que ele pretendeu mostrar àqueles que o lêem. Quais ângulos ele escolhe para serem mostrados no espelho, uma vez que a escrita memorialista é, segundo Philippe Artières (1997), uma forma de se ver frente ao espelho, sendo que o autor não gostava de ver sua imagem refletida naquele objeto? (AMADO, 1958, p. 4-7). Como Amado apresenta-se enquanto criminoso, intelectual e ainda político? Por que a imagem do intelectual percorre não só o seu relato de formação, mas também a sua narrativa enquanto homem que cometeu um crime e enquanto um homem de política? Enfim, como se dá a construção e desconstrução de Gilberto Amado como intelectual na sua escrita memorialística?

Interessa-nos aqui problematizar as teias discursivas que deram visibilidade a Gilberto Amado enquanto um intelectual, procurando, justamente, atuar nas suas fissuras, rachar solidificações que permitam vislumbrar a dispersão do homem Gilberto Amado.

Operando na contramão das memórias de Amado, as narrativas que deram visibilidade e dizibilidade àquele homem não são tidas aqui apenas como produto de um sujeito que pensa, que conhece e que o diz ou, nas palavras de Michel Foucault, um sujeito transcendental ou uma subjetividade psicológica, e sim apontam para a dispersão desse sujeito, a descontinuidade em relação a si mesmo. Neste sentido, a literatura memorialista de Gilberto Amado não opera na dicotomia entre aparência e essência. Não pretendemos “passar do texto ao pensamento, do exterior ao interior, da multiplicidade superficial à unidade profunda”, em busca de uma verdade sobre Amado e sim cortar a espessura, o tecido que reveste Amado como um intelectual que não deveria ser esquecido do cenário social brasileiro (FOUCAULT, 2007, p. 85).

Nesta perspectiva, o diálogo teórico-metodológico aqui indicado fala do lugar de uma história cultural comprometida com uma história da construção do significado. Entendemos, pois, que ao lançarem mão dos modos de significação, homens e mulheres inventam-se e dão indícios das circunstâncias de possibilidade de seus discursos e, portanto, de suas vidas (AGRA DO Ó, 2008, p. 18-22).

Neste sentido, o discurso é aqui entendido segundo a noção de Eni Puccinelli Orlandi (1994), que o concebe como efeito de sentido, como construção de sujeitos e produção dos sentidos que lhe dão uma face. Assim, aqui, a linguagem não é encarada como uma exterioridade do sujeito, ou como algo que reflita uma dada essência, como assim o queria Amado, mas como aquilo que delinea sua própria forma e que por isso pode ser desfigurado, tendo em vista que todo discurso remete a outro discurso que impossibilita que apenas uma fala se institua e se concretize enquanto tal. Sendo assim, esta dissertação pretende ser esta outra fala. Desfigurar as teias discursivas que parecem conferir-lhe substância. Ofertar outra máscara a Amado diferente daquela que ele construiu para si.

Assim, o *corpus* documental aqui privilegiado é, justamente, aquilo que Amado acreditara dar sentido à sua existência: a sua literatura memorialista que aqui é entendida como prática que presta sentido ao viver daquele sujeito que fala. Uma prática que inventa o objeto aqui estudado, isto é, o conjunto de falas pronunciadas por Amado que dão visibilidade a sua formação e atuação como intelectual. As fontes são, neste sentido, concebidas como acontecimentos discursivos, maquinarias de produção de sentido e significação.

Encarar a literatura memorialista como acontecimento discursivo significa despojar o acontecimento de toda e qualquer referência a uma origem supostamente determinável ou a qualquer instrumento de causalidade entre as palavras e as coisas. O discurso, nesta perspectiva, não busca um suposto significado original, e sim instaura a interpretação. Entender o discurso como acontecimento é entender que ele funda a interpretação, constrói uma verdade, dá rosto às coisas. Por este motivo, o discurso é objeto de disputa de poder (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 108).

Neste sentido, o trabalho do historiador é rachar estas memórias que têm a pretensão de sedimentar um dado acontecimento, de construir determinadas identidades. “O procedimento do historiador é fazer os objetos e sujeitos consagrados chegar a traste, ter o valor de coisas emprestáveis, para que se tornem dizíveis e visíveis de uma outra forma” (ALBUQUERQUE JR., 2006b, p. 9). Esta dissertação se propõe a isto: oferecer uma outra máscara a Amado para que ele possa produzir novos papéis e lançar-se a novas interpretações, ver-se e dizer-se de outras formas.

A literatura memorialista também é uma fonte de fundamental importância, pois foi para este gênero literário que intelectuais e ex-políticos como Amado recorreram como forma de não caírem no ostracismo intelectual, segundo Miceli (1979). Além disto, segundo este autor, os gêneros confessionais permitem que os estudos sobre os intelectuais e aquilo que o autor chama de classe dirigente do Brasil, sejam analisados para além das representações que

estes intelectuais constroem para si. No lugar de tais fontes serem interpretadas como prova de um argumento explicativo, os materiais biográficos são partes integrais do repertório de imagens com que o grupo ou indivíduo veicula e gera sua identidade. Neste sentido, é privilegiado na análise de Miceli o perfil familiar, afetivo, educacional e profissional de intelectuais modernistas e pré-modernistas no Brasil (MICELI, 1979). Em vez de serem encaradas apenas como repositório de informações a respeito dos escritores, as fontes biográficas foram apreciadas umas em relação às outras “como gestos de uma prática social significativa e, por conseguinte, guardando as marcas existenciais de seus autores...”. Nesta perspectiva, as fontes foram trabalhadas como materiais expressivos, oferecendo, desta maneira, a restituição cifrada das condições mais gerais de produção e operação do campo intelectual no país (MICELI, 2001, p. 374).

Tal perspectiva é de grande valia para o presente estudo, tendo em vista que a finalidade de se construir como intelectual, nas memórias de Amado, não se encontra presente apenas no relato de sua formação e posicionamentos intelectuais, mas relaciona-se a todo um feixe de relações que abrange desde os relacionamentos familiares, pessoais, educacionais e até mesmo as formas pelas quais Amado descreve a relação com seu corpo. Os trabalhos de Miceli (1979, 2001) possibilitam que os relatos acerca de seu convívio pessoal sejam concebidos como um capital de relações que permitem que Amado se diga e se veja de tal forma, desconstruindo assim a pretensa naturalidade que sua intelectualidade adquire na narrativa de suas memórias.

Além disto, Amado, provavelmente, escolheu a escrita das memórias para relatar a sua formação e a sua atuação como intelectual, por este ser um gênero literário moderno por excelência. Segundo Belo e Maciel, a literatura íntima só começa a tomar consistência, enquanto gênero a partir do estabelecimento da sociedade burguesa e da difusão da noção de indivíduo, isto é, quando no Ocidente, o homem adquire a convicção histórica de sua existência. O apogeu da literatura confessional deu-se no século XX. “Durante o século XX toda gama de literatura íntima e, sobretudo, os diários íntimos tornou-se produto de consumo e passou a ser digerida por uma grande massa de leitores interessados no secreto.” (BELO; MACIEL, 2004, p.75-91).

Nesta perspectiva, as memórias passam a ser encaradas como uma forma de os indivíduos pensarem suas próprias subjetividades num mundo que não é mais governado pela providência divina e onde a Ciência parece falhar em muitos dos seus prognósticos. Segundo Peter Gay (1998), o gosto pelos gêneros confessionais que emerge desde o século XVIII é indício de uma valorização da privacidade. Data desta época, então, a curiosidade de saber da

vida do outro que também é uma forma de reconhecimento do si no outro, revelando o desejo de compartilhar angústias e também o desejo de se construir identidades, maneiras de se dizer por meio da linguagem (GAY, 1998, p. 23-24).

Sendo uma literatura gestada na modernidade e possuindo seu apogeu no século XX, nada mais sugestivo para Amado escolher a narrativa memorialista como meio de constituição de imagens para si. Visando construir sua imagem enquanto um homem racional, formado à luz do conhecimento filosófico do século XIX, é compreensível que Amado opte por registrar suas lembranças por meio deste gênero em que o homem toma consciência de sua existência.

No que tange aos seus relatos de leituras na época de sua formação no Recife, é importante a noção de apropriação cultural, nos termos de Roger Chartier, a qual diz respeito aos usos e sentidos que os leitores fazem no seu ato de leitura. Ler um texto ou até mesmo ler o mundo que os circunda é sempre um processo de apropriação, no qual os leitores recortam de seus textos aquilo que é interessante na composição de seu mosaico. A noção de apropriação revela toda singularidade no ato de leitura, atuando assim na desconstrução de pretensas verdades pré-concebidas veiculadas pelos textos (CHARTIER, 1990, p. 24-28).

E aqui também podemos acrescentar a idéia, explorada por Michel Foucault, de que a narrativa das leituras de Amado opera uma singular invenção de si que combina “a autoridade tradicional da coisa já dita com a singularidade que a verdade que nela se afirma e a particularidade das circunstâncias que determinam seu uso” (FOUCAULT, 1992, p. 141). Assim, a noção de apropriação cultural permite-nos problematizar como os relatos de leituras de Gilberto Amado produzem uma invenção de si suscitada pelos seus atos de leituras, bem como por aquilo que ele destaca, em suas memórias, como importante em sua formação, seja pela aceitação ou pela rejeição de determinadas leituras, permitindo a problematização das imagens que Amado almeja construir ao destacar, as leituras que fizeram parte de sua formação.

Da organização do texto

Optamos por começar narrando o homicídio cometido por Gilberto Amado contra o poeta Annibal Theophílo com a pretensão de iniciar o texto (esta outra máscara que é ofertada a Amado), justamente, com um momento de ruptura na vida daquele autor. Um momento em

que a imagem de intelectual racional é rachada. Um momento que, como vimos, o autor não queria narrar em todo seu conjunto de livros de memórias. Sendo assim, elegemos como momento de descontinuidade na narrativa memorialista de Amado o assassinato do poeta Anníbal Theophílo. É exatamente com o acontecimento que o autor não gostaria de ter como capítulo de sua história e que sugere a porção irracional daquele homem que tenta a todo custo se construir enquanto um homem de razão e um corpo intelectualizado, que elegemos como ponto de partida para nossa discussão, uma vez que o fato que causou tanta dor àquele homem parece sugerir as fissuras da imagem que Amado constrói para si ao longo de seus cinco livros: a de um intelectual nato, apaixonado pelo saber em suas diversas formas, um homem, acima de tudo forte que parece carregar consigo uma espécie de mola na têmpora que o tornava impermeável a dor (AMADO, 1958, p. 236).

Neste sentido, se escrever memórias é um ato de se colocar em frente ao espelho, como enfatiza Artières (1997), o tiro disparado contra Anníbal Theophílo é entendido, nesta perspectiva, como metáfora do estilhaço de uma imagem. E sua escrita trabalha na recomposição destes cacos de si ao enfatizar a sua importância enquanto intelectual, enquanto homem de saber e de razão que não poderia ser esquecido, mesmo tendo cometido um ato de desrazão. Um homem que teve que esperar sessenta anos para conseguir um lugar na Academia Brasileira de Letras e que, a todo tempo, busca justificar em suas memórias seu mérito a tal posto. Começamos, então, o texto com uma leitura retrospectiva das memórias de Amado.

A problematização do assassinato demandou uma pesquisa feita nos jornais do Rio de Janeiro que teve como finalidade subsidiar a discussão em torno da recepção do acontecimento na imprensa e na sociedade carioca. Foram pesquisados três jornais (*O Jornal do Commercio*, *O Paíz* e *O Século*) e a revista *O Malho*. O critério de escolha desses jornais variou de acordo com algumas particularidades. *O Jornal do Commercio* por ter sido palco do assassinato; *O Paíz*, pelo fato de Amado ter atuado neste jornal como jornalista, por isso o desejo de perceber como aquele periódico tinha tratado o caso; e o jornal *O Século* e a revista *O Malho* por terem atuado abertamente na acusação de Amado como criminoso. Utilizamos os jornais de 20 de junho de 1915 a 29 do mesmo mês e ano por se tratar do período de maior especulação em torno do caso. Uma dificuldade encontrada foi quanto à revista *O Malho*, devido ao mau estado de conservação, foram encontradas páginas saltadas e até mesmo esfaceladas que impediram a reprodução daquela fonte de estudo.

Procuramos problematizar por meio desses jornais a “explosão discursiva” (ALBUQUERQUE JR., 2006, p. 2) em torno do caso Amado. Assim, começamos o texto com

a face criminosa de Amado, procurando atentar como o autor foi construído como criminoso pelos jornais pesquisados e como ele procura reconstruir seus cacos por meio de sua escrita de si, buscando reconfigurá-lo como um homem de razão que, desde a infância, entra em contato com os valores republicanos nas discussões políticas que tinha acesso na loja de seu pai. Neste capítulo, procuramos abordar como a memorialística de Amado o constrói como filho da união de seu pai e a emergente república que aqui é pensada como metáfora do feminino. Ao construir sua imagem enquanto fruto do casamento entre seu pai e a república, Amado procura recompor sua imagem de intelectual e político, destacando o quanto aquele homem, criado e formado, desde cedo, em meio às discussões em torno da república na loja do pai era um intelectual que não poderia ser esquecido por ter cometido apenas um ato de desrazão.

O segundo capítulo procura problematizar os relatos de formação de Amado que, como veremos, e já foi de antemão mencionado, não compreende apenas a narrativa sobre as leituras de Amado, na época de estudante de direito no Recife, mas também o relato de todo um cabedal de relações pessoais, destacadas nos livros *História da Minha Infância e Minha Formação no Recife*, que procura construir um perfil para a formação intelectual daquele autor. Aqui a metáfora do feminino é, mais uma vez, explorada, procurando problematizar como Amado a utiliza em favor da manipulação de sua imagem de letrado.

O terceiro e último capítulo compreende a problematização dos relatos presentes nos livros *Presença na Política e Depois da Política*, procurando discutir como o autor rebela-se contra a sua velha mãe republicana e constrói sua imagem enquanto intelectual e político que atuou e mereceu um lugar no colo da sua “nova” mãe, isto é, na “nova” república.

CAPÍTULO I

“Eu tinha um compromisso para com os meus”: crime, memória e infância

1.1- O cenário de um crime: intrigas de um nortista na *belle époque* carioca

Sábado, 19 de junho de 1915. Na inauguração da Sociedade Brasileira de Letras, uma ofensa entre escritores acaba na morte do poeta Anníbal Theophílo. O desfecho do acontecimento deu-se a partir do momento em que o deputado Gilberto Amado é insultado por Anníbal, ao cumprimentá-lo. O então secretário do Teatro Municipal do Rio de Janeiro dispara o seguinte desacato ao deputado sergipano: “*Eu não o cumprimentei, e sim a uma senhora*”⁵.

As ameaças de ataque de Anníbal se deram em decorrência das constantes desavenças pessoais entre ambos, provavelmente, remanescentes de atritos intelectuais. O próprio Amado sugere que os ataques do secretário do Teatro Municipal a sua pessoa eram frutos das críticas literárias que o deputado tecia contra a literatura produzida pelos amigos de Theophílo, em especial aquela praticada por Coelho Neto⁶ em seu livro *Relíquias*, ao qual Amado diz ter pronunciado apenas elogios irreverentes.

Segundo Amado, sempre que se cruzavam Anníbal, “homem atlético, de alta estatura, conhecido desde a mocidade pelo vigor físico”, (AMADO, 1958, p. 336) o ameaçava com “puxões de orelha” em seus encontros nos bondes e nas ruas. Como odiara Amado a expressão “*puxar-lhes as orelhas*”, como se estivesse tratando “de um pelintra que devesse ser exemplado” (AMADO, 1958, p. 340). Mas as ameaças ao autor persistiam causando “horror que começou a pairar na alma do rapazinho que [ele] era, um menino, intelectualmente, superdesenvolvido, sensibilíssimo, mas de uma animalidade febril”. (AMADO, 1958, p. 332).

⁵ Consultar o Jornal O Paíz – Rio de Janeiro – RJ 20/06/1915, p. 01.

⁶ De acordo com Nicolau Sevcenko (2003), Coelho Neto realizou uma carreira literária sem paralelos na história das letras nacionais, ao menos quanto a volume. Só em 1898, conseguiu editar onze livros e ainda, em 1924, aos sessenta anos de idade, publicou mais nove. Para Sevcenko, Coelho Neto fazia parte do grupo dos “vencedores”, o filão letrado que solda aos grupos arrivistas da sociedade e da política, produzindo uma literatura ao estilo impessoal e anódino da *Belle Époque*. O segredo de seu sucesso estava, exatamente, em atender o gosto da burguesia carioca, “daí suas temáticas sedições e sua linguagem aparatosa repontada de retórica” (SEVCENKO, 2003, p. 132).

Não era a primeira vez que Amado tentara cumprimentar o “malogrado poeta”⁷, sendo sempre tratado com desprezo. Certa vez, em um encontro com Anníbal, na redação de *O Careta*, Amado conta que ao tentar cumprimentá-lo é recebido com as seguintes palavras: “Saia, se não lhe cuspo a cara. Você comigo não se mete! A academia não quer dentro dela covardes e bandidos”⁸. Amado diz ter saído envergonhado, onde o fato foi presenciado pelos senhores Leal de Sousa, Bilac Guimarães e o proprietário de *O Careta*, o Sr. Jorge Schimidt. Em outra situação, quando Amado esperava o bonde na galeria Cruzeiro, o então secretário do Teatro Municipal, mais uma vez, insulta o deputado sergipano, dizendo-lhe que iria à Câmara “quebrar-lhe a cara para mais humilhá-lo...”⁹. Procurados para depor sobre o caso, os senhores Schimidt e Olavo Bilac atestaram que o fato não foi bem assim, teria Anníbal apenas recusado o cumprimento, sem ter faltado com respeito para com Amado¹⁰. O Senhor Leal de Souza ainda acrescenta o fato de o deputado querer “à força angariar sympatias e, neste sentido, faz referências a factos ocorridos na sua presença com acusado, citando os nomes das pessoas as quaes elles ocorreram”¹¹.

Interessante a acusação do poeta Anníbal Theophílo de que a Academia Brasileira de Letras não queria dentro dela covardes e bandidos, uma vez que Amado já havia protagonizado cenas de violência quando disparou tiros contra outros escritores anos antes do assassinato de Theophílo (AMADO, 1958, p. 6) e tendo em vista também o fato de a criação da Academia Brasileira de Letras em 1897 representar, em grande medida, uma nova forma de os escritores encararem a Literatura. Se a geração de 1870 estava preocupada com a regeneração nacional nos moldes de Sílvio Romero, em fins do século XIX, emerge uma preocupação estética com as Letras e uma certa autonomia do saber literário em relação aos moldes cientificistas que permearam a literatura de Sílvio Romero (VENTURA, 1991), mestre de Gilberto Amado no seu tempo de estudante de Direito no Recife (AMADO, 1958a).

Neste sentido, a iniciativa de criação da Academia partiu do grupo que se reunia na Revista Brasileira, da qual José Veríssimo era diretor. “A Academia se tornou um salão de bom gosto, reunião de escritores com hábitos sóbrios” (VENTURA, 1991, p. 103) que, provavelmente, não podia incluir políticos que saíam disparando tiros contra um colega de letras como fizera Amado.

⁷ Expressão usada pelos jornais pesquisados da época ao se referirem a Anníbal Theophílo.

⁸ Consultar o Jornal O Paíz – Rio de Janeiro –RJ 20/06/1915, p. 02.

⁹ Idem.

¹⁰ Dentre os jornais pesquisados da época, O Jornal do Comércio e O Paíz trazem referências ao acompanhamento do inquérito do crime, sendo a maioria destas informações presentes nos dois jornais.

¹¹ Consultar o Jornal O Paíz – Rio de Janeiro –RJ 22/06/1915, p. 02.

O crime ocorre em pleno Rio de Janeiro do início do século XX, na Avenida Rio Branco, esquina com a Ouvidor que, juntamente com as confeitarias, abrigavam escritores que em clima de boêmia discutiam sobre literatura, política etc, por isso não é de se estranhar a curiosidade popular em torno do caso, dado que o autor do crime se tratava de um político que, ainda jovem, já desfrutava de certo renome na capital, não somente por sua atuação na política, como também por sua visibilidade no cenário literário. Naquele Rio de Janeiro que vivia o ápice da chamada *belle époque*, a tônica era copiar os modelos franceses em tudo: na urbanização, na modernização das ruas e nos costumes, na moda e na literatura. A moda francesa ultrapassara o corpo das pessoas e chegara também a ser um modelo para a formação cultural de uma boa parte dos letrados da época¹².

(...) os navios europeus, principalmente franceses, não traziam apenas os figurinos, o mobiliário e as roupas, mas também as notícias sobre as peças e os livros mais em voga, as escolas filosóficas predominantes, o comportamento, o lazer, as estéticas e até as doenças, tudo enfim que fosse consumível por uma sociedade altamente urbanizada e sedenta de modelos de prestígio (SEVCENKO, 2003, p. 51).

O assassinato de Anníbal Theophílo ocorre no salão do Jornal do Commercio, palco da inauguração da Sociedade dos Homens de Letras. A Sociedade era uma tentativa de reproduzir a *Société des Gens de Lettres*, fundada em Paris com o objetivo de defender os direitos autorais dos escritores. Constituíam-se numa reação contra a Academia Brasileira de Letras, acusada de permitir o ingresso não pela expressão que se tinha na literatura, mas pela projeção social – os chamados expoentes (LEE, 2006). O desfecho daquele dia de festa para os homens de letras na época não podia ter sido mais irônico, uma vez que terminou com o

extermínio de um intelectual pelo outro no vestibulo iluminado do edificio onde tão promissora empreza se iniciára, cheio ainda do rumor e da graça das senhoras que foram levar o encanto feminino ao torneio (?) de arte. Triste fecho esse de uma hora literária por um inesquecível segundo de sangue e de desolação!¹³

A contenda entre escritores que acabou com a morte de Anníbal Theophílo foi alvo privilegiado daquela imprensa sedenta por notícias. Uma imprensa, em grande parte, constituída por homens de letras que experimentam a banalização de estilo em suas escritas, fazendo uma literatura também cosmopolita, em que somem os clichês do amor romântico e emergem a preocupação com rimas e formas (SEVCENKO, 2003, p. 122).

¹² Consultar o Jornal O Paiz – Rio de Janeiro –RJ 20/06/1915, p. 02.

¹³ Idem, p. 01.

Numa notícia de impacto como daquele crime entre homens que desfrutavam de notoriedade no cenário carioca, a própria imprensa participa como júri e, muitas vezes, testemunha de acusação. Segundo Sevcenko, os jornalistas chegaram a desafiar a própria Igreja na disputa pelo controle das consciências. A literatura deixa de ser atributo de aristocratas de gostos refinados e se torna um meio de se conquistar *status* que conferia a garantia de uma existência segura com poucos recursos ou até mesmo um meio de angariar cargos políticos (SEVCENKO, 2003, p. 129), como parecia ser o caso de Amado, segundo alguns periódicos da época

(...) ninguém no Rio-literário, político, mundano ou não – desconhecia o caráter baixo, a pequenez moral e os processos ignóbeis usados pelo criminoso, visando tão só galgar uma posição *commoda*, e decorativa sobretudo para facilmente viver a vida...¹⁴

A declaração acima foi feita pela revista *O Malho*, propriedade do deputado Luís Bartolomeu de Sousa e Silva. Anos antes, Lindolfo Collor, sogro de Luís Bartolomeu, foi tomar satisfações de críticas literárias que o sergipano lhe fizera, atacando Amado a bengaladas, “ao que o escritor sergipano respondeu com vários tiros para o alto colocando Lindolfo para correr” (LEE, 2006, p. 158). E é o próprio Amado que fala sobre a sua faculdade de revide: “minha faculdade de reagir tinha sido já demonstrada anos antes em revide a dois literatos que me agrediram ao mesmo tempo um pelas costas outro pela frente...” (AMADO, 1958, p. 6).

É neste cenário que mistura tragédia e comédia no Rio de Janeiro ovacionado pelos holofotes da *belle époque*, com suas modas, seu processo de modernização dos costumes e espaços, suas intrigas políticas e literárias que, como aquelas de Anníbal e Amado, mancharam com um ato de “selvageria” o mundo literário daquela sociedade que almejava, acima de tudo, ser uma civilização moderna, que começamos uma outra narrativa de Amado, nortista que sai do Sergipe e ainda moço parece abalar os brios de boa parte da intelectualidade brasileira que, na época, encontrava-se presente no Rio de Janeiro.

Gilberto Amado repudiava grande parte dos escritores daquele início de século e exibía opiniões que eram intoleráveis a muitos. Mesmo tendo sido acolhido por Coelho Neto nas rodas literárias que freqüentemente aconteciam em sua casa, conta-se que, depois de certo

¹⁴ Consultar a Revista *O Malho* – Rio de Janeiro –RJ, junho de 1915.

tempo, ao sair dali, Amado reunia-se a outros grupos e tecia sérias críticas ao grupo que freqüentava aquelas reuniões (LEE, 2006, p. 176).

É o próprio autor que nos dá indícios de suas posturas um tanto quanto desafortadas e frias no mundo literário daquela época, quando ao iniciar o volume *Mocidade no Rio e Primeira Viagem à Europa* destaca a sua franqueza até mesmo àqueles que o tratavam com estima em momentos dos quais Amado precisou destes. O autor relata um caso de um literato que o tratara com carinho, quando ele esteve doente. Segundo ele, seu colega chegara até mesmo a dar banhos, quando o sergipano estava com febres e mesmo assim Amado confessa ter praticado uma ingratidão atroz. “Teria feito por ele tudo que me pedisse no quadro dos favores possíveis. Mas gostar dos seus poemas – isso realmente eu não podia”. Amado não temia “ferir a suscetibilidade da gens irritável por excelência – a literária” (AMADO, 1956, p. 49).

Minha falta de *savoir-faire* era total. Dei rata sôbre rata. Incapaz de negociar meu julgamento na Bôlsa do elogio mútuo magoei a quem não queria magoar. Caminhava no plano do absoluto, exagerado e cego, não via os perigos a que me expunha. Os despenhadeiros que me debruçava. Na minha falta absoluta de cabotismo – não me sentia bem com a comédia que muitos dos literatos representavam, chamando-se ‘irmãos’, beijando-se na face, abraçando-se entre lágrimas (AMADO, 1956, p. 49).

Amado parece já aí prever como a sua falta de *savoir-faire* iria lhe causar sérios desconfortos anos seguintes. O fato de o autor não comungar com as sociabilidades que envolviam o fazer literário de boa parte dos letrados da época contribui para indisposição com literatos renomados como é o caso de Coelho Neto de quem o amigo Anníbal Theophílo tomara as dores, acabando por ser vítima do ímpeto impulsivo de Gilberto Amado.

Delineadas as circunstâncias e o cenário de um crime que abalou a sociedade carioca da época, partiremos, agora, para a problematização de Amado em meio à produção discursiva em torno do assassinato e sua repercussão na sua escrita memorialista em constante diálogo com a historiografia produzida em torno da escrita de si e do estudo sobre memórias. Elegemos, como já foi mencionado, o assassinato do poeta Anníbal Theophílo como ponto de descontinuidade na vida daquele homem. O tiro disparado contra Theophílo é aqui tratado como metáfora do estilhaço das imagens construídas por Amado quando ele se coloca em frente ao espelho e inicia o itinerário de composição de si através de sua escrita. Aqui compartilhamos da idéia de Phillippe Artières (1997), segundo a qual escrever sobre si é um ato de arquivar a vida, de se ver diante do espelho e confeccionar máscaras para entrar em cena.

A partir da problematização do assassinato, pretendo percorrer ao longo da dissertação o trabalho de reconstituição de sua imagem estilhaçada. Se escrever sobre si é colocar-se em frente ao espelho, a escrita de Amado trabalha nessa tentativa de recompor seus cacos. E a saída encontrada pelo autor é se afirmar como um homem de intelecto, formado à luz da razão, o que, provavelmente, na sua percepção redimiria sua imagem do estigma de criminoso e o defenderia da possibilidade de se cair no ostracismo. Mas por enquanto ficamos com seus cacos, como sua imagem estilhaçada...

1.2- “Uma onça furando o mato”: memória, ciência e imprensa na construção de um “deputado criminoso”¹⁵

A semana posterior ao dia 19 de junho de 1915 foi de grande movimentação na imprensa, que enfatizou a agitação popular em torno do caso Amado. Afinal, tratava-se de um deputado que tinha cometido um homicídio de um poeta relacionado com a fina flor da intelectualidade carioca. Figuraram na missa de sétimo dia de Annibal figuras como: Olavo Bilac, Coelho Neto e Rui Barbosa¹⁶.

O Jornal *O Século* foi um dos que parcialmente atacou Amado. Diferentemente dos outros periódicos como *O Paiz* e o *Jornal do Commercio*, *O Século* não se ocupou em entrar nos pormenores do crime. A acusação foi feita de maneira clara: “As referências que *o Século* pode fazer em torno do caso, somente podem ser desfavoráveis em torno do assassino, porque nada, absolutamente nada, justifica seu gesto”¹⁷. Para o colunista, não restava dúvidas pelo próprio depoimento de Amado, de que o crime contra Annibal tinha sido algo premeditado pelo deputado, uma vez que Amado só havia tolerado as ofensas do poeta sul-rio-grandense, enquanto não ocupava posição privilegiada. Bastou ser eleito para cometer o delito, acreditando na segurança que seu cargo lhe conferia. Segundo a reportagem, Amado como bom advogado que era, soube articular muito bem toda a sua retórica de defesa, enfatizando a ocorrência de humilhações que, de acordo com os depoimentos, não existiram¹⁸.

Mas nenhum periódico atuou com maior veemência na acusação a Amado do que a Revista *O Malho*. É dedicada ao crime uma página inteira em que se faz um histórico da

¹⁵ Expressão usada pelo jornal *O Paiz* ao se referir a Amado.

¹⁶ Consultar o Jornal *O Século* – Rio de Janeiro – RJ 26/06/1915, p. 02.

¹⁷ Consultar o Jornal *O Século* – Rio de Janeiro – RJ 21/06/1915, p. 02.

¹⁸ *Idem*.

carreira do autor, apontando o escritor e político como criminoso nato. A reportagem conta ainda com as fotografias de Anníbal, Amado e do corpo da vítima, esperando socorro na Assistência Municipal¹⁹.

Para *O Malho*, Amado era um delinqüente, um indivíduo, “tarado, propenso ao crime”. Desde cedo, teria demonstrado sua covardia ao trair a política situacionista de Rosa e Silva, no Recife, o qual tinha convidado o então deputado pelo Sergipe para escrever uma coluna no Diário de Pernambuco, na sua época de estudante na Faculdade de Direito. Segundo a reportagem, Amado, desde sua atuação no Recife, demonstrara “sua fama contumaz de detractor da vida alheia e vernieiro (?) provinciano” que só conseguia seu prestígio à luz do apoio de políticos, como aquele que o fez professor substituto da mesma Faculdade que o formara “pela mão paternal do Sr. J. J. Seabra, então ministro da Viação”. O “covarde e perverso criminoso” deputado era uma vergonha para a capital da *belle époque*, havia menosprezado cinicamente “os brios e fóros da sociedade civilizada”²⁰.

O Malho e *O Século* elegem Amado o criminoso por excelência. O deputado e escritor, segundo as reportagens destes periódicos, parece neste momento ser o outro, o criminoso, indivíduo tarado, propenso ao crime que envergonhava os brios da sociedade civilizada. Ora, ser civilizado em plena República Velha significava, acima de tudo, limpar o país de seu passado colonial e imperial que ainda lembrava ao seu povo as mazelas de uma sociedade atrasada política, social e economicamente (SEVCENKO, 1998). Nesta varredura idealizada pela República, o lugar que existe para um ato criminoso que mancha com sangue a inauguração de um verdadeiro templo destinado ao mundo das letras é o lugar do outro, de um bárbaro que parecia invadir os domínios literários²¹ daquela capital que perseguia a tão almejada conquista da civilização a todo custo.

Interessante observar que logo Amado que, na época, era professor substituto da cátedra de criminologia da Faculdade de Direito do Recife estava sendo apontado como criminoso nato por grande parte da imprensa carioca da época. Em 1915, a influência das teorias positivistas ainda se faz presente na discussão em torno da constituição biológica e antropológica do criminoso. Diferentemente da Escola Clássica do Direito Penal, que tem no livre arbítrio a possibilidade de os indivíduos optarem pela prática do crime ou não, a Escola Positivista do Direito Penal, ao contrário, naturaliza o crime e elege o criminoso como objeto de estudo, disputado pelo Direito e a Medicina, ambos saberes que no intenso diálogo com a

¹⁹ Consultar Revista *O Malho* – Rio de Janeiro – RJ, junho de 1915.

²⁰ Idem.

²¹ Consultar o Jornal *O País* – Rio de Janeiro – RJ 23/06/1915.

Antropologia Criminal empenham-se na análise em torno da constituição natural dos criminosos (BRITO, 2006).

Segundo Lilia Moritz Schwarcz (1993), a discussão em torno da constituição biológica e antropológica do criminoso se fez presente no Brasil desde os anos 1870, quando os intelectuais, principalmente aqueles ligados à Faculdade de Direito do Recife, promovem uma verdadeira virada intelectual, deslocando a atenção de um Direito ainda pensado nos moldes católicos e monárquicos para um Direito científico, que tinha na noção de evolução social sua principal baliza.

O Darwinismo, o Evolucionismo e o Positivismo, guardadas as devidas proporções, têm na noção de evolução o principal foco. Charles Darwin passou a constituir uma espécie de paradigma da época ao propor a noção de seleção natural “ou de persistência do mais capaz à preservação das diferenças e das variações individuais favoráveis à eliminação das variações nocivas” (*apud* SCHWARCZ, 1993, p. 55). O princípio de seleção natural passou a ser adaptado pelos mais diversos saberes: história, sociologia, pedagogia e literatura.

Aplicada ao estudo das sociedades as noções de civilização e progresso aparecem como uma perspectiva para se pensar a evolução das nações. Segundo tais conceitos, o progresso era condição necessária à conquista da civilização. É nesse sentido que a noção de civilização chega como um dos principais ideais na construção da República brasileira, por isso a tônica era eliminar qualquer indício de atraso, de barbárie e selvageria que impedisse o Brasil de se constituir enquanto nação civilizada.

O debate em torno das teorias evolutivas na construção da antropologia criminal chega à Faculdade de Direito do Recife em fins do século XIX e início do século XX. Analisando os artigos publicados na Revista Acadêmica daquela faculdade, Schwarcz (1993) constata a predominância sobre os estudos na área da Antropologia Criminal que perfaziam o total de 47% dos ensaios das revistas. Esses artigos só vão experimentar um declive quanto a tal temática a partir dos anos 20, quando emerge a preocupação com a regeneração da nação por meio do saber higienista. Tendo sua formação notadamente marcada pelo estudo das teorias evolucionistas, como veremos no capítulo seguinte, e sendo professor substituto da cátedra de direito criminal na Faculdade de Direito do Recife, em 1915, Gilberto Amado sabia muito bem os fundamentos das teorias que ofereciam alicerce para sua acusação.

Sendo a antropologia criminal construída no diálogo com as teorias evolucionistas, o crime pensado enquanto “phenomeno anthropologico” também desloca sua preocupação de um possível livre arbítrio daquele que comete o crime para a análise do criminoso enquanto portador de uma composição biológica ou antropológica específica. Para a Antropologia

Criminal da época, a figura do criminoso é entendida a partir de três ordens distintas: os fatores físicos, antropológicos e sociais. As interpretações variavam, já que para Césare Lombroso, o criminoso representava o retorno à selvageria, para Garófalo um caso de anomalia moral, para Benedikt um exemplo típico de neurastenia (SCHWARCZ, 1993, p. 166-167). Lombroso chegou a criar uma minuciosa tabela subdividida em:

elementos anatomicos (assimetria cranial e facial, região occipital predominante sobre a frontal, fortes arcadas superciliares e mandíbulas além do prognatismo); 'elementos fisiológicos' (insensibilidade, invulnerabilidade, mancinismo e ambidestria); elementos psicológicos (tato embotoado, olfato e paladar obtusos, visão e audição ora fracas ora fortes, falta de atividade e de inibição); e 'elementos sociológicos' (existência de tatuagens pelo corpo)." (SCHWARCZ, 1993, p. 166).

Tanto a Medicina Legal quanto o Direito, daquela época, constituem-se num diálogo permanente com as teorias darwinistas, evolucionistas e a antropologia criminal. Cada qual busca sua legitimidade, reivindicando para si uma fatia no estudo dos criminosos. "Afim, quem era o responsável pelo arbítrio sobre o crime? Os juízes de Direito aptos a aplicar a lei, ou os médicos peritos que com sua ciência diagnosticavam o doente criminoso?" (SCHWARCZ, 1993, p. 211-212).

Se o criminoso era objeto de estudo que, durante algum tempo, serviu para legitimar saberes como a Medicina Legal e o Direito é algo que não diz respeito a esta discussão. O fato é que a preocupação com os fatores que constituem um criminoso ou até mesmo a figura do intelectual na Primeira República parece não ser apenas o foco de análise de médicos e advogados. O debate circulava na imprensa, como já vimos na reportagem de *O Malho* que atuou na acusação direta a Amado e como podemos ver na coluna escrita por R. Gomes Júnior, em 24 de junho, publicada no jornal *O Paíz*, no domingo, 27 de junho de 1915²².

Intitulada como "*O luctuoso caso Gilberto Amado e Annibal Theophílo*", a coluna de Gomes Júnior inicia o texto com o seguinte questionamento: "*Quem devo lamentar?... Annibal Theophílo?... Gilberto Amado?...*"²³, ao que o autor responde que a ambos, principalmente Gilberto Amado que por uma fatalidade do acaso se fez passar "*de literato fino homem de letras, para o cadastro dos criminosos vulgares, passando a figurar no rol dos assassinos*", sendo até tratado como um criminoso lombrosiano²⁴. Se ser criminoso, para Lombroso, significava um retorno à selvageria, Amado, segundo boa parte da imprensa da

²² Consultar o Jornal O Paíz – Rio de Janeiro –RJ 27/06/1915, p. 03.

²³ Idem.

²⁴ Id. Ibid, p. 03.

época, simbolizava tal retorno, por isso alguém que deveria ser afastado do convívio intelectual e social da capital da *belle époque* brasileira, sedenta pela conquista de ares civilizados.

No entanto, Gomes Júnior ataca diretamente os jornais que por motivos diversos tratavam o caso Amado de maneira apaixonada, deixando de lado os princípios da “*boa justiça e da verdade!*” Para aquele autor, Amado foi vítima de seus instintos, ainda sob a “*influência nervosa que lhe havia causado a festa literária, desse deleite que é natural dos cérebros cultos, em que as células moto-nervosas multiplicaram a velocidade do seu funcionamento...*”²⁵ e segue o autor em seu relato do que para ele teria sido uma fatalidade do momento: chegando ao saguão do Jornal do Commercio, Amado encontra com Anníbal Theophílo que já o havia prometido desfeitear o deputado em público. Vendo isso, o amigo de Amado, Paulo Hasslocher, no ímpeto de pedir satisfações ao poeta sul-rio-grandense às desavenças proferidas ao amigo deputado é empurrado por Anníbal. Amado, vendo seu amigo forte e corpulento sendo atacado por Anníbal, dispara os tiros que acabou por ceifar a vida do poeta de Rimas.

Para Gomes Júnior, era “*muito mais bárbaro e desumano fazer-se o assassino moral e intelectual do indivíduo, do que assassiná-lo no ímpeto irrefletido, de cólera violenta.*”²⁶ Aqui o uso das teorias biodeterministas parece fazer uma operação contrária e a coluna antecipa a defesa de Amado, uma vez que o deputado foi amparado pelo código penal de 1890 que conferia amparo aos crimes motivados por questões de impulso, responsabilizando os hormônios pela produção de comportamentos desviantes.

O código de 1890 deixava de considerar crime o homicídio praticado sob um estado de total perturbação dos sentidos e da inteligência. (...). Nesse caso, [o criminoso] não teria responsabilidade sobre seus atos e não sofreria condenação criminal” (ELUF, 2007, p. 164).

E foi essa a estratégia de defesa utilizada por Evaristo de Moraes no caso Amado, estratégia esta presente também na escrita memorialista daquele autor:

Não via nada. Mas o meu coração, subvertido por fúria, via; foi êle, que pulou da boca da arma para ceifar aquela existência, jogada contra a minha, que nela se precipitou como que obedecendo a uma misteriosa gravitação e a forças obscuras que se apoderaram do seu e do meu destino (AMADO, 1958b, p. 340).

²⁵ Id. Ibid, p. 03.

²⁶ Id. Ibid, p. 03.

O crime praticado por Amado não perde sua dimensão biológica no discurso de sua defesa. E, neste sentido, vale salientar o papel que a Endocrinologia exerceu na produção do Código Penal de 1890, facultando aos distúrbios hormonais a perda de controle, justificava-se assim, a atenuação de crimes como o de Amado. “(...) se os hormônios governam corpo e alma, também as ações individuais e sociais de que se preocupa o Código [são governadas por ele]: o crime pode ser e será muitas vezes determinado ‘hormonicamente’” (*apud* BRITO, 2006).

Segundo Alcidesio de Oliveira Júnior (2005), a produção do código penal de 1890 se deu pela apropriação do debate travado entre as teorias biodeterministas e a sociologia criminal francesa, discutidas em meados do século XIX na Europa, as quais só foram apropriadas no Brasil no início do século XX. A discussão em torno dos fatores responsáveis pela execução dos crimes trava um debate entre as teorias biodeterministas, segundo as quais os fatores naturais seriam determinantes do ato criminoso, e a sociologia criminal, para esta, os fatores sociais é que seriam cruciais à motivação do crime. Para Oliveira Júnior, a apropriação das teorias biodeterministas teve maior peso na produção do código de 1890, sendo estas ainda presentes também no código penal de 1940. Escrevendo a biografia de Evaristo de Moraes, advogado de defesa de Gilberto Amado, Evandro Lins e Silva comenta:

(...) Nesses instantes de paroxismo emocional, a violência irrompe como num raptus, em contradição com os antecedentes e a vida do agente. Há uma desintegração da personalidade, nesses crimes de ímpeto, motivados pela defesa da própria dignidade pessoal. Uma verdadeira coerção social pressiona o indivíduo. Ninguém é obrigado a ser poltrão e a reação se dá, por vezes, de forma exagerada. Se não existe uma justificativa legal para o crime, pode haver uma escusa ou uma atenuação. Estava-se na vigência do Código Penal de 1890, e a perturbação dos sentidos e da inteligência era contemplada como dirimente da responsabilidade penal (*apud* LEE, 2006, p. 75).

Se por um lado a construção do direito moderno tem suas bases epistemológicas ancoradas no saber científico que chega ao Brasil em fins do século XIX e início do XX, quando o assunto é defesa da honra, principalmente se for a honra masculina, o direito moderno, encontram-se fortemente marcado por resquícios do código no reconhecimento da legítima defesa, nos casos em que a integridade do indivíduo encontra-se ameaçada (VENTURA, 1991).

Para Ventura, desde o século XIX, a recorrência de polêmica entre escritores fez-se presente no Brasil com grande intensidade. Os intelectuais envolviam-se em críticas através de artigos de jornais, nos quais se digladiavam em desavenças que envolviam desde

questionamentos acerca das origens das raças, o conhecimento de línguas estrangeiras, minúcias gramaticais até desembocarem em críticas de caráter personalista. “Das ameaças e xingamentos, os adversários chegavam a processos de difamação nos tribunais e mesmo ao suicídio, recurso extremo em defesa da honra ultrajada” (VENTURA, 1991, p. 144).

Ainda numa interpretação de Ventura, a crítica e a polêmica estão associadas, no Brasil, à honra, à valentia e à coragem. A tradição do desafio é a expressão, no nível da poesia popular, do código de honra que se mantém no Brasil devido à relativa inoperância dos aparelhos de polícia e justiça. Neste sentido, a polêmica assim como o duelo e o desafio “são vias de reparação direta e pessoal das ofensas, regidas por um código de honra, cuja contraparte é o exercício da violência” (VENTURA, 1991, p. 144).

O código de honra enfatiza a valentia pessoal a retaliação das ofensas, o que legitima a violência contra o agressor como comportamento nobilitador dos que a exercem, ao restabelecer a reputação e a integridade do agravado, ameaçadas pelas injúrias lançadas contra sua pessoa. Nessas afirmações de coragem e valentia, revela-se o código de honra, em que as ofensas ao indivíduo, à família ou ao grupo devem ser reparadas de forma direta, pelo ultraje do agressor, sem a interferência de elementos externos ao conflito (VENTURA, 1991, p. 144).

Ao longo de sua escrita memorialista, Amado deixa sinais de sua argumentação de defesa do homicídio praticado contra Anníbal Theophílo. Ali, mais uma vez, misturam-se os argumentos científicos e de legítima defesa da honra que atuaram na defesa de Amado. O autor fala com maestria sobre a enfermidade de que era vítima. Caso se encontrasse de estômago vazio, ficava “um sujeito impossível, uma onça furando o mato, com os seus urros, à procura da prêsa para os dentes” (AMADO, 1956, p. 441), ou seja, até mesmo o autor se descreve como um selvagem, se além de contrariado, ainda estivesse com fome.

Doem-me os olhos; passam-me vertigens sucessivas na cabeça; os lábios não logram agenciar sorrisos. E justamente na hora em que preciso ser amável, correspondia a cumprimentos, responder a perguntas convencionais. O ôco do meu peito queima. Quantos incidentes por êste motivo! (AMADO, 1956, p. 441).

Aqui, parece que aqueles mesmos sintomas citados por Lombroso fazem parte da enfermidade de Amado, mesmo sinais presentes no ato do assassinato de Anníbal. E Amado cai em contradição quando admite que ao mesmo tempo que fica louco, estava “nessas ocasiões lucidíssimo” (AMADO, 1956, p. 442).

O fenômeno se processa em dois planos – no vegetativo ou somático (que palavras horríveis!) e no psíquico ou cerebral; naquele um escuro delirar; neste uma claridade

ampla. Agredindo um amigo eu via a rata que dava. E tinha pena de mim ao estar dando. Ó sofrimento! Ansiava por proceder como cavalheiro, e me encrespava numa agressividade selvagem (AMADO, 1956, p. 442).

Estas constatações são relativas a um desafeto que Amado teve com outro sul-americano em Paris no ano de 1914, um ano antes do assassinato, época em que o autor diz não “se aperceber da enfermidade de que era vítima” (AMADO, 1956, p. 442), pensando que aquilo era natural ao seu feitio. Tendo Amado consciência ou não de sua “enfermidade”, o interessante é que o debate entre acusação e defesa se processa em meio a uma discussão biológica em torno dos fatores que motivavam atitudes tidas como selvagens, tanto pela acusação, quanto pelo próprio discurso de defesa de Gilberto Amado. Era, pois, como tema de ciência que se definiam os critérios de denominação de atos impulsivos como sendo sintomas de selvageria, de um retorno ao primitivo que a República queria expurgar de sua face moderna.

Na acusação ou defesa de Amado, os elementos biodeterministas se fazem presentes, dando indícios de uma época em que os homens de ciência naturalizam os comportamentos humanos. Até mesmo a intelectualidade dos indivíduos parece ser constituída por fatores biológicos que os determinam como seres que têm uma constituição mental diferenciada dos demais mortais. Sendo distintos dos demais indivíduos, estes homens teriam direito à absolvição pelo crime cometido. Gomes Júnior, assim como o sistema jurídico da época que absolveu Amado, escamoteia a condição e os privilégios sociais de um homem bem relacionado politicamente, utilizando para isso o aparato legal que tem nas teorias biodeterministas em suas mais variadas versões o aporte epistemológico que lhe conferia sustentação.

Neste sentido, o Direito e a Medicina, em suas construções enquanto saberes modernos, disputam a posse do criminoso como objeto de estudo, visando constituir a legitimidade de seus saberes, participam da produção do debate jurídico da época, dando atenção ao estudo dos fatores biológicos que motivavam os impulsos. É todo um “domínio de saber” para usarmos uma expressão de Michel Foucault (1977) investido na disciplinarização dos instintos das pessoas. Tudo isso em prol da legitimação de seus saberes e no processo de subjetivação de normas de autocontrole. Era como se os impulsos das pessoas tivessem que ser sempre tutelados por aqueles saberes e daí vem a intervenção da Ciência, a construção do discurso de acusação e defesa de Amado. Discursos que produzem a distinção entre espírito e

de letras, como era Amado, pudesse, se sobrepor aos ímpetos ocasionados por um momento de irracionalidade, como defendia o colunista Gomes Júnior. Era como se em Amado, homem de letras, a civilização se sobrepujasse à selvageria e barbárie de seu ato e, assim, Gilberto Amado é absolvido por quatro votos a três, escapando de cumprir 12 anos de prisão (LEE, 2006).

A defesa de Amado atuou na negação e, ao mesmo tempo, afirmação da existência daquilo que parece separar-se de sua essência sensível de rapaz “*intelectualmente superdesenvolvido*”: o instinto, algo que deve ser esquecido, silenciado, escamoteado e maquiado pela sua escrita memorialista. Talvez por isso, sua escrita tenha como ênfase a formação daquele autor que sobrecarrega suas memórias, destacando seu lugar enquanto homem de ciência, de letras e de política, enfim, de intelectualidade, o qual teve sua formação fortemente marcada em leituras que acabaram por auxiliá-lo no discurso de defesa de seu crime, como se ele não tivesse responsabilidade por seu ato, uma vez que este foi uma irrupção de momento, algo distinto de sua essência de homem sensível (AMADO, 1958, p. 332) Passo, agora, à narrativa do autor acerca do crime, problematizando a repercussão na sua escrita memorialista e na constituição de si.

1. 3- Crime e Memória: a escrita de uma dor

De acordo com Amado, o encontro com Anníbal Theophílo foi evitado até as últimas conseqüências pelo acusado em questão. Fora o autor encontrar com sua esposa grávida de seis meses, seu irmão Gildo e sua irmã Donana que viera do Sergipe e ansiava conhecer os grandes literatos da época. Sem querer é levado ao salão do Jornal do Commercio pelo cônsul de Portugal Alberto d’Oliveira que estranhara não ver o escritor participar daquela festa da literatura. Nas imediações do elevador, Anníbal ofende Amado com as já citadas palavras: “*Não foi você que eu cumprimentei, e sim a uma senhora*”. Segundo o discurso de defesa de Amado, sua miopia e astigmatia teriam feito com que este confundisse o cumprimento do poeta Anníbal para si, desenredando assim toda a seqüência do fato que o autor não gostaria de escrever em todo o seu conjunto de escritos memorialísticos, constituído de cinco volumes que parecem querer dar conta de toda sua vida. Para narrar aquele acontecimento, o autor utiliza como estratégia de escrita a burla da ordem cronológica que parece conferir sentido a sua vida pela maneira que é organizada a série de seus escritos memorialísticos.

É curioso observar que até o volume *Mocidade no Rio e primeira Viagem à Europa*, Amado segue uma linha cronológica que sinaliza para os anos narrados. Nesse livro, a narrativa termina no ano de 1914. Contrariando a ordem cronológica, o *livro Presença na Política* que deveria começar no ano de 1915 é dividido em partes e não em anos como nos dois anteriores. Amado abandona a organização cronológica que parece dar conta a uma existência linear de sua vida, dividindo os capítulos em seis partes, cujo tema do assassinato só aparece nas páginas finais de seu penúltimo livro de memórias.

AGORA UM ASSUNTO de que, se pudesse, não me ocuparia. Triste demais, repugna-me evocá-lo. Quebrei o segmento cronológico para não abrir o volume com êle. Cedo à fraqueza de temer interpretação errônea do meu silêncio. Mas não devia ceder. Houve muita conciliação. Desfizem-me numerosos mal-entendidos. Inimigos tornaram-se amigos... Lamentar o irremediável não é meu gênero. Meus sofrimentos não os exhibo; não os exploro literariamente. Tenho horror ao dolorismo, que considero indecência. Dor a gente oculta; não a 'utiliza' (AMADO, 1958, p. 328b).

O assassinato de Anníbal Theophílo é um capítulo de sua história que Amado não gostaria de narrar em seus livros de memórias, mas ao perseguir a “verdade”, o autor não escapa àquele assunto tão caro à sua reputação, mesmo que para isso ele sacrifique a própria Literatura, uma vez que na sua concepção, “dor não se explora literariamente” (AMADO, 1958, p. 328) e mais do que isso, ele sacrifique também a sua própria imagem de um homem “intelectualmente superdesenvolvido, sensibilíssimo”, porém de uma “animalidade febril” (AMADO, 1958, p. 337).

Propondo-se, mesmo com relutância, a narrar aquele episódio, Amado se dispõe a escrever a verdade “objetivamente”. No entanto, o que era para ser uma narrativa objetiva do acontecimento em questão começa pela evocação de discursos de seus colegas de letras que em 1914 pareciam, segundo o autor, prever o que estava por acontecer em 1915. O autor evoca o discurso de Félix Pacheco que atestava a vocação literária e o compromisso intelectual de Gilberto Amado, quando este concorreu à cadeira na Academia Brasileira de Letras, perdendo apenas por um voto. Numa estratégia que tem o intuito de se manter a parte daquele assunto tão caro às escritas das páginas de sua vida e ao mesmo tempo transformar aquela narrativa num discurso de sua defesa, Amado evoca as linhas deixadas por Pacheco. Segundo Pacheco, naquele discurso de 1914, com 27 anos, o jovem Amado era o exemplo de intelectual que os novos tempos necessitavam, “estandarte da renovação nas letras, como nas artes na política e em tudo mais” (AMADO, 1958, p. 329).

E devemos render graças aos deuses que a conspiração dos incompletos os não abata subjogue, antes o realce e fortifique para que prossigam na obra urgente e necessária da formação de uma nova mentalidade brasileira, que, mantendo respeito ao passado, elimine, por outro lado, com sua força persuasiva e castigadora, os defeitos atuais, que nos oprimem e preparem o advento de uma época de construção, de independência, de desafogo cívico. De vibratibilidade nacional e de ascendência cultural. O Professor Gilberto Amado excele nesse nobre desideratum patriótico que é também um rumo claro e dignificante para as letras no nosso país. (...) O que distinguiu e deu destaque ao Professor Gilberto Amado no Rio de Janeiro, onde ele fez uma sólida reputação no mesmo espaço de tempo que eles consomem para erigir numa promessa, foram essas qualidades viscerais de escritor que sabe pensar com elevação e dizer com propriedade de graça, que forma o privilégio dos raros e dos magníficos e que são apanágio dos sérios, dos honestos, dos dignos, dos verdadeiros e legitimamente ilustres. Todos nós devemos ser aquilo que o Professor da Faculdade do Recife tem sido: um protesto perene contra a conspurcação da mocidade (AMADO, 1958, p. 330).

É na República que o mundo das Letras ganha maior fôlego no Brasil, isso porque muitos autores atuaram na construção da imagem de um Brasil ilustre e elevado, merecedor incondicional da atenção e do crédito europeu. É nesse período que o barão Rio Branco procura lotar as dependências do Itamarati de escritores respeitáveis (SEVCENKO, 2003, p. 36-94). Parece que Félix Pacheco ver em Amado o ideal de intelectual para o Brasil moderno. Aquele intelectual que, apesar de manter respeito ao passado, luta patrioticamente na construção de um país independente e de grande ascendência cultural.

Mas voltando à narrativa pretensamente objetiva de Amado sobre o assassinato, o autor segue numa lista enfadonha e detalhada de todas as pessoas possíveis e imagináveis com as quais se relacionou e com as quais poderia ter tido um desafeto a ponto de cometer um crime, chegando à conclusão que poderia ter “brigado com qualquer pessoa com quem de qualquer maneira direta ou indireta tivesse tido qualquer divergência ou qualquer encontro de qualquer ordem por qualquer motivo” (AMADO, 1958b, p. 335), mas nunca com Anníbal Theophilo, homem maduro, “*a quem o destino despachou para a desgraça que sucedeu*”, o qual, segundo Amado, não tinha nenhum vínculo com o mundo da Letras. Por mais que os jornais enfatizassem os belos versos de Theophilo e a ascensão meteórica que teve aquele poeta no ciclo literário carioca, Amado o desqualificava como homem de letras, sendo por esta condição uma vítima improvável de seu ato de impulso e desrazão ao disparar o tiro que acabava com a vida do poeta sul-rio-grandense.

E prossegue Gilberto Amado narrando o conjunto de casualidades que teria feito com que ele disparasse a arma contra Anníbal Theophilo, a série de insultos e ameaças que se prolongava com o passar dos dias, o medo de Amado de sair nas ruas, a sua discrição ao optar por não tratar do assunto com a família (AMADO, 1958, p. 338-346).

E foi com o desfecho do assassinato que Amado viu, por um momento, desmoronar parte do edifício que tinha construído em prol da constituição de uma vida, marcada pelo esforço para corresponder aos anseios de seu pai. Buscando superar esse momento de ruptura em sua existência, uma das alternativas encontradas por Amado foi a escrita de si. O edifício implodido parece ter na escrita uma forma de reconstituição de seus escombros. Daí, talvez, a constante necessidade de produzir a sua narrativa memorialista como se desde a sua infância, ele fosse alguém predestinado ao mundo das letras, sendo sua escrita de si encarada pelo próprio autor como uma escrita redentora, onde ele tinha a possibilidade de escrever o que tinha ficado em sua alma, emancipando-se da tutela de seu pai e construindo sua imagem tal qual queria ser visto, em *História da Minha Infância*, Amado relata:

Fixando nestas recordações os meus estados de espírito dentro da atmosfera que respirava, senti-me no dever para comigo mesmo, para quem sobretudo escrevo... (êste livro é antes de tudo minha história para mim... sou eu no meu próprio espelho) senti-me no dever de não mentir a mim próprio, de me copiar tal qual eu era então. Nessa fase dominou-me a sensação do contraste em que me encontrava com o meio. Tudo que me cercava me dispunha a uma vida que não me atraía – a da política, a da ação, a de um ‘papel’ a representar. Dar gosto a meu pai, ao meio que me rodeava, seria dar-me desgosto. (...) Minha visão era um quarto de estudante, um refúgio onde pudesse dedicar-me à vida que as leituras tornavam tão fascinante. Minha viagem seria em sentido oposto a do adolescente francês, prisioneiro dos séculos, dos hábitos e da cultura. Eu me destinaria à procura desta. Aquêlo queria evadir-se de um ciclo fechado para o espaço livre e a aventura exterior. Eu queria sentar-me à beira das fontes antigas do saber. Todo êsse frenesi foi-se tornando pouco a pouco ridículo aos meus olhos, de um ridículo dolorido, espécie de encabulamento de prêto em querer passar por branco, de aleijado querendo correr como atleta (AMADO, 1954, p. 286-288).

A escrita memorialista, em Gilberto Amado, parece muitas vezes funcionar como grito de emancipação em relação ao destino que seu pai traçou para ele: a formação no direito e a carreira política. Em todos os seus livros a aversão à prática da advocacia e à política é vez por outra destacada. De acordo com o autor, interessava a ele a prática do magistério, bem como o cultivo da carreira literária. A resistência em advogar e o gosto pela carreira literária tornava Amado incompreensível a muitos de seus contemporâneos, demais colegas nortistas do direito.

Serviram-me os duzentos ou trezentos mil réis que recebia, sem ônus nenhum para a minha sensibilidade, de anteparo contra um perigo que me ameaçava e de que eu corria como o diabo corre da cruz: o perigo de advogar. Colegas mais velhos do norte já em vias de prosperar na profissão, a par dos meus títulos de estudante ‘distinto’, diziam-me: - ‘Venha trabalhar conosco!’ (...) O sangue esfriava-me diante de tal perspectiva. Uma repugnância invencível me subia das entranhas por tais propostas túmidas de possíveis proventos. - ‘Que futuro pode ter você na imprensa?’ - ‘Literatura...’ - ‘Você está maluco?’ Um deles, resabiado com uma resposta mais

viva que lhe dei, exclamou: - 'Bem... Se você quer acabar comendo empada em quiosque e tomando caninha na Colombo... Isto é lá com você!' e se afastou. Esse ficou rico logo, mas nunca o pude ver alegre (...) Que tinha eu contra a profissão. Em princípio – nada! Obstáculo de ordem intelectual nenhum. Trata-se antes de tudo de uma tara de um modo de ser de família. Dos cinco bacharéis que somos lá em casa, nenhum advogou propriamente. (...) Isso vem de dentro. Reconhecemos o desproveito econômico e a desvantagem social de nos mantermos a margem das atividades específicas da profissão. Mas a idéia de ganho nos é estranha, a quase todos nós. 'Dinheiro me atrapalha'. (...) Se tivesse de ficar rico, não saberia como me haver. Lutei sempre quanto à possibilidade de enriquecer. Botei fora ocasiões únicas... Conquanto não me esperasse viver em Pernambuco, habilitava-me para o concurso da Faculdade de Direito do Recife com o fim de nomeado, revestir desde logo a minha extrema juventude, de idade e de aspecto, do prestígio da beca na mais bela das posições então abertas no país a um 'intelectual'. Eu teria sem possibilidade de dúvida, sido professor, custasse o que custasse (AMADO, 1956, p. 36)

De acordo com Miceli (2001), a carreira literária é socialmente definida como feminina, ocupa no espectro das carreiras dirigentes uma posição dominada em relação à carreira militar, à advocacia e à carreira política. Talvez, por este motivo, o gosto pela vida intelectual, que segundo Amado, correspondia à sua “sensibilidade de rapaz intelectualmente superdesenvolvido”, causasse estranhamento aos seus demais colegas do Norte, homens empenhados na legitimação do seu lugar enquanto machos viris, protótipo do modelo de homem nordestino (ALBUQUERQUE JR., 2003), cuja escolha pelo Direito e a carreira política em muito significava a busca por uma manutenção no poder e legitimação de uma antiga elite financeira e intelectual que no início do século XX já se encontrava em declínio no Brasil.

Procurando justificar a sua repugnância à prática da advocacia, o gosto pelo magistério parece algo hereditário, na narrativa de Amado, como algo que se situa além de suas próprias forças e que comanda seus instintos a ponto de fazer-lhe não ter gosto pelo dinheiro. Amado participa de uma máxima recorrente na tradição filosófica, segundo a qual o sujeito “é algo que encontramos como uma ‘être-la’, algo do domínio de uma suposta natureza humana” (GUATARRI; ROLNIK, 1996, p. 25-73).

A imagem do intelectual, devotado ao magistério e à Literatura, parece ser muito mais interessante a Amado, do que a possibilidade de se ganhar dinheiro advogando. De acordo com Albuquerque Jr., em países que experimentaram o desenvolvimento tardio das relações tipicamente capitalistas, como é o caso do Brasil, o acesso ao título universitário e ao bacharelismo tem mais um sentido de legitimação e perpetuação de um *status* social, do que um sentido de formação de um profissional voltado à produção de um saber útil à sociedade

capitalista, seja para condená-la, seja para legitimá-la (ALBUQUERQUE JR., 2005, p. 43-66).

A cátedra numa escola superior correspondia há cinquenta anos, no Brasil, para um rapaz de minha origem, à ordenação sacerdotal ou ao oficialato no exercício para os filhos de famílias pobres na monarquia e no começo (sic) da República (AMADO, 1956, p. 38).

A condição de homem essencialmente voltado ao cultivo do saber, na narrativa de Amado, assume um caráter natural, uma vez que ela parece percorrer as entranhas do corpo daquele homem, sendo passada como que geneticamente de seus pais para todos os filhos da família, nas palavras de Amado seria uma “tara de família”, que, juntamente, com a educação e o meio “torna um jôgo de linhas cruzadas e contraditórias o que devia ser uma totalidade homogênea, em conjunto coerente” (AMADO, 1958, p. 29).

Segundo Miceli (1979), as memórias de intelectuais como Amado destacam certas experiências, mediante as quais os intelectuais buscam justificar sua “vocaçãõ”, se empenhando em reconstruir as circunstâncias sociais que, no seu entender, se colocam na raiz de suas inclinações para as profissões intelectuais que é, na verdade, a tentativa de manter o poder de certas famílias que se encontravam decaídas no momento de sua produção memorialística. Ainda, segundo o autor, se os intelectuais insistem tanto em descrever as circunstâncias em meio às quais se sentiram atraídos pelo trabalho simbólico, quase sempre evocando prerrogativas, que no caso de Amado remete à intelectualidade como uma tara familiar, é porque não conseguem ocultar de todo os rastros que possibilitam reconstruir as circunstâncias sociais e históricas de sua existência (MICELI, 1979, p. 23).

Neste sentido, a escrita de Amado e os elementos que ele lança mão para justificar o seu amor ao mundo das letras e sua produção enquanto um intelectual não encobrem, no entanto, as circunstâncias históricas e culturais de produção de um intelectual no início do século XX. O percurso trilhado por Amado não se diferia muito da trajetória dos demais letrados no início da República (SEVCENKO, 1998). Apesar de sempre declarar sua independência em relação à sua produção intelectual, o certo é que Amado sempre contou com apoio dos donos dos jornais em que escrevera. Como enfatizou a reportagem da revista *O Malho*, ainda estudante de Direito no Recife, Amado é chamado pelo senador pernambucano e chefe político da situação Rosa e Silvia Júnior para escrever uma coluna no *Diário de Pernambuco: Os Golpes de Vista*. Com a morte de Carmem Dolores, Amado é convidado por

João Lage para escrever no lugar da autora, logo em 1910, quando chega ao Rio. Sem falar na sua estreita amizade com Pinheiro Machado, então vice-presidente do Senado e líder do Partido Republicano Conservador.

O êxito relativo de intelectuais, como Amado, no cenário político e intelectual da época se deve ao fato de o percurso desses intelectuais ter sido favorecido com o desenvolvimento das burocracias intelectuais: a grande imprensa, as instituições políticas e as organizações partidárias. “A possibilidade de ocuparem essas novas posições dependeu não dos títulos e diplomas que por acaso tivesse, mas muito mais dos capitais de relações sociais que logravam mobilizar” (MICELI, 2001, p. 53).

No Brasil, até a segunda metade do século XX, jornalismo, literatura e política se confundiam. O jornalismo era considerado um subproduto das belas artes. Devido à ausência de mercado editorial forte, os escritores tinham que trabalhar em outras ocupações para garantir sua sobrevivência. A maioria dos diários era também instrumentos políticos e funcionavam como porta-vozes do Estado ou de grupos políticos que os financiavam em parte ou na totalidade. A imprensa era ainda essencialmente de opinião e o debate, através dos jornais, era agressivo e virulento (RIBEIRO, 2003, p. 147-148).

Como podemos perceber, sua atuação como intelectual e homem de letras não é fruto de uma suposta predisposição hereditária de Amado pelos livros e pela escrita. Amado esteve sempre rodeado de pares, grupos que em muito o ajudou na produção de sua imagem enquanto letrado. No entanto, sua escrita é uma constante tentativa de associar sua repercussão no mundo literário e acadêmico ao esforço próprio e mais diretamente ao mundo dos livros e das leituras. Quando nomeado para cátedra de Direito Criminal na Faculdade de Direito do Recife, Amado diz ter contado com uma “nítida determinação do destino” (AMADO, 1956, p. 137). Isso porque o Senado Brasileiro da época, alicerçado em bases positivistas, aprovava a lei que extinguiu os concursos públicos para nomeação de professores.

Para o autor, a sua promoção como professor da Faculdade de Direito do Recife, não seria fruto apenas de seus contatos, tendo em vista que já em 1911, com 24 anos, Amado era muito bem articulado com boa parte da intelectualidade política da época, mas sim a sua formação intelectual, impulsionada pelo esforço, em grande medida, auto-didático em ler Augusto Comte, por isso ele não devia a J. J. Seabra nem tampouco a Ridavávia Correia, ministro que assinou o decreto de extinção de concursos públicos para a nomeação de professores e com o qual Amado, segundo suas próprias palavras, convivia em pé de intimidade. De acordo com o sergipano, Amado devia sua aprovação como professor

substituto “exclusivamente a Augusto Comte. (...). Foi o filósofo de Montpellier que me abriu o coração do titular da pasta rio-grandense (AMADO, 1956, p. 137).

A escrita de Amado atua, exatamente, neste intuito de se dizer da forma como ele almejava ser visto, isto é, como um intelectual, um homem ligado às letras, cuja atuação na política teria sido nula, segundo suas próprias palavras (AMADO, 1958, p. 43). Nula porque não participava de seus anseios e nula porque sua participação na política não representou nenhuma intervenção prática nos problemas sociais de sua época, como veremos no terceiro capítulo.

Primeiro filho de quatorze e tendo um pai que era chefe político da situação em Itaporanga, chegando até mesmo a ser prefeito da cidade no início da República (MICELI, 2001, p. 49), Amado parece carregar nas costas o peso de cumprir os sonhos do pai: Melchisedech de Sousa Amado. Talvez por esta razão, as memórias da infância sempre sobrepujavam a escrita de outras fases de sua vida, sugerindo como o próprio autor enfatiza a conquista de um paraíso perdido a um velho espírito que precisa de férias.

Recordar a infância não é isso para o homem nas minhas condições... O libertar-se do cotidiano, reentrar no reino mágico da irresponsabilidade, reintegrar-se no que foi antes de ser, voltar a buscar, nessa liberdade e desocupação o encantamento que a vida não lhe deixou usufruir? Na idade avançada já não achamos graça em nós mesmos, não simpatizamos mais com o que somos, não nos revemos com delícia na própria imagem. Narciso não encontra mais águas tranquilas onde se mirar... (AMADO, 1954, p. 271).

É interessante ver Gilberto Amado narrar que as imagens de infância chegam à velhice de forma mais nítida. Isto porque, em 1953, quando escreve *História da Minha Infância*, o velho Gilberto Amado não tem mais espelhos onde se mirar. Espelhos que contemplem toda a trajetória intelectual daquele autor que parece cair em desuso num mundo, cada vez mais insuflado pelo progresso da técnica, em detrimento da formação humanística que Amado defendia como fundamental na formação intelectual da juventude. Formação que fez parte da construção do intelectual Gilberto Amado e que ele não queria deixar cair no ostracismo, como veremos no terceiro capítulo.

Interessante também a afirmação de Amado de que as memórias da infância sobrepujavam as memórias de outras épocas, se levarmos em conta o fato de este declarar abertamente que teve sua infância castrada pelos estudos, pelo título de formado em farmácia, o canudo, o anel, símbolos que estrangularam sua infância, distinguindo de seus colegas que olhavam como um bicho (AMADO, 1954, p. 65). Recordar a infância seria, para Amado, a

procura de um elo perdido, onde ele teria a possibilidade de inventar suas próprias verdades e assim se constituir da forma como ele queria ser visto diante do espelho que aquele narciso queria se mirar. Passemos adiante.

1.4- O casamento da República e um coronel: (re) nasce Gilberto Amado

As memórias de infância de Amado giram em torno de dois pilares principais: as lembranças acerca das discussões políticas no período republicano que cedo tivera acesso na loja de seu pai e o relato dos personagens que circundaram os primeiros passos de sua formação. Desde o primeiro volume de seu conjunto memorialístico, a tônica de Amado é a seguinte: como se forma um corpo intelectualizado, um corpo de um homem que, mesmo a contragosto, é levado a seguir a carreira política e que sente este peso desde a infância, sendo alvo dos projetos do pai. Sendo assim, privilegiei num primeiro momento, justamente, a problematização acerca de dois personagens fundamentais nas memórias de Amado, seu pai: Melchisedech de Sousa Amado de Faria e a sua mãe simbólica: a República.

Meu pai era chefe político em Itaporanga. Em torno dele reuniam-se os “cabaús”, a facção mais numerosa e mais prestigiosa, pois “serrava de cima”, com o apoio do governo estadual sob a oligarquia do Monsenhor Olímpio de Campos. Seu amigo fiel e esteio eleitoral. Melk mandava no município (AMADO, 1977, p. 22).

É com estas palavras que o irmão de Gilberto Amado, Genolino Amado, define a figura de seu pai na cena política de Itaporanga. Coronel e chefe político da situação, Melchisedech de Sousa Amado de Faria era filho de José Amado e Ana Sousa Tavares. Provenientes da freguesia de Nossa Senhora de Campos do Sertão do Rio Real, os Amados vieram do Sertão para Estância. A família era de origem portuguesa, já antiga detentora de terras na colônia (AMADO, 1954, p. 27). O coronel Melk, como era conhecido em Estância e Itaporanga, figura nas lembranças dos filhos como um homem fascinado por política. Segundo seu filho primogênito, a loja de seu pai passou a ser o centro das discussões políticas na época e acabou por tirá-lo do comércio para o terreno político. É na loja que Amado passa a conviver com os personagens políticos do início da República.

Melchisedech de Sousa Amado de Faria ou Coronel Melk era chefe político do partido Cabauú. Apoiava em nível de governo estadual a oligarquia do Monsenhor Olímpio de Campos. “Seu amigo fiel, e esteio eleitoral” (AMADO, 1977, p. 22). Prudentista²⁷ e civilista. duelava com outro partido: o Peba, liberal e florianista que tinha como chefe na região o Coronel Valadão. O início da República, segundo Amado, foi turbulento no Sergipe e ele assistira a muitos dos conflitos por quais passou sua região. Segundo Dantas (*apud*, OLIVEIRA, 2004), na primeira década republicana no Sergipe, republicanos e conservadores competiam pelo poder e, apesar das diferenças, os líderes dos dois grupos jamais se contrapuseram ao patronato rural que se constituía na principal força política do estado, inclusive pelo controle da violência que, em grande parte, detinham.

De acordo com Amado, os conflitos entre prudentistas e florianistas faziam parte da sua vida desde criança nas discussões políticas que presenciava na loja de seu pai. O autor chegou até mesmo a conviver e hospedar toda a oficialidade da expedição de Canudos em sua casa por dez dias. Nesse sentido, desde seus relatos de infância, Amado destaca a convivência com o caráter antagônico da República que para civilizar-se precisou fazer uso de uma selvageria militarizada que no final do conflito exterminou centenas de sertanejos. Ao desejar civilizar a nação, os republicanos usaram armas não menos selvagens para impor sua verdade frente àqueles que representavam o outro, a ameaça aos projetos de civilização da nação (SEVCENKO, 1998, p. 16-19). E Amado, desde criança, diz conviver com aquela realidade.

Cada cheia do Vaza Barris era uma ilustração aos nossos olhos da guerra de Canudos. Apanhavam-se em Itaporanga destroços que o rio carreava. Tudo que li depois em Euclides da Cunha, em frases alcandoradas, passou aos olhos das crianças de Itaporanga (AMADO, 1954, p. 154).

É de se imaginar que os meninos que moravam em Itaporanga, em fins do século XIX, vissem os destroços dos corpos que o Vaza Barris carregava direto de Canudos. O Sergipe esteve vinculado à Bahia até o ano de 1820 e o povoado de Canudos se estabeleceu numa fazenda abandonada às margens do rio Vaza Barris em 1893 (HERMENN, 1996, p. 81-105).

²⁷ A eleição de Prudente de Moraes como presidente do país em novembro de 1894 consolidou o tipo de política praticada na República, mas também representou a possibilidade de ascensão no poder das facções alijadas no governo de Floriano. Em 1897, quando o líder florianista Francisco Glicério é derrotado como presidente da câmara, ficavam divididos em meio à reorganização dos grupos os florianistas de um lado e os prudentistas do outro. A ascensão de Prudente de Moraes, certamente, influenciou na ascensão de Melk como chefe político da situação, uma vez que, segundo Amado, Felisberto Freire, representante local e senhor de engenho em Belém, pouco ia à vila, deixando Melk dirigir a política (AMADO, 1954, p. 151). Desta forma, Melk atuou de 1897 até 1906 sem sofrer nenhum abalo consistente, segundo a própria narrativa de seu filho Genolino Amado (AMADO, 1977).

A loja de seu Melk, chefe político da região no governo de Prudente Moraes, só poderia servir de campo de hospedagem para a oficialidade da expedição de Canudos e o desfecho daquele conflito representou, além da suposta vitória da civilização sob a barbárie, o conflito político federal entre prudentistas e florianistas, também conhecidos como jacobinos²⁸.

Neste sentido, ao contrário de muitos memorialistas que participaram do movimento regionalista nas primeiras décadas do século XX e recordam em seus textos a vida de meninos que viveram o auge da riqueza de seus avôs, respaldados pelo poderio em torno do cultivo da cana de açúcar e das relações escravocratas (ALBUQUERQUE JR., 2001), Amado apesar de ter tido uma relação bastante estreita com seu bisavô materno, se constrói por suas experiências e seus discursos, desde a infância, em meio às discussões em torno da República que tinha acesso na loja do pai.

O bisavô materno Manoel Luís de Sousa aparece nas memórias de Amado como sua primeira amizade, nas suas palavras, “*companheiro de brinquedo da minha primeira infância.*” (AMADO, 1954, p. 13). Segundo o autor, da casa do velho Manoel ficara na lembrança um quadro da cidade do Porto. Quadro que se fazia presente sempre em casa de todo português, seja em Pernambuco, na Bahia ou no Rio de Janeiro (AMADO, 1954, p. 15). Para Amado, aquele quadro figurava em suas memórias, justamente pela estima que ele tinha ao seu bisavô materno. O velho Manuel estava em Estância, mas seu espírito ficara na cidade onde tinha nascido.

A evocação de sua ascendência portuguesa, tanto por parte de pai quanto por parte de mãe, sugere a necessidade de Amado de se localizar enquanto membro de uma família tradicional do Sergipe que fazia parte de uma elite. Elite que foi proprietária de terras ainda na época da província de Sergipe d’El Rei. A evocação deste parentesco indica uma necessidade que, como veremos, é uma marca de Gilberto Amado ao longo de seus escritos memorialísticos: a necessidade de se diferenciar perante os outros com que se relacionava sempre se colocando em posição superior, seja em relação aos antigos moleques com os quais brincava em Itaporanga ou até mesmo aos seus colegas na época da Faculdade de Direito do

²⁸ Acusado pelos florianistas de ser o governo de Prudente de Moraes incapaz de proteger as instituições contra os defensores da restauração monárquica - forma como passaram a ser identificados os conselheiristas, a derrota de três expedições das tropas federais para os canudenses era inconcebível para os partidários do marechal que ficou conhecido por governar com “mãos de ferro”. O desfecho de Canudos, principalmente, após a morte do general florianista Moreira César, na Bahia, significou em grande medida uma necessidade de resposta e triunfo do governo civil de Prudente de Moraes frente aos militaristas partidários de Floriano Peixoto (HERMENN, 1996, p. 81-105).

Recife e literatos do Rio de Janeiro ou os demais políticos da República Velha e da “nova” também.

O fato de Amado evocar a sua ascendência portuguesa demanda também o compromisso que suas memórias têm de evocar e legitimar o poder de famílias tradicionais que com o passar do tempo já não eram as mesmas. De acordo com Miceli (1979), a maioria desses intelectuais provinha de famílias de estirpe, como era o caso dos Amados em Sergipe, cuja origem remonta aos antigos ramos senhoriais ligados à propriedade da terra. Como Amado, aqueles intelectuais dispuseram de toda espécie de triunfos sociais e culturais para que pudessem levar a cabo uma trajetória escolar bem sucedida. Para Miceli,

O fato de terem se especializado na atividade intelectual deve-se muito mais ao imperativo de reproduzirem as posições de classe que os seus vinham monopolizando do que às conveniências impostas por uma estratégia recente de reconversão (MICELI, 1979, p, 167).

O argumento de Miceli indica que a atividade intelectual de Gilberto Amado não era algo inerente a sua natureza, nem tampouco uma “tara de família” como o autor afirma, e sim um imperativo necessário à reprodução das posições de classe de sua família.

Assim, o avô paterno Jorge Amado só adquire importância nas memórias do neto quando este se transfere para Itaporanga, onde o pai prosperando, devido à alta do açúcar, pode desenvolver seu comércio (AMADO, 1954, p. 30). O velho José Amado iria ajudar seu filho na loja em Itaporanga. Aquele homem entra para as memórias de Gilberto Amado numa dimensão bem diferente que seu bisavô materno. “Sem ternura, sem agrados, rude, independente, não tendo necessidade de ninguém e quase nada...” (AMADO, 1954, p. 186). O velho José Amado aparece nas lembranças do neto como o tipo de homem rústico nordestino com o qual Amado não queria se identificar, como veremos a partir do segundo capítulo. José Amado também foi o homem dependente da figura do filho Melk. Já velho, ele se transfere para Itaporanga para trabalhar na loja do filho, ou seja, era o tipo de homem que Amado não queria ser. Ele representa, nas memórias do autor, a mesma dependência do pai que incomoda Amado. Dependência que o persegue e sobre a qual o autor destaca ao escrever sobre si, numa época em que o pai já estava morto.

Talvez no intuito de negar a rusticidade característica do seu avô José Amado como modelo de masculinidade, vinculada ao protótipo do homem nordestino que tinha seu poderio ligado à riqueza das épocas colonial e imperial, a República tenha posição de destaque nas memórias daquele homem. A República que, nas palavras de Durval Muniz de Albuquerque

Jr. (2003), representa a mulher ideal, capaz de se erguer contra o paternalismo dos senhores das casas-grandes. Contra estes senhores patriarcais, os doutores pré-positivistas desejaram substituir a velha forma imperial “pelo modo científico de conduzir multidões e resolver os problemas de governo” (ALBUQUERQUE JR., 2003, p. 87). Amado, assim como a sua mãe, a República, gestados em bases positivistas, deseja individualizar-se e se emancipar da tutela paternalista por meio de uma escrita de si que enfatiza a sua posição enquanto um intelectual, filho da República que cedo se tornaria um nome de destaque nas rodas literárias, seja pela sua produção enquanto literato seja pelos lapsos de irracionalidade que, como o episódio do assassinato do poeta Anníbal Theophílo desapontou tanto a sociedade carioca da época, quanto a sua mãe, que com seus ensinamentos civilizatórios não podia admitir que seu filho se tornasse um selvagem, “uma onça furando o mato”.

Neste sentido, desde o relato de sua infância, os ideais republicanos que chegavam à loja de seu pai por meio dos jornais que ele assinava são perseguidos por Amado na arte de constituição de si. Amado é o fruto deste casamento entre a República e o Coronel Melk. Assim, desde criança, ele convivera com debates políticos e republicanos na loja do seu pai. Debates estes que, ao mesmo tempo em que promulgavam o progresso, carregavam consigo toda uma carga selvagem em sua maneira de lidar com os sintomas de atraso que desejara combater. Talvez por isso, sua escrita de si seja tão, notadamente, marcada pela dualidade entre selvageria/civilização, progresso/atraso, privado/público, valores instaurados com a emergência da República e, como vimos, recorrentes na narrativa de Amado acerca do crime que cometera em 1915.

No Sergipe, a proclamação da República não encontrou resistência. A adesão foi imediata, chegando a unir republicanos convictos e ex-monarquistas como o padre Olympio Campos que como vimos era, segundo Genolino Amado, esteio eleitoral de seu pai. Os novos líderes políticos do Sergipe, na sua maioria, eram ex-militares e ex-monarquistas revestidos de nova retórica. A regeneração da sociedade, com a instauração da República, marcou os discursos dos novos adesistas (OLIVEIRA, 2004, p. 47).

Para Nicolau Sevcenko (1998), o advento da República traz não só uma série de benesses materiais, mas também novos padrões de privacidade, a maioria dos quais relacionados com os valores burgueses europeus e norte-americanos. Para o autor, a tônica recai numa perseguição aos moldes de progresso e civilidade. No entanto, tais padrões foram readaptados à realidade brasileira ainda marcada pelo seu passado colonial e escravocrata. As sensibilidades republicanas vivenciadas no Brasil trazem consigo toda a “carga opressiva do estatuto colonial e da ordem escravista (...) que definem ulteriormente como cada grupo ou

indivíduo irá construir os sentidos que articulam suas experiências íntimas” (SEVCENKO, 1998, p. 28).

Neste sentido, podemos entender Amado como este indivíduo que, como tantos outros, conviveu e mesclou valores coloniais e imperiais, tais como a estrutura de uma família patriarcal²⁹, cujo mando do pai o fizera seguir um destino diferente daquele que ele queria, com os valores de sua mãe maior, a República, os quais, desde cedo, o colocaram em contato com sua face enfurecida e destruidora, enfatizada em episódios como a Guerra de Canudos em que ele presenciara os destroços humanos jorrarem pelo Vaza Barris.

Ao destacar em suas memórias o quanto ele, Gilberto Amado, esteve desde criança envolto nas tramas do político na República Velha, o autor tenta justificar o seu destino final: o filho da República é como tal o protótipo do ideal do homem republicano e, principalmente, do intelectual formado naquele momento histórico tão marcado pelos ideais de civilização e disciplinarização do eu e dos espaços. Um homem que era o tipo de político ideal para a nação que começara a nascer com a República. A narrativa de Amado se condensa nesta tentativa de se elaborar enquanto um homem formado e representante intelectual e político que não poderia ser esquecido da memória intelectual brasileira.

Segundo Lilia Moritz Schwarcz (1993), ainda no Império, a profissão e a figura de bacharel tornam-se estimadas no Brasil. O prestígio vinha, no entanto, menos do curso em si e mais da carga simbólica e das possibilidades políticas que apresentavam a profissão de Direito. Sinônimo de prestígio social, marca de poder político, o bacharel emerge com toda a força num país que almeja criar elites próprias de pensamento e direção política (SCHWARTZ, 1993, p. 142).

E é, neste sentido, que Amado torna-se um dirigente do país, pois isso a escrita de suas memórias é um meio que aquele autor encontrou de se construir como um personagem que, desde criança, também esteve predestinado ao mundo da política, mesmo que afirme que isto não fosse um projeto seu. Desde criança, ele convivera com as discussões políticas em sua

²⁹ A validade do conceito de família patriarcal já foi muito discutida no Brasil. Aqui adotamos a sugestão de Albuquerque Jr. (2003), segundo a qual, mais interessante do que se preocupar se o conceito de família patriarcal dá conta ou não da realidade brasileira, seria problematizar a emergência de tal conceito num determinado momento histórico. Segundo o autor, o conceito de família patriarcal é inventado por Gilberto Freyre no início do século início XX para demarcar a diferença entre as sensibilidades republicanas em relação às coloniais e imperiais. Freyre escreve de um lugar social onde o autor se ver desterritorializado pela emergência de novos valores que indicam uma horizontalização da sociedade brasileira no início da República. O homem, o patriarca, deixa de ser o foco das decisões no âmbito familiar, dando maior espaço para atuação feminina tanto na esfera pública quanto na privada (ALBUQUERQUE JR., 2003, p. 135- 148).

casa, e como primogênito é o alvo dos sonhos do pai. O coronel Melk desejara formar seu filho em Direito e a partir daí enveredá-lo pelo mundo da política. Vivendo num ambiente em que respirara ares republicanos em termos políticos e onde o pai parece ser ainda a maior autoridade, Amado não conseguiu dizer não ao pai e por isso relegou parte de sua vida à política e a perseguição dos ensinamentos de sua mãe republicana. Teve, então nas suas próprias palavras, uma atuação de comparsa. E o maior de todos os seus comparsas parece ser o patriarca Melchisedech, uma vez que diz ter dedicado parte de sua vida à realização dos sonhos do pai.

Em Amado, vemos misturarem-se os desígnios do coronel Melk e os anseios da sua mãe, a República. Amado é fruto desta contradição que caracteriza o período republicano brasileiro que mescla os valores patriarcais, remanescentes dos períodos coloniais e imperiais, com os objetivos civilizatórios e modernizantes que se intensificam com o advento da República. Ele é o primeiro filho de quatorze que como primogênito e compartilhando ainda de uma concepção de família onde os anseios do patriarca parecem ser inquestionáveis, carrega nas costas o peso de conquistar os projetos do pai: tornar-se político. Ele ainda não participa por completo de uma certa individualização do sujeito (FOUCAULT, 1992, p. 29-87), noção própria dos tempos modernos que a República almeja instaurar no Brasil, que o permita se emancipar da tutela do pai e seguir seu próprio caminho. Amado é um agregado dos sonhos do Coronel Melk e da Primeira República (AMADO, 1958, p. 43).

Pelas mãos paternas do Coronel Melk, Amado é levado a conhecer, por meio de sua formação, os postulados positivistas que atuaram na sua constituição enquanto intelectual e político. Postulados estes que são perseguidos por Amado como justificativa de uma intelectualidade que, por vezes, aparece nas suas memórias como algo inerente à sua natureza. Seu pai Melchisedech de Sousa Amado de Faria aparece, nas memórias do filho primogênito, como esse personagem ambíguo: aquele que possibilitou sua formação, emblema de orgulho para Amado e aquele a quem Amado teve de relegar parte de sua vida a um sonho que não fazia parte de seus projetos.

O desejo de se individualizar como um sujeito de saber, isto é, construir sua imagem enquanto intelectual é o que leva o autor a escrever suas memórias. E ali ele seleciona, recorta, maqueia sua face com as tintas e cores com as quais ele gostaria de ser visto. Tintas que almejam conferir uma essência para si por meio de palavras. Palavras que, na concepção de Amado, tinha um dever de sedimentar um eu. Um eu constituído por metáforas que sempre remetem à intelectualidade como algo inerente a ele. Como se sua intelectualidade percorresse as entranhas do seu corpo, fosse o que ele chama de “tara familiar”. Passemos, agora, à

problematização de como a intelectualidade perpassa também uma escrita do corpo. O corpo de um intelectual que, provavelmente, o redimiria de seus atos de desrazão como aquele que acabou no assassinato de Anníbal Theophílo. Um corpo de um intelectual que, para aquele autor, não poderia ser esquecido da cena social brasileira.

CAPÍTULO II

Quando o corpo e a mente precisam saber: relatos de formação intelectual

Vimos no capítulo anterior que Amado define sua intelectualidade como algo inerente à sua natureza, chegando até a supor que seu gosto pelo magistério e cultivo do intelecto era uma “tara de família”, algo hereditário, como se a intelectualidade percorresse seu corpo o indispondo a atos de desrazão como o crime que cometera em 1915. Talvez por isto, as lembranças de sua formação intelectual apareçam, em suas memórias, como uma tentativa de construção daquele homem como um ser essencialmente criado sobre os auspícios da razão. Um filho da República e seus ideais positivistas e civilizatórios. Um homem que por meio de sua escrita de si tenta sedimentar um eu intelectualizado, higiênico, disciplinado, racional e cristão. Talvez, por este motivo, os pares dicotômicos que opõem a razão e a desrazão, a ordem e a desordem, o limpo e o sujo, o masculino e o feminino, o instinto e a penitência sejam pares presentes na escrita memorialista que versa sobre a formação intelectual de Gilberto Amado, como veremos a seguir. É, justamente, neste jogo de alteridades que Amado se constrói enquanto um corpo intelectualizado que para se legitimar enquanto tal assume também a postura de um corpo higiênico e disciplinado.

Neste sentido, a narrativa acerca da formação intelectual de Amado é utilizada em seu proveito. Segundo o autor, com 14 anos, em Itaporanga, ele era distinguido dos demais meninos pelo seu anel, canudo e título, simbologias que faziam dele o ideal do brasileiro moderno (AMADO, 1958a, p. 271). Este mesmo discurso que enfatiza o peso daquela simbologia que estrangulava sua infância serve para demarcar seu lugar, construir sua identidade enquanto intelectual, membro de uma elite que o distinguia dos demais meninos, os quais diferentemente dele não correspondiam ao ideal do brasileiro de fins do século XIX, ou seja, não eram meninos educados, higienizados e nem tampouco disciplinados. É na relação de alteridade com todos os outros que Amado utiliza-se para demarcar um lugar para si, instituindo o seu eu, sempre se distinguindo do(s) outro(s) que ele não almejava ser (DUSCHATZKY, 2001, p. 119).

Este capítulo tem como objetivo problematizar a narrativa memorialística de Gilberto Amado em torno de sua formação intelectual. Neste sentido, entendo que ao narrar suas experiências, o autor visa construir imagens de si, objetivando a sua legitimação como sujeito intelectualizado.

Para tanto, procuro problematizar como e com quais interesses a escrita que versa sobre suas experiências escolares e formação intelectual na infância e juventude constrói imagens que para Amado correspondiam ao seu interesse em se divulgar enquanto homem formado na República das letras. Talvez o intuito em se autoconstituir como um corpo intelectualizado esteja também relacionado a uma satisfação que aquele homem precisou dar aos seus pares intelectuais-filhos também da mãe republicana – uma justificativa do episódio do assassinato do poeta Anníbal Theophílo que abalou sobremaneira sua imagem de literato, intelectual e político, contribuindo para que ele fosse eleito para a Academia Brasileira de Letras só no final de sua vida. O intuito de se constituir como um corpo formado à luz da razão também foi uma forma que o autor encontrou de não deixar que os ideais que participaram de sua formação caíssem no ostracismo. Sugiro, mais uma vez, que o objetivo daquele homem de se construir enquanto uma unidade por meio do relato de sua vida em cinco livros de memórias corresponde a uma necessidade de se refazer por meio de palavras, acreditando na perenidade destas. Através de sua escrita, Amado manipula sua máscara de intelectual, disciplinado, higienizado, muito diferente do bicho que era capaz de furar onça quando se encontrava contrariado.

Num segundo momento, contemplo os relatos de suas leituras e conseqüentes concepções de Literatura e História, procurando problematizar como estas atuaram na sua produção memorialística. Estes relatos de leituras, na época de sua formação no Recife, são aqui pensados como textos que atuaram na construção de suas subjetividades. Nesta perspectiva, seu relato de formação é tido como um caminho de construção de si em que se entrecruzam textos: os textos de sua formação e as apropriações que deles o autor fez ao longo da leitura e escrita de suas memórias, contribuindo assim, para uma singular invenção de si (FOUCAULT, 1992, p. 129-160).

2.1- Histórias da minha e outras infâncias

De acordo com Amado, o aprendizado das primeiras letras deu-se pelo auxílio da mãe Ana. Era comum, no século XIX, a educação de meninos e meninas ser feita por mestres particulares, também chamados de preceptores ou até mesmo pela mãe, caso estas tivessem algum aprendizado das letras como parecia ser a mãe de Amado. A educação doméstica, até

certa idade, era reconhecida como modalidade mais adequada ao ensino de meninos e meninas, porém eram acessíveis a poucas pessoas. A partir do momento em que as instituições começam a intervir na educação, a escola gradativamente passa a ser o foco de interesse da intervenção do Estado na família.

A princípio, segundo Vasconcelos (2005), a intervenção institucional da educação na família é vista com maus olhos pelas elites que “julgavam essas medidas como afronta intervencionista ao poder que até então era exclusivamente da casa: decidir, contratar, fiscalizar e deliberar sobre a educação de seus filhos” (VASCONCELOS, 2005, p. 105). Gradativamente, as elites começam a perceber que podem aliar-se ao Estado e dividir com ele a responsabilidade da educação dos filhos. É nesse momento, que a escola começa a ganhar fôlego até se tornar foco de interesse hegemônico no século XIX.

Tendo nascido no ano de 1887 e iniciado os seus estudos em escola por volta dos seis, sete anos de idade, os primeiros anos de escola foram vivenciados por Amado na escola de Sá Limpa. Personagem que entra nas memórias do autor como um dos seres fantásticos que povoavam sua imaginação infantil, “como uma das visagens que o crepusculavam nos olhos na primeira sonolência noturna” (AMADO, 1958a, p. 85).

Sá Limpa era a professora particular e se diferenciava, segundo Amado, de Maria Cândida, professora pública, magra, sempre de enxaqueca com rubores súbitos, moça velha de peito murcho. Sá limpa era diferente, era professora ilustrada e puxava pelos meninos (AMADO, 1958a, p. 80).

Mesmo sendo professora ilustrada e particular, Amado destaca em suas memórias que a escola de Sá Limpa situava-se na rua principal, onde corria um rego por onde passava a enxurrada da cachoeira. Amado relata com detalhes a insalubridade que cercava a escola. A porta da escola sobre dois batentes dava logo para a lama, na qual os meninos se deliciavam metendo os pés. Poucos eram os que usavam sapatos, a maioria andava de tamanco ou descalços. Com os pés enlameados, entravam na escola, trazendo consigo os excrementos e com eles todas as formas e modalidades de doenças. A disenteria e a ameba por ali se misturavam. Outros meninos iam para a escola com sezões, tinham ataques durante as aulas. “Batiam os dentes, começavam a tremer”. A professora Sá Limpa os cobria com um saco velho por detrás de uma porta. No fim da aula eles voltavam, suando e com um ar de quem sai da escuridão, piscando os olhos. Iam pela rua trocando as pernas” (AMADO, 1958a, p. 91).

A palmatória ainda agredia as mãos dos moleques que não decoravam a tabuada e em alguns o líquido chegava a escorrer pelas pernas (AMADO, 1958a, p. 85-88). Como se percebe, a escola onde Amado começou seus estudos não correspondia aos padrões modernos

de escolaridade. Para termos idéia das condições escolares vigentes no Sergipe na primeira década do século XX, basta destacar que, nas vésperas da instauração da República, o presidente da então província Dr. Francisco Ildefonso Ribeiro de Menezes denunciava as condições de funcionamento das escolas públicas, informando suas precárias condições de existência, destacando a falta de espaço e luz, os olhos nus das crianças que sentavam em tábuas ao rés do chão, onde não havia nem mesa para os professores, nem tampouco livros para os alunos estudarem. Entre os anos de 1889 e 1910, quatorze atos tentaram organizar a instrução primária no estado. Estes atos constatavam as precárias condições que circundavam as práticas de escolaridade no Sergipe, fortemente denunciadas pelos presidentes que governaram o estado (OLIVEIRA, 2004, p. 75 -79). Pelos relatos de Amado, podemos inferir que mesmo sendo a escola de Sá Limpa particular, as condições de escolaridade daquele espaço de saber pareciam não se diferenciar tanto das demais escolas públicas do estado do Sergipe.

As condições de escolarização daquele autor parece se assemelhar em muito com as vivenciadas por José Lins do Rego na cidade de Parahyba do norte, como bem analisou Ana Maria Galvão. A autora ao reconstruir as práticas cotidianas da escola primária, entre os anos de 1890 e 1920, na Paraíba, constata o quão diferente eram as práticas escolares em cidades do norte se comparadas a outras cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, onde o processo de higienização de corpos e espaços começara a atuar na disciplinarização das cidades e produção de corpos dóceis necessários à configuração da cidade moderna, bem como do Estado-Nação tão almejado com a implantação da República (GALVÃO, 1998, p. 117- 140).

Em meio à precariedade das condições de escolarização que Amado vivia desfilam tipos na narrativa daquele autor que demarcam o outro na escola, personagens para os quais o autor cartografa um lugar de distinção perante os colegas. Figuram nas memórias da Escola de Sá Limpa personagens como os caipirinhas, os pixains, os cabos verdes, os sararás, uns italianos, outros banguelas, zarolhos, tártaros, perebentos. Havia também meninos com umbigos grandes, tufudos, empinados, pendentes como quiabos no meio da barriga e um cabrocha magrinho de fala fina. Meninos que comiam caroços de jaca e bunda de tanajura assada, além de cacos de telha nova, dos quais o autor só lembra suas panças e faces tristes (AMADO, 1958a, p. 90-91).

Todos esses personagens se distinguem de Amado em sua narrativa. Afinal ele era filho do coronel Melk, dono da loja mais famosa da cidade, chefe político, homem que trouxe o teatro para Itaporanga. Amado já aqui constrói sua identidade enquanto alguém que em

muito se distinguia de seus colegas de escola. Talvez por isso, observamos a quase ausência de narrativa acerca de sua própria passagem pela Escola de Sá Limpa. O que fica são as imagens impactantes dos outros. É como se Amado não fizesse parte daquele mundo, por isso a escrita de suas práticas escolares relaciona-se aos diversos outros que dão dizibilidade e visibilidade para que o autor se construa como aquele que era diferente de todos. A narrativa de Amado obedece a um desejo do autor de se construir como um corpo que, desde criança, estava predestinado ao saber. Um corpo higienizado e disciplinado, necessário a sua gestão enquanto intelectual. Ao narrar sua experiência na escola, o protagonista converte-se em espectador daquilo que lhe causa estranheza. Ele até tinha vontade de provar o gosto da carne de tanajura assada que muitos dos outros meninos comiam, mas tinha medo (AMADO, 1958a, p. 91).

Aqui, já começamos a perceber também uma certa particularidade na escrita de Amado quando o assunto são suas experiências escolares na infância: toda uma narrativa preocupada com a construção não só de um corpo educado, mas também de um corpo disciplinado e higienizado que se distinguia dos demais. Amado participa da construção de si, moldando-se ao tipo do

indivíduo contido, polido, ‘bem educado’, cuja norma ideal é o comportamento reprimido e disciplinado do gentleman, do *peti-bougeois* europeu. Mas, às custas de uma crescente tendência a autculpabilização, que se tornou a marca registrada do sujeito ‘civilizado’ e aburguesado. Do sujeito forçado a exercer o autocontrole sobre si mesmo. Do sujeito ensinado a reagir com estranha intolerância às menores falhas morais – reais ou imaginárias, suas ou de seus pares – falhas estas, responsáveis, em muitíssimas ocasiões, pelo sofrimento psíquico que ele experimentava (COSTA, 1999, p. 14).

Neste sentido, podemos dizer que o corpo de Amado não atenta apenas para si, mas para o espaço e as demais pessoas que convivem com ele. Segundo Costa (1999), o ideal do indivíduo polido foi tema perseguido pela elite política e letrada, não só na primeira República, como também se estendeu para meados do século XX. No intuito de construir sua imagem como intelectual saudável, Amado persegue e destaca, desde sua narrativa de infância, os outros dos quais ele se diferenciava, aqueles corpos sujos e ignorantes do qual ele membro da elite de Itaporanga se distinguia. E isto não nos causa tanto estranhamento se levarmos em conta o fato de que quando Amado escreve suas memórias ele já é um homem maduro, político e letrado que atuou na construção dos ideais de um país moderno que para ser moderno tinha que ser educado e higienizado, daí também o interesse em construir, através de seus escritos memorialísticos, uma narrativa que o edifique como indivíduo, que

desde a infância, estava predestinado a ser um espírito moderno, se levarmos em conta que ser um homem moderno, desde a primeira República, significa ser um corpo saudável não só fisicamente como também intelectualmente.

2.2- Rupturas e desfragmentações: o internato como descoberta do mundo adulto

Terminada a primeira fase de estudos em Itaporanga, Amado transfere-se para Aracaju para estudar no Colégio interno do professor Oliveira. Logo nas férias que passa no sobrado de seu padrinho a quem se refere como “L”, o autor entra em contato com um mundo que parece desterritorializar a identidade do Gilberto Amado, filho de seu Melk, dono da maior loja de Itaporanga e chefe político da situação. O contato com os filhos de seu padrinho fez com que Amado experienciasse o outro lado da moeda. É, em Aracajú, que Amado se deu conta de sua gagueira, estigma que, aliás, segundo Miceli (2001), acompanhou muitos intelectuais contemporâneos de Amado³⁰. Em Aracaju, quem é esnobado é Amado. Ele não tinha os brinquedos que os filhos de seu padrinho tinham, nem tampouco lera os livros que os demais meninos haviam lido. Segundo o autor, a inferioridade foi a base do afeto que os demais meninos tinham por ele. “Quanto mais abaixo deles eu me mostrava, mais se aproximavam, mais simpatizavam comigo” (AMADO, 1958a, p. 222).

Desterritorializado de sua terra, Amado também se encontra estranho a si mesmo. A entrada para o colégio interno institui outro momento de ruptura na vida daquele autor. Em Itaporanga, Amado diz ser parte “de um mundo, de um conjunto, pai e mãe, rio e mar, meninos, cavalos; era parcela de uma soma... Já em Aracaju começara a desintegração, de um universo ecumênico e total, fragmentara-se-me o espaço vital em blocos de estrutura diferente” (AMADO, 1958a, p. 25). Neste momento de ida para o colégio em Aracaju, Amado parece ter a infância castrada e sua identidade esfacelada por um mundo de prisão que o fez se reconhecer diferente de tudo e até mesmo diferente do que ele imaginava.

³⁰ Segundo Miceli (2001), eram gags Humberto de Campos, Lima Barreto e Hermes Fontes.

O colégio ia-me por face a face com uma realidade diferente. Ai não se tratava de fruta fundindo-se no paladar; mas de caroço de mastigação difícil exigindo dente duro. Embalde procurar iludir a memória chamando-a a deter-se nalguma refração agradável. Tudo, ao contrário, se embacia numa opacidade fechada. Colégio interno em Aracaju, Colégio Oliveira, único aliás do Estado, tinha de internato, no sentido normal do termo, apenas o nome. Era uma casa chata de muitas janelas, junto do quartel, numa esquina no fim da rua da Frente, no caminho da Fundação. Na calçada, debaixo de uma enorme barriguda e um tamarindeiro que ensombrava, alunos externos e internos fervilhavam soltos com as môscas e mosquitos, em tórno dos vendedores de frutas e dos tabuleiros de doces. A recordação não se associa a lembrança de estudo, meninos de livros nas mãos, cabeças pendidas sôbre em mesa de aula (AMADO, 1958a, p. 232-233).

O colégio aparece na narrativa de Amado apenas como experiência que o tornara homem, mas que em quase nada acrescentara a sua formação intelectual, uma vez que a própria direção e administração do colégio sob os cuidados do professor Oliveira parecia ser um fiasco. De acordo com o autor, o diretor era um fraco que chorava sem motivos e além de tudo era mandado pela esposa e filhas (AMADO, 1958a, p. 233), ou seja, nem mesmo o diretor Oliveira correspondia ao tipo de homem forte e másculo ideal para a direção de um colégio que se destinara a formar homens.

Com o intuito de demarcar seu lugar como diferente de todos, um corpo intelectualizado que para se constituir enquanto tal não deveu nada de sua formação às instituições pelas quais passou, e sim ao seu esforço próprio, à sua capacidade de autocontrole, Amado, em sua narrativa, parece não dever nada de sua formação intelectual ao Colégio em Aracaju e sim às aulas particulares que tomara. “Latim ninguém estudava, nem livros havia. Eu tomava lições particulares como Alfredo Montes, de inglês, e com Teixeira Faria de matemáticas. Entrei com essa condição” (AMADO, 1958, p. 223).

O mundo do Colégio figura, na narrativa de Amado, como lugar de experiência de vida, onde o menino se tornara homem por entrar em contato com o lado perverso das pessoas e até mesmo com o seu e não como um local de aprendizado. Dessa forma, o autor começa a delinear sua imagem enquanto autodidata. Desde criança, o autor parece não dever nada de sua formação às instituições que freqüentava e sim ao empenho e esforço próprio. Acerca de sua formação na faculdade de Direito do Recife, o autor enfatiza:

Os estudantes brasileiros que querem aprender (não sei se hoje é melhor) são verdadeiros heróis do autodidatismo. As definições sumárias, legadas a escola e a nomes de autores não são cavadas a fundo pelo professor ao lado do aluno, em seminários ou em sabatinas, na apuração do sentido dos textos e na verificação da sua extensão e alcance dentro dos sistemas, teorias e doutrinas e entre estas e aquêles (sic). Na ausência de métodos universitários de métodos de estudo, serviu-me, além do desejo sincero de aprender o gosto, que herdei não sei de que antepassado, de não

dissimular comigo mesmo, de não me contentar em pensar que sei sem estar certo do que sei até onde seja possível (AMADO, 1958a, p. 33).

A vivência no colégio, naquele mundo cruel, cheio de castigos e armações faz com que as lembranças de Amado remetam a uma infância castrada que fez com que ele debutasse de forma dolorida no mundo adulto. Uma experiência crucial, nesse processo, foi quando Gilberto, impelido pelo chefe dos meninos, diz ter sido obrigado a dar uma sova em um de seus companheiros, cumprindo com sua função de sentinela do quarto, largando a corda em Conradinho que quis passar sem permissão. “O menino abaixou-se, as cordas apanharam-no no rosto de maneira infeliz, o sangue jorrou” (AMADO, 1958a, p. 232). O Colégio não tanto pelo nível de instrução que passou a Amado, mas sim por colocar nosso autor com a face cruel da vida teria debutado o menino Gilberto no mundo adulto.

Assim como na narrativa dos antecedentes do crime que Amado cometeu contra Anníbal Theophilo que enfatiza o lado impulsivo e, segundo suas próprias palavras, selvagem, a surra que Amado dera em Conradinho também é um episódio em que o autor diz entrar em contato com um lado seu que até então não conhecia: aquela face de um menino capaz de atos de covardia como foi a sova que Amado deu em seu colega de internato. Mais um ato de “selvageria” é narrado por Amado. E, neste sentido, podemos entender que o intuito de se autoconstituir enquanto um corpo disciplinado e intelectualizado é uma tentativa constante de maquiar este outro “selvagem” que Amado guardara dentro de si.

Segundo Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura (1999), a identidade da criança e do adolescente é construída a partir de elementos que incorporam o idílico e a relação com o sagrado, a partir de características como temeridade, imprudência, fraqueza e fragilidade. Foi com um ato cruel, segundo Amado influenciado por seu colega, que o menino Gilberto entra no mundo adulto. O colégio interno de Aracaju entra para as memórias de Amado como um agente de defloração de sua infância, porque além de simbolizar o distanciamento daquele menino de um mundo que lhe pertencia como era aquele mundo de Itaporanga, também põe Amado em contato com a face má das pessoas e a sua própria. O colégio rompe, portanto, com o mundo idílico da infância em Itaporanga, aquele mundo de meninos tártaros, zabolhos, com umbigos pendentes no meio do bucho que metiam o pé na lama. O colégio interno que, segundo Galvão, era tido como casa de correção sanatório, prisão que servia para amansar, endireitar, consertar os alunos, põe Amado, como no episódio do assassinato de seu colega de letras, frente à face selvagem daquele autor, despontando-o para o seu reconhecimento enquanto adulto.

A entrada de Amado no mundo adulto não obedece a uma linha evolutiva que presuma uma linearidade temporal. Não está, portanto, na idade cronológica daquele homem, “mas nas subjetividades constituídas, nas relações, nas lembranças, nas narrativas, nos modos de ser pessoa que aprendemos como possíveis.” (AQUINO; REGO; OLIVEIRA, 2006, p. 269-286). Apesar de seu conjunto memorialístico ter o objetivo de dar um sentido em sua vida, são eleitos pelo autor acontecimentos que demarcam pontos de viragem em suas experiências. Neste caso, a saída do colégio devido a um ato de crueldade para com seu colega. Mais uma vez, por um ato do que os letrados como Amado denominam de selvagem, o autor vivencia um corte na sua vida. Corte que o desponta para um novo mundo, para a vivência e construção de outras imagens de si.

2.3- Mordendo travesseiro e despedaçando lençóis: imagens do feminino e do sexo na produção de um corpo intelectualizado

A sova que Amado deu em Conradinho acabou acarretando a sua saída do Colégio. Voltando a Itaporanga, o jovem Amado depara-se com outro problema que, segundo ele, também contribuiu para o fim de sua infância: a decadência da loja de seu pai exigiu que Gilberto, primeiro filho dos quatorze, cedo tomasse posturas de adulto. “Loja a liquidar-se, caixeiros reduzidos a um, tive de ir vender nas feiras, nos engenhos, montado em cangalha, no meio de caçuás cheios de mercadorias” (AMADO, 1958a, p. 251)

Amado passa dois anos sem frequentar nenhuma instituição de ensino. É nesse período que o autor largado em Itaporanga e vendo a família aumentar diz descobrir o que para ele seria o maior prazer da sua vida: a leitura. Para o autor, a leitura seria o seu maior embeijamento da puberdade, chegando a sobrepujar o interesse por mulheres. “Tinham elas [as palavras] (...) mais valor para mim do que rosto ou seio de mulher, pois apesar das calças compridas e da bengala, mulher ainda me fazia medo” (AMADO, 1958a, p. 276).

Apesar de Amado se orgulhar de ser filho da sua mãe republicana, a figura do feminino e a própria vida sexual de Amado é algo que merece um destaque peculiar no conjunto de seus cinco livros de memórias. Depois de dois anos sem frequentar colégio algum, Amado se transfere para Salvador para cursar Farmácia. Segundo o autor, não

importava se o curso era de pouco prestígio na época³¹. O que importava era a possibilidade de estudar e alçar novos vôos. Em Salvador, Amado entra em contato com a vida de estudante de república, cujas condições sanitárias daqueles lugares “suportaria comparações com as piores que o mundo pudesse ter conhecido, em morro, favela ou superpovoado rincão da Índia (AMADO, 1958a, p. 256).

O que fica nas memórias de Amado, além das condições de insalubridade das repúblicas da Bahia, é o esforço dos estudos, as aulas de reforço que dava para angariar recursos que acrescentassem algo à incipiente mesada, às más condições sanitárias da existência de estudante nas Repúblicas e a vida de muitos estudantes, que segundo o autor, nada tinham em termos de “*virilidade espiritual*”. Impressionava o que ele chama de “*boçalidade sexual*” que reinava nas repúblicas.

As moléstias obrigadas a sândalo Midy, óleo de copaíba, xarope de Gibert, pílulas de Ricord, eram consideradas fato natural. Muitos se gloriavam das contaminações e dos seus efeitos, como se fossem emblemas ou troféus de vitória. Não contentes, zombavam dos precavidos e esclarecidos que resguardavam o corpo e não ostentavam as mesmas mazelas. Rapazes chegavam do interior vendendo saúde, entregavam-se, perdiam a vista (AMADO, 1958a, p. 259).

Já em Recife, Amado também fora tentado por uma mulata que, segundo o autor, “estava carregada de moléstias do mundo”.

Dominado, desde cedo, por um senso naturalístico da vida, acreditando em micróbios, contágio, infecção, e disposto a não sacrificar definitiva e desnecessariamente a saúde, não me deixei arrastar e imolar na facilidade em que via tantos colegas se desgraçarem. Troçavam-me na sua inconsciência; não podiam compreender que eu me preservasse como o fazia. A mulata provocava-me, usava de todos os meios de atração. Defendi-me, não a deixei sequer aproximar-me. Tinha medo até do hálito distante (AMADO, 1958a, p. 21).

De férias da faculdade, relata a sua volta a Itaporanga e o medo de doenças venéreas aparece nas lembranças de Amado em outro relacionamento. Desta vez com uma mulher casada, uma loura com a qual desenvolvera o hábito de trocar sugestões de leituras. Amado

³¹ De acordo com Miceli (1979), a ruptura com o espaço familiar e o, conseqüente, nomadismo por que passou muito dos intelectuais que como Amado precisaram sair de casa para dar continuidade aos estudos são indícios não apenas do declínio financeiro de famílias abastadas, mas também uma forma de perpetuar sua posição enquanto classe dominante, repartindo os filhos pelas posições políticas, intelectuais e burocráticas (MICELI, 1979, p. 167). Segundo este mesmo autor, em outro estudo, no período de decadência financeira dos Amados em Itaporanga, Amado se viu obrigado a aceitar um lugar de empreiteiro nas obras de uma estrada de ferro (MICELI, 2001, p. 49)

disputava o amor daquela mulher com seu primo Joãozinho Almeida que, nas palavras do autor, tinha o corpo cheio de marcas de “doenças do mundo”. Segundo o autor, suas brigas com o primo não era por ciúmes da moça, mas por zelo com o que ele havia nascido “com seus gostos e tendências (...) por saúde, medo de doença, pena de admitir a simples possibilidade de estragar-se tão belo pedaço de mocidade!” (AMADO, 1958a, p. 54).

De acordo com Mary Del Priore (2006), doenças como a sífilis, chegam ao Brasil no século XIX com a chegada dos bordéis. É, neste momento, que se multiplicam os manuais de venerologia e descobertas feitas na primeira metade do século permitem identificar os cancros simples dos infectantes. Descreviam-se o alastramento das doenças pelos rins, fígado e sistema nervoso, aumentando o medo das pessoas em torno do assunto. Os jornais multiplicavam assuntos sobre os remédios milagrosos e, segundo a autora, não foram poucos os homens públicos, senadores e poetas que morreram desta moléstia. De todo modo, a doença era tida como ícone de masculinidade. “A moral social – que dava ao sexo masculino toda a liberdade e nenhuma ao feminino – tornava difícil a confissão da mulher sifilítica” (DEL PRIORE, 2006, p. 202).

A preocupação com a higiene do corpo e dos espaços pelos quais circulava figura nas memórias de Amado como algo natural. Como se, desde sempre, ele carregasse consigo o que ele chama de “senso naturalístico da vida”. A construção de sua escrita opera, justamente, nesta intenção de dar uma substância, uma essência àquele corpo que necessita ser preenchido por palavras que parecem lhe emprestar algum sentido. Nessa empreitada, Amado sobrecarrega suas memórias de lembranças que insistem em construí-lo como um corpo, desde sempre, higienizado, um corpo moderno por excelência e também ascético.

A intenção de conferir um sentido para sua existência escamoteia uma série de circunstâncias que delimitam o interesse de Amado em se construir enquanto um homem de intelecto e de higiene. Amado, literato, filho e político da “velha” república, sente a necessidade de se constituir como o protótipo do homem ideal à construção e bom desenvolvimento da nação que, ao contrário de muitos outros, não trazia em seu corpo, praticamente imaculado, marcas de doenças venéreas. Um homem diferente daquele que matara outro. A necessidade de Amado se declarar como um homem racional e disciplinado é também uma resposta de Amado a si e aos outros que, na época do assassinato, o qualificaram como selvagem. A escrita de suas memórias é uma invenção que o permite construir um lugar para si em meio às tramas de seu passado e de seu presente.

Além disto, as lembranças de uma vida, em grande parte ascética, mais devotada aos estudos e à carreira profissional fazem parte de um investimento deste autor em se diferenciar

do tipo de homem construído pelo regionalismo nordestino, que segundo Durval Muniz Albuquerque Jr. (2003) opera na construção do ideal de macho, virilizado. A construção da masculinidade, em Amado, não está na narrativa de suas experiências sexuais, e sim na necessidade de se auto-disciplinar com vistas a outros objetivos, como aquele de se construir enquanto um homem esclarecido, um homem racional, um homem disciplinado por excelência. Amado constrói um modelo de masculinidade diferente da maioria de seus conterrâneos nordestinos. Se ser um homem do nordeste, para Gilberto Freyre, por exemplo, era resgatar uma virilidade perdida na Colônia e no Império e na decadência do Nordeste enquanto região de domínio socioeconômico, ser homem para Amado parece corresponder ao ideal de homem moderno, um homem higiênico e ilustrado que, provavelmente, seria qualificado por Freyre de afeminado.

No entanto, é o próprio Freyre que nos fala de um outro Amado. Um Amado recifense e boêmio. Nas suas palavras, um Amado sergipano, que nasce de novo no Recife. “*Uma instituição Recife*”. No texto “*Recordação de Gilberto Amado, o recifense*”, publicado em 1964, na Revista Brasileira de Cultura, Freyre relata:

Vendo-o, como o vi, pleno de glória, aos oitenta e poucos anos, recordei-me, por vezes, de outro Gilberto Amado: o das nossas noites fraternas e sinistras de peregrinação pelas pensões de mulheres perdidas da Lapa e da Glória, bebendo uísque e às vezes cognac, terríveis alienados, quase desesperados, mas sempre lúcidos na alienação e no desespero, eu considerado por parentes seus “rapaz perdido”, que não covinha a um até há pouco Senador da República ter por companheiro tão constante, enquanto o meu tio Juca advertia do Rio a meu Pai, recifense, que só podia prejudicarme, a mim e aos meus, ser visto com tanta freqüência, noites altas e através de madrugadas boêmias, com um “homem perdido” como Gilberto Amado, segundo êle, se tornara, depois da chamada Revolução de 30 (FREYRE, 1964).

Poderíamos até presumir que Amado teria se tornado um “homem perdido” após ter sido destituído de seu cargo de senador com a queda da Revolução de 30, no entanto as memórias de Amado tentam destacar que mesmo com o fim da chamada primeira república, o autor era

zeloso das conveniências sociais – respeitá-las é um dos atributos da extrema liberdade do espírito (o boêmio com suas extravagâncias não passa muitas vezes de exibicionista, que está sempre representando), ninguém me ver com “mulheres” na rua, seja em Paris, em Nova York, onde quer que seja. Nunca me sentei em bar, café ou restaurante com “amigas” de ocasião (AMADO, 1960, p. 203).

Freyre, em suas recordações de Amado parece, por um instante, destruir toda a empreitada memorialista de Amado se constituir como um intelectual racional e civilizado, um membro de uma classe dirigente não só do norte decaído, mas de toda uma nação. As divergências de lembranças entre os dois Gilbertos, o Freyre e o Amado, sugerem para além do atributo de quem está falando a verdade ou não, as distintas identidades que ambos pretendem construir para o sergipano, indicando uma disputa pelo poder de manipulação das memórias que privilegiam distintas formas de construção de identidades. Enquanto Freyre vê em Amado mais um protótipo do nordestino: o homem boêmio e viril que andava pelas pensões com “mulheres perdidas” da Lapa e da Glória, enfim, uma instituição recifense; Gilberto Amado segue seu projeto memorialístico de se construir enquanto intelectual de boa conduta, que possui um corpo, o qual consegue disciplinar seus instintos e sublimá-los no cultivo de sua intelectualidade. “O corpo, este território no qual a modernidade ancorava todas as suas esperanças” (AGRA DO Ó, 2008, p. 110). Por isso, em Amado, a insistência em se qualificar enquanto um corpo disciplinado, um corpo de razão, um corpo que teima em aparecer, em suas memórias, como assexuado. Um corpo moderno, contido, bem diferente do corpo rústico, viril e desregrado que seu amigo Gilberto Freyre almeja imprimir-lhe ao recordar do outro Gilberto Amado de Sergipe que, para Freyre, era recifense.

O corpo construído por Gilberto Amado também difere dos corpos produzidos pela literatura de seu primo Jorge Amado que, na década de 50, atrai o gosto dos leitores, justamente pela produção de uma literatura que enfatiza o gosto pelo sexo como marca da identidade do povo baiano.

As distintas maneiras de narrar a relação com o corpo nos diferentes autores citados indica o quanto a batalha pelas memórias carrega consigo um projeto de construção de identidades que permeia interesses diversos que mudam de acordo com o lugar e os projetos de quem escreve e fala em primeira pessoa. Freyre ambiciona enquadrar Amado no estereótipo do nordestino viril, ou melhor, dizendo, um recifense viril, uma vez que nas palavras de Freyre o sergipano nasce de novo ao se formar no Recife³². O recifense pretende agregar Amado ao seu projeto de restituir um norte desgastado pelo declínio material que no regionalismo de Freyre também é a perda de uma virilidade não só dos antigos senhores do

³² Gilberto Freyre almeja construir Amado como um recifense, baseando-se apenas no relato de *Minha Formação no Recife*, mas Gilberto Amado parece não demonstrar a mesma intenção. Apesar de ter orgulho do que ele chama de “crosta sergipana”, as lembranças de Amado remetem mais ao amor pelo Rio de Janeiro, por exemplo, do que o Recife, como pretendia Freyre. Além disto, o fato de Amado sempre relatar suas várias viagens à Europa denota também a vontade daquele autor em se fazer ver como um homem viajado e cosmopolita (AMADO, 1956, 1958).

norte, mas de toda uma nação que, segundo Freyre, teria seus maiores representantes naqueles homens. Por outro lado, Amado deseja se dispersar desta identidade e construir para si um perfil necessário a sua justificativa enquanto um letrado exemplar, um homem que parece escutar apenas a voz da razão em tudo que fez e que por isso não poderia ser esquecido como político e intelectual necessário à construção de nação moderna, mesmo que estes valores constituam mais uma satisfação que Amado teve que dar aos seus pares, do que uma garantia do gosto popular por suas obras, uma vez que a literatura produzida por seu primo mais novo parecia ser, como até hoje é, muito mais agradável ao gosto tanto da elite intelectual, quanto de homens e mulheres comuns que a consomem.

Voltando aos relatos de sua juventude no Recife, percebemos que mesmo que suas memórias remetam sempre às lembranças de estudos em detrimento de suas relações afetivas, quando seus desejos físicos são narrados, estes são escritos em meio à tensão entre a vontade sexual e uma obrigação de se autodisciplinar. Ainda em seus relatos sobre sua formação no Recife, os embates que o envolviam em suas andanças por aquela cidade, temos:

No Recife o fenômeno era outro, a vibração tão intensa, do delírio tão grande, mas aí, em vez de fundir-me no universo multânime da noite, em vez de juntar o meu silêncio às sua mil vozes múrmuras, eu era atuado, impulsionado por uma violência direta, imediata, para um fim preciso, concreto, recortado numa objetividade tremenda. Meu vagar, propulsado por forças obscuras e indefinidas, tinha um objetivo definido. Eu não saía para comer a noite, abraçar-me com ela, comungar com seus dramas difusos e sua mitologia protéica. O mudo se reduziria, suas mil formas se concretizaram... em forma de mulher, corpo de mulher, seio de mulher. O espírito reage e quer lutar, a inteligência, a razão, intervém, mas um poder maior, um chamejar de vulcão, trabalha, por dentro, o corpo. *Palpita tôda a carne.* Então no tôpo da noite, a bôca sedenta, o rapazinho que morde o travesseiro e quer despedaçar lençol começa a murmurar o nome e a sentir nos lábios que se fecham a aflorar beijos imaginários (AMADO, 1958a, p. 181).

Por mais que procurasse por mulheres, Amado privilegia em seu relato a tensão entre corpo e espírito. A razão luta contra os instintos e a voluptuosidade daquele homem acaba por restringir seu desejo a morder o travesseiro e a despedaçar o lençol. A lembrança desse fato sugere uma tentativa de adestramento de si por meio da anotação em suas memórias de seus desejos ou de seus pecados, se usarmos uma terminologia cristã. Segundo Foucault (1992), este procedimento de anotar os pensamentos considerados pecaminosos pelo cristianismo faz parte da moral ascética cristã que aconselhava tal prática a seus discípulos para que dali pudessem extrair o que o envergonhavam, realizando assim a prática de uma vida ascética por

meio da escrita de si. Amado comporta-se como um discípulo ascético e utiliza suas memórias como uma forma de confissão, autopunição e construção de si enquanto homem disciplinado.

Outra mulher que figura nas memórias de Amado é Firmina, a morena de “lábios puladinhos”. Algumas particularidades da morena Firmina impacientavam Amado: a mania que a morena tinha em lhe agradecer e a pouca instrução da moça.

Firmina só podia conversar o que a bondade do coração simples lhe sugeria a um rapazinho que passava as mãos agarrado com os livros, alguns já de filosofia. (...). Quando a comunicação dos corpos não coincide com os espíritos, torna-se um suplício. O balbucio, o ronrom, o suspiro ‘físico’ com o espírito longe é uma tortura. Viva o encontro breve no obscuro rolar do dia seguinte... Ou então viva o verdadeiro amor, baseado na similitude de mentalidade e de coração de duas pessoas de formação idêntica a quem as coisas despertem os mesmos ecos e produzam as mesmas reações (AMADO, 1958a, p. 284)

Em 1907, no Recife, quando Amado pronuncia conferência intitulada “As Nuvens”, o autor conhece a mulher com a qual viria casar quatro anos depois. Em nenhum momento o nome da mulher é pronunciado por Amado ao longo de seus cinco livros de memórias. A ela, ele apenas se refere como a “moça dos bandós” que prendera seu olhar na capital pernambucana. Sobre o casamento são relegadas poucas páginas de suas memórias, onde o autor apenas diz aplaudir a si mesmo por ter vivido vinte anos ao lado de uma pessoa de formação e de gostos tão diferentes.

Ainda hoje me aplaudo por não ter resistido à intimação irretorquível, ao decreto imperioso da natureza que vencendo raciocínios e conveniências a ela indiferentes, me ditou o casamento. Quantos complexos e recalques – imagino às vezes – não teriam ficado dentro de mim para refluir na maturidade e na velhice em despóticas reivindicações tardias como vemos acontecer a tantos velhos que não obedeceram como eu obedeci ao mandato preempatório do primeiro amor! (AMADO, 1956, p. 170-171).

Amado casa com seu primeiro amor, um amor que só aparece descrito por meio de uma troca de olhares. Um amor romântico, mas que para a amada é reservada poucas páginas de suas memórias e, nas poucas vezes que aparece, é, justamente, para render palmas a si mesmo por ter suportado conviver com uma pessoa de formação tão diferenciada da sua por vinte anos.

O conceito de amor romântico tem seus primeiros passos delineados com a literatura dos trovadores medievais. O amor cantarolado nessa literatura institui no ocidente a idéia do

amor enquanto impossibilidade. Naqueles enredos, a mulher quase sempre era comprometida o que impossibilitava a história de amor. Emerge, deste momento também, a imagem da linguagem dos olhares e das mãos, mesmo que esta fosse mais idealizada do que concretizada. Segundo Mary Del Priore (2006), o amor trovadoresco tem na história de Tristão e Isolda um de seus maiores ícones e representava uma forma de homens e mulheres se emanciparem da tutela da Igreja no regimento de suas vidas amorosas, dado o fato do amor ser qualificado pela Igreja como um sentimento irracional, desnecessário entre os homens, devendo apenas ser concedido a Deus (DEL PRIORE, 2006).

De acordo com Del Priore, o amor romântico persegue os anseios das pessoas ao longo da história do amor, recebendo, contudo, outras nuances com o passar do tempo. A partir do século XIX, ele incorpora os elementos do amor-paixão, emergindo daí imagens como a troca de olhares que Amado diz ter trocado com sua ex-mulher. No século XX, homens e mulheres começam a se emancipar da idéia de casamento apenas como provedor da família e manutenção de relações parentescas com vistas à conservação de riquezas, e passam a buscar o amor enquanto satisfação pessoal. E parece que esta é a idéia que Amado quer passar quando narra a escolha daquela mulher com a qual viria casar.

Durante os catorze meses de intensa vida social no Rio, nos meios literários e outros, graças à minha posição de cronista do O Paiz, prestigiosa do jornalismo da época, encontrei senhoras agradáveis, conversadeiras e viajadas, celebradas nas sessões mundanas. No plano matrimonial, noivas possíveis me sorriam sob a aprovação materna e paterna. Algumas me trariam dinheiro, seja em forma potencial, expectativa de herança, seja efetivamente em dote regulado, pronto para as mãos para a assinatura no contrato matrimonial. Filho de família numerosa, desprovida de qualquer espécie de recursos, era de todo lógico que eu não pensasse em casar-me pobre. Consciente, por outro lado, dos meus defeitos, temperamento indócil, difícil, não me representava eu na posição de marido e de pai de família. A môça com que eu casasse não seria feliz – me dizia eu. Mas nada disso, reflexão nenhuma pôde com a formidável especificação do instinto que me prendera a môça dos bandós, cujos olhos me atravessaram na conferência sobre “As Nuvens” no salão de Aires Gama, em 1907, no Recife (AMADO, 1956, p. 169).

Contra toda sorte e convenções que despontaram para Amado quando o assunto era casamento, o autor diz preferir aquela que a tinha lhe despertado os instintos apenas por uma troca de olhares no Recife três anos antes de seu casamento. Amado, por um instante, constrói a idéia de que recusou as possibilidades de uniões por convenções e possibilidade de ascensão social para se render aos desígnios do amor, tomando com isso uma decisão instintiva. Amado se constrói, em sua escrita, como um homem do século XX, aquele que tem a liberdade de escolher sua companheira de vinte anos de casamento.

Para o autor, o verdadeiro amor parece ser sinônimo de comunhão de almas e o fato de ele acontecer entre duas pessoas que não tivessem formações idênticas é algo que foge de seus planos e acaba se arrastando por vinte anos. A meu ver, o casamento e a própria noção de amor romântico aparecem na narrativa de Amado como convenções a serem obedecidas, haja vista ter sido um homem criado para exercer a política. O casamento de Amado pode ser interpretado como o cumprimento de uma convenção necessária a construção de um status e de sua imagem enquanto homem público e não apenas como fruto do instinto amoroso, dada o fato do próprio autor render palmas a si mesmo por ter conseguido passar vinte anos ao lado da mulher que tinha escolhido para casar apenas por uma troca de olhares. Aqui estamos diante de outra imagem do amor romântico. Um amor casto, onde os amantes não se tocam. É assim que o amor aparece nas memórias de Amado. Ele só aparece em dois momentos: em 1907, no Recife e em 1911 no casamento como se no intervalo de três anos aquele homem não houvesse nem sequer visto a tal moça dos bandós.

De acordo com Del Priore (2006), no século XVII, autores como Descartes, leitura obrigatória de Amado, tentam explicar a natureza exata do amor como fruto de uma emoção da alma, emoção diferente da agitação dos instintos. “O amor: oblação, dedicação e abandono de si. O desejo: posse narcisismo, egoísmo.” (DEL PRIORE, 2006, p. 82). Nesta perspectiva, o amor no casamento consolidava-se na representação da “perfeita da amizade” o da união de duas almas por meio do amor divino.

É interessante observarmos que a mulher que Amado disputou a atenção com seu primo, Joãozinho Almeida, ganha maior destaque nas lembranças daquele autor do que a própria mulher com a qual Amado escolheu se casar. Dizia se tratar de uma moça loura, nascida no Brasil, mas filha de pais europeus, com a qual o autor tinha o prazer de trocar livros. Aqui residem algumas particularidades daquela mulher: a loura casada era filha de europeus e tinha hábito de trocar livros com o autor. Amado parecia estar diante de sua Isolda. Por um instante, o autor parece encontrar uma mulher a sua altura: descendente de europeus e tendo como ele paixão pela leitura, aquela mulher simboliza, nas memórias de Amado, mais um ícone de uma intelectualidade ilustrada, um vulto de razão na pequena vila de Itaporanga. No entanto, sendo casada, a loura aparece na narrativa de Amado como a pecadora, o que deixa evidente outra faceta de Amado: o Amado cristão. A loura casada com que Amado se relaciona simboliza encarnação de Eva na terra que teria levado o sergipano à perdição.

Segundo Jacques Rossiaud (1991), a mulher no cristianismo é concebida a partir de dois modelos. De um lado, ela é a representação de Maria, simbolizando a maternidade, a procriação e o exemplo de esposa devotada ao casamento. Por outro lado, a negativa de Maria

era representada na figura de Eva, aquela que leva Adão ao pecado. Herdeiras de Eva, todas as mulheres carregariam consigo sempre à espreita a possibilidade de levar o homem a pecar, daí toda a atenção ser voltada às mulheres no período medieval, sendo estas sempre suspeitas de práticas consideradas heréticas pelo cristianismo. De toda forma, de acordo com a teologia cristã, a mulher estaria sempre na posição inferior em relação ao homem. A ela restavam duas posições: ou ela seria, como Maria, a santa que devotara a sua vida ao casamento e aos desígnios divinos, ou a pecadora, que como Eva teria levado a humanidade ao pecado.

Seria aquela mulher mesmo uma pecadora? Ou seu maior pecado era, justamente, ser uma mulher letrada que se diferenciara até mesmo da mulher com a qual foi casado por 20 anos?³³ A loura casada, pecadora e que tinha o costume de trocar leituras com Amado, apesar de fascinar aquele homem e de se dispor a largar a família para ficar com ele, sugestão que, aliás, segundo ele, foi rejeitada (AMADO, 1958, p. 54), aparece nas lembranças do autor como a negativa do tipo ideal de mulher que tanto lhe serviu para construir sua imagem de intelectual, como se o cultivo do intelecto fosse uma prerrogativa apenas de homens e condição necessária à construção de sua masculinidade. Talvez por isto, ela não foi a mulher que Amado escolheu para casar. Apesar de suas lembranças tentarem a todo instante sedimentar a idéia de que a união entre pessoas de formações diferenciadas é algo quase impossível, Amado não escolhe para permanecer a seu lado uma mulher com quem possa competir o seu posto de homem ilustrado. A sedimentação de seu lugar enquanto intelectual, em suas memórias, necessita deste outro que é representado pela figura da mulher passiva, responsável pelo bom regimento do lar e do casamento. Para Norma Telles, o saber filosófico produzido a partir do século XVIII e amplamente apropriado pelos intelectuais brasileiros no início do século XX trouxe consigo a marca de

eurocentrismo inabalável que acumula experiências e territórios, pessoas e narrativas, classificando-as, unificando a multiplicidade na medida em que bania identidades diferentes, a não ser como ordem inferior da cultura e da idéia de uma Europa branca, masculina, letrada e cristã” (TELLES, 1997, p. 401).

Os intelectuais brasileiros que, como Amado, eram formados nos moldes dos pilares científicos da filosofia dos séculos XVIII e XIX apropriaram-se do discurso sobre a natureza feminina que definiu a mulher quando maternal e delicada como força do bem, mas quando “usurpadora”, das atividades que não lhes eram atribuídas culturalmente como potência do

³³ Amado se separa em 1931 (AMADO, 1960, p. 163).

mal. De acordo com Telles, esse discurso colocou a mulher ou além ou aquém da cultura. Nesta perspectiva, a criação passou a ser prerrogativa dos homens, cabendo às mulheres apenas a reprodução e nutrição da espécie (TELLES, 1997, p. 401).

À mulher restam duas colocações: ou ela é o modelo de mulher ideal para o casamento e condução da família, como era sua ex-mulher, mãe e irmã mais velha ou, de outro modo, elas representam a possibilidade de satisfação sexual que parece ser sempre retardada por Amado. Mesclam-se no autor dois discursos que inferiorizam a mulher, fundando nesta uma pretensa natureza que a desqualifica enquanto agente e produtora de conhecimento. De um lado, ela é a pecadora, de outro, a usurpadora de atividades que não lhe são atribuídas culturalmente.

De ambas as formas, a posição da mulher, seja aquela tida como tipo ideal para casar ou aquelas que só serviam, na concepção de Amado, para encontros casuais, a intelectualidade não faz parte da construção do feminino. Intelectualidade, em sua escrita, é apenas uma aptidão do gênero masculino. O pouco testemunho sobre as mulheres em sua trajetória enquanto político e intelectual, bem como a presença daquelas mulheres que como sua mãe e irmã figuram como tipos ideais do feminino também atuam na construção de Gilberto Amado, enquanto intelectual e intelectualidade, enquanto sinônimo de racionalidade e de masculinidade.

Assim, a sua mãe biológica Donana, sua irmã Iaiá e, claro, a República são as únicas mulheres que Amado menciona os nomes, com exceção de Firmina, a “morena dos beijos puladinhos”, as demais mulheres que passaram pela vida daquele homem são sempre adjetivadas e nunca identificadas pelos nomes. Sua ex- mulher era a “moça dos bandós”, uma outra era a “loura casada, filha de europeus”. Esta resistência em mencionar o nome daquelas mulheres pode ser entendida como próprio desejo de manter aquelas personagens à sombra de suas memórias, da escrituração de seu corpo enquanto corpo intelectualizado, até porque o que interessa ao autor é fundar a sua verdade sobre aqueles relacionamentos e aquelas mulheres. Uma verdade que insiste em colocá-lo sempre em primeira pessoa. Uma primeira pessoa que está sempre em posição superior. Na posição daquele que fala em nome dos outros, que qualifica os diversos outros (as) que figuram em sua escrita de si para demarcar a construção do eu do autor: o eu da verdade, o eu higiênico, o eu intelectual e masculino, o eu racional. É como se o fato de não citar os nomes das demais mulheres com as quais se relacionou deslegitimasse o lugar dado por Amado àquela mãe maior que o gestou como um homem republicano por excelência: a República. O silêncio em torno dos nomes daquelas

outras mulheres é uma forma que o filho Amado encontrou de não desapontar os ciúmes e provocar a fúria da sua mãe maior.

Assim, apenas Donana e Iaiá, mãe e irmã, figuram como protótipo do modelo ideal de mulher, aquelas que encarregadas do bom regimento familiar sempre cumpriram com sua obrigação. Sua irmã nem sequer casou, passando a vida a criar os irmãos e assume o lugar da matriarca quando esta morre. Talvez por esses motivos elas sejam identificadas pelo autor com seus nomes. Esta seria a forma encontrada por Amado de dizer que o modelo ideal de mulher se fazia apenas presente em sua família nas figuras da mãe e de sua irmã. Apenas estas mulheres foram capazes de reproduzir o ideal de feminino presente em sua mãe maior, a República.

Amado compartilha desta concepção que naturaliza o feminino e acaba polarizando seu lugar entre força do bem e potência do mal, um ser além ou aquém da cultura, incapaz de criação. Mesmo sua mãe simbólica, a República, era a mulher que precisava ser regida por homens racionais e científicos como eram seus filhos para que não fosse tentada pelos ímpetos de irracionalidade.

Provavelmente, por compartilhar desta concepção que polariza o feminino entre força do bem e potência do mal, a esposa de Amado permanece à sombra do autor em toda sua escrita memorialística, só ocupando o lugar de figurante em meio aos desfortúnios da vida ou como um meio de cumprir a convenção do matrimônio. Relatando chegada ao Brasil no fim da República Velha, Amado comenta que no meio daquele infortúnio, uma nuvem passava por seus olhos. “A mulher, impassível. Eu, fazendo tudo para imitá-la, sem poder. A imaginação é má companheira para os que precisam estar quietos. Minha mulher, naquela postura, estava no seu elemento. Estar quieta era o seu forte” (AMADO, 1960, p. 147).

Estar no seu elemento significa, para Amado, a própria natureza feminina. Aquela que como a sua mulher permanecia impassível perante os desassossegos da vida. Estar quieta era onde residia a fortaleza de sua mulher. Na ânsia de construir sua imagem enquanto intelectual, a esposa de Amado permanece à sombra de sua escrita, como se a esta coubesse apenas o papel de reprodução e aceitação da vida de seu marido.

Mesmo não se construindo como um modelo do macho nordestino, Amado constrói, em sua narrativa, outro modelo de masculinidade. O modelo de homem civilizado, culto, higiênico, polido. O homem necessário não só ao comando de sua família, mas também, enquanto intelectual, político e literato, ao bom regimento da nação e de sua mãe maior, a República. Um homem que tenta justificar seus atos e demarcar sua importância enquanto

intelectual através da construção de si enquanto um corpo racional, buscando por meio de sua escrita sedimentar sua imagem enquanto letrado gestado e governado pelos ditames da razão.

2.4- Recife e espelhos: a difícil arte de se ver por completo

Amado foi estudar Direito no Recife, pois a situação financeira da família muda quando um amigo do pai é eleito governador do estado do Sergipe. O coronel Melk consegue do governador que a Assembléia Legislativa lhe conceda uma bolsa de estudo para realizar o curso de Direito no Recife (MICELI, 2001, p. 49). Interessante observar que esta informação é negligenciada por Amado, provavelmente, com o intuito de reforçar sua imagem enquanto homem que não foi agraciado pelas benesses materiais que sua condição social lhe conferia, sempre destacando o esforço com que galgou o caminho a que estava predestinado: a carreira política e intelectual.

Quando chega ao Recife, no ano de 1905³⁴, para se matricular na Faculdade de Direito daquele estado, Amado depara-se com o fato que, nas suas palavras, marcara seu espírito pela repercussão psicológica que teve. Pela primeira vez, o autor ao entrar no Hotel de França, para esperar a chuva que caía naquele dia passar, se ver diante de grandes espelhos que o mostram por completo. Até então, o escritor só tinha se visto em espelho pequeno que reproduzia só o rosto, mas desta vez se via por inteiro e como se assustara consigo.

Achei-me pela primeira vez, diante de uma coisa que eu nunca tinha visto: enormes espelhos, descendo ao longo da parede até o soalho, espelhos que só tinham conhecimento pela descrição de romances. No que estava na frente, meu olhar começou a navegar como um mar siberiano, numa cinza líquida carregada de mistério (...) Recife e espelhos... eis a primeira imagem (...) Eu não tirava os olhos de mim mesmo. Pela primeira vez me via de corpo inteiro. Até então só tinha me olhado em espelho pequeno, de parede ou pequeníssimo, de bôlso, reproduzindo só rosto, gravata, pescoço. Jamais assim... todo paletó, calças, sapatos. Tive um choque. Aí que tomei conhecimento da minha fealdade. Experimentei uma espécie de recuo diante de mim próprio. Eu era 'aquilo'? Mentiria se especificasse impressões ou nuances de sentimento. Do que recordo é do estremeção recebido. Esse choque iria repetir-se a vida toda. Era ver-me em espelho, grande, de frente, e sobretudo de perfil, era ser abalado por uma sensação brusca, quase diria de susto, diante de mim mesmo, ao me ver tal qual 'a natureza em mim próprio me resolvia'. (...). Sensação de mal-estar, quase diria de inimizade com o meu físico. A cabeça, grossa e pesada, se me enterrava nos ombros, formando com o torço empinado em ângulo agudo. A queixada aprova num arremesso antipático. (...). Por isso não gosto de me olhar em espelho tenho medo de me indispor comigo mesmo (AMADO, 1958a, p. 4-7).

³⁴ Amado fica em Recife até o ano de 1910, ano de conclusão da faculdade de Direito.

Amado tinha indisposição com seu corpo. Talvez por este motivo o corpo daquele homem foi construído em sua narrativa para ser um instrumento de sua intelectualidade e não do que ele chama de “boçalidade sexual”. A indisposição com seu físico fez com que o autor transferisse o motivo de sua satisfação para estudos. Ver-se no espelho por completo lhe causava susto. A forma como a “natureza o revolvia” lhe causava mal-estar, por isto ele recorre à escrita memorialista para maquiar aquele corpo e vesti-lo com novas vestimentas. Vestimentas que ajudem na sua confecção e identificação enquanto um intelectual, dotado de razão, disciplina mental e corporal.

Para Artières (1997), “arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência” (ARTIÈRES, 1997). Os espelhos para Amado parecem só ter efeitos positivos no âmbito de sua narrativa sobre sua prática intelectual. De volta ao Recife, para dar a sua primeira aula como professor substituto, Amado se deleita ao narrar sua experiência. Dessa vez, se vê numa espécie de espelho íntimo que lhe causa alegria, tendo em vista o sucesso da sua explanação. Nada era mais excitante para Amado do que o divertimento interior em que se servia de espelho para si mesmo, “vendo o que se passa dentro de nós como espectadores da nossa própria operação intelectual” (AMADO, 1956, p. 156).

Sendo assim, servir de espelho para si próprio quando o assunto é sua prática intelectual e até mesmo o fato de ter atingido o desejo do pai se tornando político, mesmo que reconheça a insatisfação com a carreira política, causa prazer naquele homem que se achava feio fisicamente. Agora, contrapor a sua imagem aos espelhos sociais que dão a terrível sensação da completude de um corpo feio, capaz de cometer atos de desrazão, como a sova que deu em seu colega de infância e o tiro que disparou contra Anníbal Theophilo, causam indisposição consigo, por isso a metáfora do espelho em Amado só lhe proporciona prazer quando versa sobre sua intelectualidade, esta sim deveria ser exposta como bom exemplo de conduta. Talvez por isso, o tema formação intelectual mereça destaque em seus escritos memorialísticos. Seus relacionamentos pessoais e sociais precisam ser pensados, selecionados, às vezes até subentendidos, maquiados com cores leves antes de serem escritos e dados a ler, assim como fizera na narrativa do assassinato que cometera. Até porque, como o próprio autor afirma: “A memória caprichosa escolhe o que lhe apraz.” (AMADO, 1960, p. 89).

Amado que parecia não ser só feio fisicamente, mas também espiritualmente pelo seu ato de “selvageria” ao cometer um assassinato, precisa de uma escrita que o maquie para

assim mostrar-se aos olhos de seu pai e da sociedade de sua época. Aquele homem que era um selvagem “*uma onça furando o mato,*” segundo suas próprias palavras e os discursos cientificistas, precisa desta escrita que maquie sua face animal até construir uma nova máscara com feições humanas que o permita continuar circulando no meio político e social depois do crime que cometera, bem como render o reconhecimento de seus pares à sua obra.

E ser humano, para Amado, intelectual formado nas bases filosóficas do século XIX, era ser racional. Era ser disciplinado e limpo. Era esta a imagem que deveria ficar nas suas memórias. Para ele, o que deveria servir de exemplo em sua vida era a sua boa conduta intelectual. E a escrita autobiográfica opera, segundo Alberti (1991), neste misto de romance e narração. Se o romance, utilizando uma leitura de Walter Benjamin, é fruto da sociedade moderna, cujo cultivo da individualidade coloca as pessoas em contato direto com a solidão, sendo este a leitura que confere um sentido à precária existência do homem na modernidade, a narração era uma prática fruto da experiência que trazia consigo uma moral da história, cuja vida narrada nunca se esgota em si mesma, mas se renova a cada narração. Para Alberti, a escrita autobiográfica opera nesse ínterim entre romance e narração. Ao mesmo tempo em que é uma narrativa produto dessa sociedade moderna que coloca os indivíduos de frente consigo, produzindo um efeito de identidade, ela, a escrita autobiográfica, é também uma história que traz consigo uma moral da história, um exemplo que deve ser seguido.

É certo que a autobiografia, ao falar do sujeito em sua dimensão íntima, também ‘dá notícia’, como o ‘romance’ ‘da profunda desorientação de quem vive’ (Benjamin, 1969: 60). De outro lado, contudo, ela também difunde e exemplifica a experiência do autor, a partir de seu ponto de vista singular, e, nesse sentido, tal qual a ‘narração’, (in) forma, aconselha e ensina o ‘ouvinte’. Paradoxalmente, portanto, a autobiografia ‘nascida’ e legitimada no contexto da modernidade atualiza uma modalidade discursiva, que, segundo Benjamin, estaria retrocedendo para o ‘arcaico’ (ALBERTI, 1991, p. 66-81).

Em Amado, a imagem que deveria ser tida como exemplo de vida e parte de sua identidade era a do menino que saíra de uma pequena cidade do Norte e venceu na vida, não precisando para isso negar suas raízes e cultivando a paixão pelos estudos e leituras. Leituras que têm no saber filosófico do século XIX o principal fascínio do autor que impulsionado pela busca da verdade parece encontrá-la naquelas filosofias.

O destaque que é dado à sua formação, sempre a enfatizando como um exemplo a ser seguido, um ângulo que ele tinha orgulho de expor em frente ao espelho relaciona-se ao fato de que, desde a década de 20, no Brasil, se experencia certa desvalorização do título de

bacharel, o qual começa a sofrer a concorrência das demais profissões liberais que começam a ganhar importância no cenário social da época. Emergem, então, uma geração de especialistas (cientistas sociais, educadores, psicólogos, economistas etc). Os estudos sociais que, antes, era da alçada dos juristas passam a se ramificar por entre aqueles profissionais (MICELI, 1979, p. 40).

Intelectuais que, como Amado, estudaram Direito como uma possibilidade de seguir a carreira política sentiram, desde a década de 20, o peso da concorrência da geração de especialistas que começam a ganhar importância no cenário profissional brasileiro. Já na década de 30, o título de bacharel deixara de ser o símbolo do apreço social como fora para os antigos proprietários de terra, bem como um passaporte para os aspirantes ao exercício político. Os contingentes de bacharéis que passaram a se sentir pressionados pela concorrência começaram a considerar o diploma como uma prerrogativa com a qual se podia esperar vantagens estritamente profissionais e não mais como uma condição de distinção social e meio de se angariar um cargo político, como é o caso de Amado (MICELI, 1979, p. 41).

O destaque que Amado dá a sua formação intelectual também pode ser encarada como uma resposta a esse processo de desclassificação social que o bacharel em Direito passa a sentir a partir da década de 20 e que só passa a se agravar como o decorrer do tempo. Vejamos como o autor constrói aquela formação.

2.5- Primeiros encontros com a Filosofia: Amado entre Augusto Comte e Friedrich Nietzsche

Em Recife, com poucos recursos, Amado é obrigado a viver numa pensão, onde ele diz não suportar o barulho, o furdunço, a cabrocha de seios frouxos, arrastando os pés descalços, moscas, tantas e tão pegadiças. O quarto que dava para o pátio onde se amontoava o lixo que chegava a fermentar, causando engulhos e freqüentes vontades de vomitar. Tudo isso tornava a permanência em casa quase um suplício. Buscando refúgio daquele ambiente que figura como repugnante na narrativa de Amado. Por estes motivos, o sergipano passava horas e horas na Livraria Nogueira (AMADO, 1958, p. 9).

Segundo Paulo César Garcez Martins (1998), a dinâmica de capitais republicanas – que como o Recife abrigava uma grande quantidade de ex-escravos e um considerável

contingente de imigrantes nos primeiros anos da República – foi marcada por duas características centrais: o tumulto e a desordem. Surgia, neste momento, a massa de cidadãos que representava o entrave para as elites, as quais almejavam implementar a higienização e disciplinarização dos espaços daquelas cidades. Junto com esta massa de cidadãos excluídos emergiam também suas moradas: as casas térreas, de estalagens e cortiços. A superpopulação e as más condições de moradia facilitavam o aparecimento de surtos de cólera-morbo, febre amarela, varíola, malária e tuberculose, ambiente que figura na narrativa de Amado como algo repugnante à sua sensibilidade de intelectual.

Sendo assim, em vez do ambiente insalubre da pousada onde passa seus primeiros dias de estudante em Recife, Amado destaca em suas memórias a preferência pela Livraria Nogueira, local por excelência da ordem dos livros, local do cultivo do conhecimento e, portanto, da intelectualidade.

O que fica nas memórias de Amado em seus primeiros anos de estudante no Recife é, justamente, a dicotomia que separa a ordem da desordem. O mundo da ordem representado pela livraria Nogueira e a desordem simbolizada pela pensão que Amado não suporta por suas más condições sanitárias e os tipos que por ali circulavam. O fato de Amado remeter a estas lembranças, localizando sua preferência ao lugar da ordem, demarca, mais uma vez, a necessidade deste autor em se qualificar como um corpo intelectualizado que como tal também é um corpo higienizado que não suporta o barulho, o furdunço, a cabrocha de seios frouxos, o pátio sujo. A este ambiente insalubre, Amado diz preferir a biblioteca, local onde os livros estão disponibilizados em ordem prontos para serem devorados por aquele estudante que se dizia faminto por filosofia.

Na livraria Nogueira, Amado começara a ter seus primeiros contatos com as leituras de Sílvio Romero, Augusto Comte, Spencer, Tobias Barreto, dentre tantos outros. Começara Amado a sua formação no Recife, a qual deixaria fortes marcas em suas memórias. Em suas leituras, interessava ao jovem Amado, quando na sua chegada ao Recife, em 1905, os estudos de filosofia e das teorias científicas que se intensificaram na Europa do século XIX:

eu quis nas minhas leituras, formar idéias sôbre os problemas, sôbre os fundamentos, como se constituíra o universo, o que era o homem, de onde via e para onde ia, o que era matéria ou espírito. Tinha procurado informar-me sôbre o que os gregos haviam pensado, o que a Idade Média admitira, o que o século XVIII compendiara, em que posição o nosso século estava às questões essenciais (AMADO, 1958, p. 33).

“Questões essenciais”. Eis o que permeia os interesses de Amado ao debruçar-se em suas leituras. Nada mal para um calouro em Direito do início do século XX, no Brasil. Afinal, como bem nos lembra Nicolau Sevcenko (1998), quando jovem Amado viveu os primeiros anos da República, época em que os ideais positivistas de procura por uma verdade vigoram como principais meios de se construir uma identidade para a nação que tenta se emancipar de tudo que era considerado velho, isto é, as marcas da Colônia e do Império e abrir-se aos ideais estrangeiros, principalmente os franceses: as idéias, as modas, os comportamentos etc.

No entanto, enquanto autores como Alceu Amoroso Lima (*apud*, MICELI, 1979, p. 56), contemporâneo de juventude de Amado (AMADO, 1960, p. 199), destaca em suas memórias o declínio do “intelectualismo puro” a que Amado teve acesso em sua formação no Recife, Gilberto persegue sua empreitada de se constituir como um homem formado sob os auspícios da razão. Para Lima, a experiência da Primeira Guerra levou os intelectuais de sua época a rever as idéias de tudo aquilo que passou a representar o que se chamou de *belle époque*.

A chamada campanha civilista ficou marcada em nosso espírito. Mas a derrota que a ela se seguiu, com a vitória do militarismo realista daquele tempo, deixou-nos profundamente decepcionados (...). O ceticismo filosófico, aliado a decepção política provocada pela derrota do civilismo, fazia-nos crer que nada existia que merecesse o nosso sacrifício, o nosso interesse (...) Não havia nada por que lutar (*apud* MICELI, 1979, p. 56).

De acordo com Albuquerque Jr. (2001), a guerra trouxe como principal consequência a redistribuição mundial do poder com a ascensão dos Estados Unidos e a rearrumação do mapa europeu. No Brasil, a guerra contribuiu para o declínio da sensibilidade da *belle époque* e sua constante perseguição dos ideais de progresso e civilidade, tão destacados por Amado em seus livros de memórias como sendo algo inerente a sua natureza.

O silêncio das memórias de Amado em torno do impacto que a Primeira Grande Guerra Mundial exerceu nas subjetividades e nos posicionamentos de intelectuais que, como Amado, foram formados pela filosofia do século XIX, indica a tentativa do autor em afirmar que aqueles ideais de civilidade que fizeram parte de sua formação não se perderam no tempo. A narrativa de Amado gira em torno, justamente, desta tentativa de perenizar os fatos que dão sentido e uma visibilidade àquele autor no momento de escrita de suas memórias. Nesta empreitada, a necessidade de se afirmar como um homem de razão se sobrepõe até mesmo aos acontecimentos de grande escala como foi a Primeira Grande Guerra que colocava o homem frente à face destrutiva dos ideais filosóficos do século XIX, a qual propalava a

crença no progresso humano como condição necessária à conquista da perfeição da humanidade.

O investimento de Amado de se construir como um intelectual formado pelos ditames da razão perante os relatos de sua formação que destacam o quanto aquele homem era culto, civilizado e racional é, para Amado, muito mais importante do que eventos como a Primeira Grande Guerra, posto que tal acontecimento colocava em cheque todas as certezas que davam chão para aquele homem. O silêncio em torno do impacto da Primeira Guerra é também uma forma daquele sergipano dizer que os ideias de crença no progresso das civilizações que fizeram parte de sua formação não haviam morrido e que, portanto, sua trajetória como intelectual não poderia cair no esquecimento.

E é, neste intento, que Amado destaca em suas memórias a sua busca pelas “questões essenciais” em seus métodos de estudos, refugiando-se nas fontes em si, ou seja, nos próprios autores. Procura esta, insatisfeita na leitura de Sílvio Romero, mas encontrada em Augusto Comte, mesmo que esse leitor chegue a rejeitar alguns pressupostos do fundador da Sociologia.

Saí dessa literatura com dois Augustos Comtes na alma – o criador da religião da humanidade, idólatra da mulher, e dos aforismos que se tornaram famosos na propaganda do apostolado da Igreja da Rua Benjamim Constant (este não me interessou) e o outro, o formulador da Lei dos Três Estados, da classificação das Ciências, o criador da sociologia, o crítico do materialismo e do ateísmo, o apologista da Idade Média e do catolicismo (AMADO, 1958a, p. 37)

Segundo o autor, a presença de Comte é latente em sua formação. O que interessava àquele jovem leitor era o Augusto Comte responsável pela elevação da Sociologia enquanto ciência. O Comte que elevou a Sociologia à categoria de física social, a ciência que tem por objeto próprio o estudo dos fenômenos sociais, tais quais os fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos. Não interessava a Amado o Comte idólatra da mulher. O Comte que, depois de seu relacionamento Clotilde de Vaux, vê a mulher como ser tutelar do homem (KEIDE; VILELA, 2004).

Interessa a Amado o Comte que postula que os fenômenos sociais são tratados como leis invariáveis, cuja descoberta é o objetivo de suas pesquisas. Os resultados destas pesquisas tornam-se o ponto de partida positivo do trabalho dos homens de estado, cabendo a estes descobrir formar as práticas correspondentes a estes dados fundamentais a fim de evitar as

crises, mais ou menos graves que um movimento espontâneo determina quando não foi previsto (MARTINS, 2006, p. 30). Em seu curso de filosofia positiva, Comte declara:

Emprego a palavra filosofia (...) no sentido que lhe dava os antigos especialmente Aristóteles, para designar o sistema geral das concepções humanas. Acrescento a denominação positiva para especificar o modo especial de filosofar que consiste em reunir teorias em qualquer gênero de idéias, tendo por objeto a coordenação dos fatos observados o que constitui o terceiro e último estágio da filosofia geral, a princípio teológica, em seguida metafísica (*apud* SOARES, 1998, p. 43)

A concepção filosófica de Comte constrói um todo harmonioso que tem seu fundamento na Lei dos Três Estados que, segundo Stuart Mill, constitui a espinha dorsal do positivismo comtiano. De acordo com a Lei dos Três Estados, cada ramo de nossos conhecimentos passa por três fases diferentes: o estágio teológico ou fictício; o estágio metafísico ou abstrato e o estágio científico ou positivo. Nos dois primeiros estágios, o apelo ao sobrenatural vigora como fonte de conhecimento do homem e do mundo, já o estado positivo, segundo Comte, viria a coroar o progresso científico no trato dos fatos sociais como leis invariáveis, cuja relação de causa e efeito seria crucial ao entendimento das relações sociais (SOARES, 1998, p. 44).

A Sociologia enquanto ciência estudaria os fatos sociais sob o ponto de vista estático (da ordem) e dinâmico (o progresso). O progresso, para Comte, não estava apenas relacionado à progressiva aquisição de bens materiais, mas, fundamentalmente, ao bom andamento das seguintes estâncias: família, capital, linguagem, governo e sacerdócio (SOARES, 1998, p. 57).

A sociologia comtiana caminha então para a compreensão do indivíduo em plena coerência com o que ele entende como fatos sociais. Tudo parece obedecer a um plano social, cujo progresso científico coroa um triunfo da razão humana. A sociologia de Comte sugere, naqueles anos iniciais da República no Brasil, as certezas que pareciam descompassadas com as rupturas dos períodos colonial e imperial. E parecia também oferecer as certezas ao jovem Amado que começara a se construir como intelectual. Segundo Albuquerque Jr. (2005), o saber sociológico nasce, justamente, dessa busca por um conhecimento racional e totalizante da sociedade moderna. Os chamados precursores da sociologia partem da necessidade de se buscar um especialista da realidade social, no intuito de produzir sínteses interpretativas a partir da análise empírica dos fatos. Sendo assim, o jovem de Itaporanga parecia se transformar em um “homem esclarecido” frente à pacata realidade de sua terra natal.

Antes de partir, minha atitude em relação ao sobrenatural era de tãda gente em Sergipe; à minha volta era de Augusto Comte. As palavras razão, conhecimento, livre arbítrio, determinismo precisaram-se na minha compreensão. Fiquei sabendo como o século XIX que acabara de morrer, interpretava o que Spinoza chamava substância. Descartes mecanismo, Leibniz mônada, Kant a coisa em si, e o que esse século deparava na palavra de Deus a Moisés – Ego sum qui sum (AMADO, 1958a, p. 48).

A forma como Amado narra suas primeiras leituras filosóficas dá a entender que o autor é deflorado pelo mundo científico que encontrava naqueles textos, os quais marcariam profundamente sua subjetividade tanto enquanto homem, como enquanto político, como veremos no próximo capítulo. O positivismo de Comte parece oferecer as certezas que Amado precisa para se qualificar enquanto um homem racional e disciplinado. A perseguição pela verdade propalada pelo positivismo é também uma procura de uma verdade de si por meio de seus escritos. Após a leitura de Comte, Descartes, Kant, dentre outros, grande impacto parece causar, num primeiro momento, as leituras de Nietzsche.

(...) considero indispensável frisar antes de tudo o papel estimulante que um jovem como eu, que começava a enveredar pelos caminhos do conhecimento, Nietzsche exerceu. Nenhum tônico mais vivificante do espírito, mais multiplicador de forças. Droga poderosa que aguça a vista faz ouvir mais, quebra os limites da vida neutra e nos transporta a um plano que o impossível se torna possível. Substância mágica que abre ao espírito auroras imprevisíveis e estende entre as coisas claridades inesperadas. Com o mundo interroga de novo (AMADO, 1958, p. 113).

No entanto, mais à frente o autor comenta: “Por me ter forrado de positivismo é que acaso escapei à ‘crise’ a que outros contemporâneos não puderam escapar” (AMADO, 1958a, p. 113). Parece que o positivismo de Augusto Comte oferece a Amado as “certezas” que não lhe permitem a desterritorialização que a filosofia nietzschiana incita. Daí também a recusa de Amado a muitas das idéias de Nietzsche: a hipótese do Super-Homem, pela “Eterna Volta”³⁵, pelo anticristianismo, pela “moral dos senhores” oposta à “moral dos escravos” e pelas doutrinas raciais. Idéia que o autor teve acesso nas leituras de “*Aurora, de Humano, Humano Demais e das Considerações Inatuais, da Gaia Ciência, de Zarathustra.*” (AMADO, 1958a, p.110).

É de se imaginar a recusa de Amado em relação a alguns pontos fundamentais da filosofia de Nietzsche. A hipótese do Super-Homem, o Eterno Retorno, a moral dos senhores

³⁵ “Eterna Volta” é a denominação que aparece em Amado para o princípio do Eterno Retorno de Nietzsche.

e dos escravos são suposições que se encontram entrelaçadas na filosofia nietzschiana. Elas indicam a proposta de Nietzsche de luta contra qualquer possibilidade de conhecimento construído em bases metafísicas (DELEUZE, 1976, p. 90).

Segundo Gilles Deleuze (1976), tanto o cristianismo quanto a filosofia e a ciência moderna são fundados a partir de uma interpretação niilista da vida. Ambos são fundamentados ou na presença de um Deus que pune ou no modelo de homem ocidental que também pune, fazendo de seus seguidores uma leva de ressentidos, de escravos. Isso tudo caracterizaria uma negação da vida em tudo que há nela de humano, demasiadamente humano. Aqueles que agem na negação dos valores empreendidos tanto pelo cristianismo quanto pela filosofia e ciência moderna e aceitam a vida em tudo que nela existe de acaso e de força ativa são os senhores. Eles conseguem se livrar do ressentimento e constroem outras versões de si. Eles, na possibilidade de uma volta ao mundo, assim como sugere o eterno retorno, aceitariam viver tudo outra vez (DELEUZE, 1976, p. 90).

Poderíamos, então, nos questionar o porquê da recusa de Amado a certos pontos focais da filosofia nietzschiana. Amado como homem formado em bases positivistas recusa-se a sair do prumo que a sociologia de Comte e toda a metafísica do século XIX lhe concediam. Para ele, o importante não era, como na filosofia de Nietzsche, perguntar quem diz algo e porque o pronuncia sob o estatuto de verdade. E sim: o que é tal coisa, o que é a verdade essencial das coisas, o que eu sou? A leitura de Nietzsche vai, exatamente, à contramão da intenção de Amado em construir e sedimentar uma verdade para si. Verdade esta balizada pelos ditames da razão que permeia a sua construção enquanto intelectual. Era em busca de questões essenciais que Amado se voltou para a filosofia do século XIX. E é em busca de questões essenciais que Amado escreve suas memórias, sempre demarcando aquilo que ele gostaria de ser em oposição daquele outro que ele repudia, mas guarda traços deste em si.

A todo tempo Amado mostra-se também ser um ressentido. Daí, talvez, a necessidade de escrever cinco livros de memórias seja o maior testemunho. Amado se sobrecarrega de memórias e esquece-se de esquecer. Um ressentido e, em certa medida também um escravo, escravo dos sonhos do pai, visto que ele se tornou político para seguir os anseios de Seu Melk. A carapaça de escravo parece ser confortável a Amado, assim ele se vitimiza e culpa às circunstâncias seus dissabores, tendo a pena para seus deslizos aliviada, tal qual o episódio do assassinato de Anníbal Theophílo. A leitura de Nietzsche, certamente, desterritorializou o jovem sergipano, no entanto sua rejeição àquela filosofia indica a indisponibilidade daquele homem em ver seus valores se dissolverem. Ele preferiu, como na sociologia de Comte, se ver

como parte de um todo: família, estado, capital, etc, a ter que se dispersar em vários, apesar de suas palavras, por vezes, lhe traírem.

A recepção das leituras de Comte e Nietzsche e aquilo que Amado diz rejeitar ou não na sua formação intelectual é, como enfatiza Chartier (1991), um ato de apropriação cultural em que Amado adapta à sua subjetividade aquilo que é interessante à sua construção enquanto intelectual que queria a todo custo se legitimar como homem de razão que como tal não podia cair no esquecimento. Por este motivo, Amado, a todo tempo, quer, para usarmos uma terminologia de Nietzsche, ser senhor, buscando passar sua imagem enquanto um leitor ciente de sua posição enquanto receptor criativo de suas leituras, enquanto eu que sabe o que quer e que pronuncia em primeira pessoa, selecionando o que faria ou não faria parte de suas concepções de mundo e seus métodos. “O ambiente, o meio, o instante, as coisas que rodearam o pensador no momento em que ele pensava, êsse o meu sistema de estudar, que me incompatibilizou, entre outras coisas, com o apostolado positivista” (AMADO, 1958a, p. 43).

Neste sentido, vemos, em Amado, também várias imagens do leitor em processo de constituição: aquele que é impelido a conhecer mais a fundo as chamadas “questões essenciais”, procurando isso nas “fontes originais”, isto é, os próprios formuladores das teorias, como é o caso de Comte. Em outro momento, temos aquele leitor que se vislumbra diante dos novos conhecimentos que as letras podem informar, afinal, “tudo isso significava excitação e drama dentro do itaporanguesezinho criado na aldeia e apenas esflorado na faculdade da Bahia pelos primeiros bafejos da cultura científica” (AMADO, 1958a, p. 35) e vemos também aquele leitor que seleciona o que deve e não deve fazer parte de sua formação. Essa simultaneidade de imagens dentro de um só leitor revela-nos o quanto a leitura é um processo dinâmico, criador de variadas posturas, de variados interesses e, portanto, de variadas identidades.

O fato de Amado destacar as leituras de Augusto Comte e Friedrich Nietzsche, em detrimento de outros autores que participaram da sua formação, também faz parte da forma como Amado apropria-se da relação de alteridade existente nas filosofias de Comte e Nietzsche para demarcar seu lugar enquanto intelectual formado nas bases da noção de razão metafísica, da qual o autor não quer se desapegar. Por meio da comparação daquelas filosofias que caminham em rumos opostos, partindo de perguntas diferentes, o autor deixa claro à sua preferência àquilo que para ele e sua geração parecia conferir maiores certezas. Em detrimento da pergunta: “como determinadas coisas ganharam o estatuto de verdade?”, pergunta incitada pela filosofia nietzschiana, Amado prefere saber o que são determinadas

coisas, quais são as verdades dos fatos. Perguntas que participaram de suas concepções de História, Literatura e de sua escrita de si.

2.6- Entre a História e a Literatura: a busca por uma verdade de si

Aquilo que Amado chama de verdadeiro encontro com a História vem da sua leitura de *História do Brasil*, de João Ribeiro, que publicado em 1900 só chega a Pernambuco em 1907. Para Amado, João Ribeiro parece inaugurar, no Brasil, a verdadeira forma de se fazer História: isto é, uma História experimental, específica do Brasil, muito diferente daquela feita por Rui Barbosa que, em seu discurso, intitulado Partido Conservador, insiste em analisar o que ele chama de realidade brasileira comparando-a com a realidade européia.

Evocar uma civilização embebida nas fontes antigas, estabelecida na prática da vida municipal à beira de estradas feitas pelos romanos num território entrecortado de rios inesgotáveis, evocar a França universitária e discutidora de Sorbonne, de mil colégios especializados, e os seus dramas complexos, a propósito dos problemas do Brasil, nascido ontem, despovoado, analfabeto, escravo e pobre era pra mim o supra-sumo do inexplicável. Quando deixa a França e a Grécia, volta-se Rui para a Inglaterra, cuja apologia fez sem interrupção no curso da sua existência com uma sinceridade e inocência de estudantes de primeiras letras de história política, isto é, como se a Inglaterra e os sistemas ingleses fossem obra da perfeição humana e da superioridade moral, e não meios, instrumentos e processos de que se serviam população e governos da ilha para a obtenção de vantagens para a Inglaterra e o povo inglês (AMADO, 1958a, p. 189-192).

Para Amado, só João Ribeiro teria inaugurado a maneira cientificista de se fazer História, muito diferente daquela praticada por Rui Barbosa e Joaquim Nabuco. Segundo Roberto Cândido da Silva (2008), com Ribeiro a História passa a ser “entendida como processo de desenvolvimento social que abrange todas as formas de desenvolvimento cultural”. Para o autor, com Ribeiro a história deixa de ser a história dos governantes e passa a ser a “história da natural do povo brasileiro”.

História era sinônimo de comemoração cívica, de apologia de heróis. Mesmo em Joaquim Nabuco (Um estadista do império) não passava de comentários dos feitos políticos e dos fatos memoráveis no seu aspecto externo excepcional, ora de indivíduos notáveis, isolados ou em grupos. Hoje é difícil calcular o alcance das revelações de Ribeiro no cérebro do rapazinho ávido de conhecer a realidade concreta, experimental e não só racionalmente. (...) Foi o primeiro a vincular a nossa formação às causas gerais originárias da expansão do comércio internacional de que as navegações e descobertas foram o efeito. (...) Para João Ribeiro o Brasil era um caso particular de colonização e não uma entidade igual a outras no quadro genérico das

coletividades em geral. Para os homens mais influentes de seu tempo, estas se modelariam sempre pelo mesmo padrão em vez de condicionar-se por vicissitudes de meio e estádios históricos. Para a história oficial em voga no Brasil antes de João Ribeiro, os portugueses haviam investido o mar tenebroso a fim de levar a cruz e as quinças aos povos bárbaros; para civilizá-los. Dizer, no ano de 1900, que foram em busca de ouro e de negros a escravizar era audácia grande do professor de Sergipe, que podia às vezes não escrever certo, mas que, para compor o seu compêndio, estudou como se deve escrever História do Brasil – leu Martius (AMADO, 1958, p. 189-192)³⁶.

Segundo Silva (2008), na introdução da primeira edição do seu livro *História do Brasil* (1900), Ribeiro afirma que quando se propôs a escrever a história nacional pensou em retomar a antiga tradição dos cronistas e primeiros historiadores que nomeavam suas histórias como *Notícia ou Tratado do Brasil* (SILVA, 2008, p. 83). De acordo com o autor, Ribeiro com esta proposta estava demonstrando o seu descontentamento aos moldes da História escrita no Brasil da época que apenas se incomodava como os movimentos internos da administração, da represália e da ambição estrangeira.

Para Ribeiro, a História do Brasil não poderia apenas se restringir aos seus aspectos internos. A gênese do Brasil deveria ser buscada na história lusitana. Esta concepção, segundo Silva, é uma construção que não escapa de uma certa teleologia, na qual os eventos são compreendidos como que destinado a priori a resultar na formação do Brasil (SILVA, 2008, p. 85).

A História, nesta perspectiva, é construída a partir de duas idéias fundamentais: é moldada pelo presente e é também uma história episódica, ou seja, é apenas uma página da história europeia. De acordo com Silva (2008), Ribeiro tem uma concepção presentista da História, na medida em que o historiador concebe o passado como uma construção que enxerga o presente como formulador de questões e, portanto, produtor do passado. A História seria feita “do” e “pelo” tempo, por isso não é matéria acabada, e sim uma “contínua substituição de idéias e fatos” (SILVA, 2008, p. 125).

³⁶ Certamente, apropriando-se da leitura do texto de Martius “*Como se deve escrever a história do Brasil*”, publicado no jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em janeiro de 1845, Amado defende a idéia de que uma história do Brasil contemple toda a particularidade de formação do seu país. A História do Brasil deveria ser estudada a partir da análise das singularidades dos três elementos que participaram da construção do país: o índio, o português e o negro. Para Martius, a história dos povos e dos indivíduos é conduzida por um “gênio da história” que conduz o gênero humano para o cruzamento das raças. Este gênio, na concepção de Martius, era fruto de uma vontade da providência, baseado na crença no que o autor chama de cristianismo “*esclarecido, penetrado das doutrinas da verdadeira humanidade*” (MARTIUS, p. 383). Assim, Martius mistura na produção do conhecimento elementos católicos e científicos que se fundem na concepção que tem na fé na providência divina e na razão as balizas necessárias ao estudo da História.

O presente quem governa o passado e é quem fabrica e compõe nos arquivos a genealogia que lhe convém. A verdade, corrente hoje, sabe buscar, onde os há verossímeis, os seus fantasmas prediletos de antanho. Hoje elevamos estátuas a Tiradentes, porque o nosso ideal de agora determinou esse culto. A fuga de D. João VI como se lia os compêndios. Também os revolucionários de 89 ergueram um culto aos Brutos vingadores de Lucrecia. E assim, o presente modela e esculpe o seu passado levanta dos túmulos os seus heróis e constrói com suas vaidades ou a sua filosofia a hipótese do mundo antigo. A imparcialidade pode ser imoral: nós temos a obrigação de justificar o presente, de fundar a ética da atualidade. O contrário seria o suicídio de nossas aquisições (*apud* SILVA, 2008, p. 125).

Este trecho faz parte do discurso de posse do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1915. Temos que concordar com Amado que a promulgação destas idéias era, de certa forma, avançada para uma época em que os historiadores vestiam a máscara de imparcialidade, necessária à construção de uma História verdadeira. Ao reconhecer que a História é produto de questões que emergem no presente, João Ribeiro se demonstra atento ao ofício do historiador e ao compromisso deste profissional na construção de uma história para seu país. No entanto, segundo Ângela Gomes, esta perspectiva não significa que Ribeiro abandone a idéia de “verdade”, mas que ele reconhece o seu papel enquanto historiador que, envolvido nos debates de construção de uma nacionalidade para o Brasil, se empenha em constituir uma identidade para o seu país, destacando a especificidade de sua história (GOMES, 1996, p. 109).

Ao destacar a presença de João Ribeiro nas leituras que fizeram de sua formação, Amado participa desta perseguição pela verdade, que segundo Gomes se fazia presente nos anseios de Ribeiro. Evocar um autor que está envolvido nos debates sobre a construção de uma nacionalidade do país indica também o desejo de Amado em se mostrar como um intelectual, que desde os seus tempos de estudante do Recife, era um sujeito de saber preocupado com a construção de uma nacionalidade para o país, prerrogativa crucial para a formação do político que o sergipano viria ser.

Amado reivindica também uma história de caráter materialista e cientificista, como aquela proposta por suas leituras de Comte, Durkheim e Marx.

A circunstância de me ter voltado para o exame do esqueleto demográfico do Brasil e do seu revestimento constitucional, das ligações da ossatura da nação e suas vértebras com o seu parênquima institucional, foi toda acidental. Resultou de condições especialíssimas: minhas intensivas leituras precoces da Política de Augusto Comte concomitante com as dos ingleses (sic) Spencer e Stuart Mill, logo seguidas pelo contacto com a obra de Durkheim e de Karl Marx (AMADO, 1958a, p. 270).

Parece que a História, com exceção de *História do Brasil* de João Ribeiro, não é a verdadeira História, a História da realidade concreta, do substrato social. A História para o Brasil e a maioria dos estudantes de Direito, segundo Amado, estava atrelada às modalidades do que ele chama de cultura popular (“*florões, barrocos, azulejos e outros reflexos históricos da formação estética do país*”) (AMADO, 1958a, p. 269). A verdadeira concepção de História, segundo nosso autor, parece passar despercebida pelos demais estudantes de Direito e só presente em Amado pelo seu esforço autodidático. Dentre os seus demais colegas de Direito, Amado, em seu discurso, é aquele que portador de leituras científicas concede à História o seu caráter científico. Enquanto, para seus demais colegas, História era sinônimo do que autor chama de cultura popular, que para Amado, seria relegar a História à categoria de um saber menor, ele, Gilberto Amado, munido de suas leituras de bases científicas vê a História como um saber científico por excelência, portadora da verdade dos fatos que deveria ser veiculada até mesmo pela Literatura. A verdade histórica, na concepção de Amado, deveria respaldar o fazer literário, por isso Amado condenava os embelezamentos que os escritores românticos faziam em Literatura. “Os escritores românticos, no seu afã de embelezar a realidade, não vêem tal qual é, mas como enfeitam e arrebicam. Para a obra de desconfiguração que é a sua, serve-lhes a linguagem, guindada ou alambicada, pomposa ou amena” (AMADO, 1958b, p. 175).

Para Amado, Coelho Neto, que como sabemos era alvo das constantes críticas do autor, era um desses autores que embelezavam a realidade.

Coelho Neto faz Macambira, no Reino Negro, numa fazenda do Estado do Rio, no tempo da escravidão, matar o filho do senhor que lhe deflorara a noiva com uma adaga! Mesmo punhal já seria demais. Com uma arma branca, o que devia haver na fazenda era faca – pernambucana, caxerenguengue, quicé. Não precedera em todo o volume sequer alusão à adaga, arma nobre de lâmina larga e curta que o negro nem podia ter trazido da África, pois já nascera no Brasil. Aliás, a adaga, arma européia, em uso na antiga marinha e nos navios corsários, conhecida em França desde o século XIV, tornara-se no século XVI arma de mão esquerda, destinada principalmente a aparar os golpes do adversário. Não era conhecida em Loanda, nem em Moçambique, nem no Sudão, nem na Costa do Ouro, nem em nenhuma das outras regiões africanas de onde provinham os nossos escravos. Macambira poderia ter metido no senhorzinho no máximo o facão jacaré que já existia entre nós na época em se passa a narrativa (AMADO, 1958b, p. 176).

A História, a verdadeira História, aquela que tem na análise sociológica o método de estudo, serve, em Amado, como alicerce para a Literatura. Segundo essa concepção, as palavras têm um compromisso com a realidade, ela deve representá-la tal e qual. De acordo

com Albuquerque Jr. (2005), a emergência da noção de intelectualidade está envolta em meio a uma maior visibilidade que é dada ao positivismo. A busca de objetividade, da realidade e da verdade opera também na desconfiança crescente em relação ao mundo dos símbolos, da representação e da linguagem. A vida é pensada separada da escritura ou de sua representação. Ao historiador ou literato cabe a separação de suas impressões, muitas vezes tidas como infundadas, e a narração de uma pretensa realidade verdadeira. Essa nova concepção de saber chega até a literatura e demais produções artísticas sobre as formas do realismo e naturalismo. A preocupação erudita com a beleza e o prazer do texto vai cedendo lugar à busca da linguagem formal, especializada, rigorosa (ALBUQUERQUE JR., 2005). Para Amado, “a linguagem (...) era concebida como veículo para as coisas, idéias e fatos” (AMADO, 1958a, p. 65). Ou seja, a linguagem era tida por Amado como reflexo de uma dada realidade ou interioridade.

Fantasiar, imaginar o que deveria ter sido... não me seduz. Quero me ver como era; não como resultado de uma apreciação voluntária do pensamento aplicado a representação do que eu supunha ter sido. Não quero me pensar, quero me ver. Ora, o que vejo de mim nesse segundo ano, aos dezessete é pouco. (...) Minha vida não me pertencia. Os autores tinham-se dela apoderado, gritavam dentro de mim, mais alto, como mais força do que os rapazes com quem conversava, as mulheres que procurei, os exames e os discursos que fiz (AMADO, 1958a, p. 104).

A concepção de História e Literatura como reflexos fiéis de uma dada realidade sugere também a mesma pergunta que permeia a escrita de suas memórias: “o que sou?”, “como eu era aos 17 anos?”. Para Amado, as palavras dizem a verdade dos fatos e sedimentam seus lugares. A Filosofia, a Literatura, a História e a escrita de si também carregam este compromisso com uma verdade de si, assim como o discurso sociológico da época de sua formação que via a linguagem como transparência de uma dada verdade dos fatos (ORLANDI, 1994, p. 54). Uma verdade que, na sua concepção, diz de onde viemos e para onde vamos. Uma verdade racional, centrada no sujeito que para se qualificar como intelectual necessita, a todo instante, demarcar suas qualidades sempre as coadunando às balizas de sujeito de saber, um sujeito que quer transcender todos os outros que não participavam do mesmo ideário de racionalidade que o seu. Vejamos, então, como esta construção enquanto sujeito de saber atuou em sua prática política.

CAPÍTULO III

Na política e “depois da política”:
“prossigamos, sob a tempestade, como uma
formiga”

3.1- Uma mãe desajuizada: imagens de um filho desapontado

Amado é eleito deputado federal pelo Sergipe em 1915. Em sua atuação como político, ele diz participar de uma forma de se governar ainda enlaçada por laços frouxos, onde a câmara dos deputados é comparada a um “clube agradável que se conversava de tudo e nada se fazia de fato pelo Brasil!” (AMADO, 1958b, p. 42). Quando é eleito político, Amado parece se desapontar com sua mãe maior. Neste momento, a República significa, nas palavras de Albuquerque Jr. (2003), uma mãe desajuizada. A mulher que não sendo guiada pelas mãos fortes dos militares, como no início, teria sido violentada por homens que se envolviam em querelas, fuxicos, que conversavam sobre tudo, menos sobre os problemas brasileiros.

A Câmara era um clube agradável onde se conversava de tudo e nada se fazia de fato pelo Brasil. E nada poderia ser feito! Isto é que era trágico para certos temperamentos – reconhecer a própria inabilidade e vanidade da sua presença em postos e cargos de representação que não devia resumir-se a simples ato de presença (AMADO, 1958b, p. 42)

O velho patriarcado que vivera em suas relações familiares se transpõe para a Câmara, na medida em que esta é dirigida, nas palavras do próprio Amado, por todo tipo de gente:

Coronéis analfabetos, juristas, médicos, engenheiros, jornalistas, homens de letras. Nêles é que, no Brasil, residia o poder. Cada qual representava alguma coisa, Todos haviam crescido na estima e consideração do grupo familiar, profissional ou simplesmente eleitoral, que o rodeava (AMADO, 1958, p. 37).

Segundo Maria Lucinete Fortunato (2000), a República Velha tem seus primeiros alicerces discursivos construídos a partir da década de 10 do século XX, quando os intelectuais começam a atuar na crítica ao regime federalista, liberal e oligárquico instaurado na Primeira República. Intelectuais como Alberto Torres e Oliveira Vianna se destacaram na crítica ao regime político republicano. Para o primeiro, o Brasil era um país desorganizado,

sem consciência nacional que se caracterizava pela delimitação de poderes excessivos às unidades regionais. De acordo com Torres, o governo não considerava os fatos e os homens, preocupando-se apenas com divergências e enredos pessoais. Para aquele autor, a política deveria lançar os meios de ação material e social destinados a promover o progresso e a civilização. De acordo com Torres, a atividade política deveria ser encarada como uma ordem intelectual embasada na objetividade do conhecimento científico e na opinião de uma “*elite intelectual esclarecida*”, elementos essenciais ao fortalecimento de uma verdadeira democracia (FORTUNATO, 2000, p. 68-69).

Oliveira Vianna, por seu turno, defendeu que a sociedade brasileira possui uma estrutura clânica que advinha das características de ocupação dos seus territórios, a grande propriedade fundiária e sua auto-suficiência. Nesse sentido, a sociedade brasileira seria uma sociedade marcada pelo patriarcalismo que tem suas bases ancoradas na formação rural brasileira. Para Vianna, a política no Brasil é organizada de forma personalista e não partidária, pois sobre os sistemas de clãs os homens costumam se apoiar em homens e não em programas e idéias. Nesta perspectiva, os partidos políticos não passam de uma “ficção ridícula” (FORTUNATO, 2000, p. 70-71).

Amado, filho da “velha” República, intelectual que escreve anos depois sobre aquele regime brasileiro, concorda em muito com Torres e Vianna, admitindo caráter personalista da política brasileira daquela época. Sobre a questão dos partidos Amado comenta:

A palavra ‘partido’ tinha no Brasil a significação que precisei no meu livro Eleição e Representação, associação dos indivíduos para a conquista e fruição do poder, só e só. Jamais partido nenhum no Brasil, quis dizer agrupamento de homens, sob bandeira ideológica ou programa prático, para servir o interesse público geral. Cumpria-lhes, a todos esses representantes obedecer a chefes – ao local, ao federal, ao estadual. A gradação hierárquica era rigorosa e inflexível (AMADO, 1958b, p. 38).

De acordo com Amado, as eleições eram falsas, mas a representação era verdadeira. “Os deputados e senadores eram os melhores que podíamos ter” (AMADO, 1958, p. 56). No entanto, o processo eleitoral se constituía numa verdadeira desrepresentação, uma vez que os partidos não simbolizavam o comprometimento com questões ideológicas em comum, mas tão somente, os interesses de legitimar o fosso que separava eleitor e eleito, mandante e mandatário (AMADO, 1958b, p. 56).

Em um de seus discursos na Câmara, no ano de 1922, Amado, mais uma vez, destaca a superficialidade da separação entre oposição e governo. “Os oposicionistas são tão partidários

meus como os governistas no que diz respeito às idéias porque nada há que nos separe” (AMADO, 1958b, p. 112). Segundo ele, o que existia eram as bancadas, a paulista, a mineira, a baiana, a pernambucana, etc.

Na ausência de opinião pública, compreensiva, militante, interessada que acompanhe o desdobramento da vida pública do país, o deputado, o senador, o representante da nação (...) não têm função. Senhores, eu quero trabalhar e não tenho em quê. Ou faço discursos acadêmicos ou trago contribuições de boa vontade, mas que, afinal, me cansarão e aos outros porque redundarão sem consequência prática de espécie alguma; ou terei de acabar no silêncio, no desânimo em que modorraram tantos deputados que há muito estanciam nestas bancas (AMADO, 1958b, p. 113).

Vários são os discursos citados e comentados em que Amado questiona a passividade dos políticos na Câmara, sempre destacando sua insatisfação em relação a tal assunto. Amado chega a se colocar como aquele que era diferente de todos e que por amar a verdade dos fatos e proclamá-la era ridicularizado por muitos de seus colegas. “E por aí me esbofava eu com uma seriedade de rapaz no meio do pessoal avelhantado e roído pelos hábitos” (AMADO, 1958b, p. 116). Segundo ele, seus discursos eram considerados verdadeiras peças literárias, ajudavam a passar o tempo dos deputados na Câmara satisfeita (AMADO, 1958b, p. 117).

No entanto, a questão do exercício da política como representação do povo parece ser algo extinto até nas observações do próprio Amado. Apesar de reconhecer o caráter personalista da política na República Velha, quando trata do assunto representação, o autor se resume a citar os políticos de cada região, caracterizando-os quanto às feições e os trajes que, em sua opinião, demarcavam as especificidades de cada lugar do Brasil. “Estou vendo, por exemplo, uma delas – Artur Lemos, sobrinho do velho chefe do Pará do tempo da borracha, todo colete do ventre amplo, conversador com as môças” (AMADO, 1958b, p. 85). E desta forma prossegue Amado caracterizando os representantes de cada estado.

Representar, no âmbito político descrito por Amado, é sinônimo de encenação teatral. Nas suas próprias palavras “o côro da tragédia grega”, onde todos os personagens discutem as grandes teses dos destinos humanos. “O côro aplaude, comenta, ouve-se aquela loa, aquele tom monótono de voz reflexa”. (AMADO, 1958b, p. 116). A cena política da República Velha, na literatura memorialista de Gilberto Amado, se restringe a um jogo de representações, onde, nas palavras do autor, se pensava pouco e agia ainda menos, fazia-se “*em suma o que se chama no Brasil... política*” (AMADO, 1958, p. 83). Representação política, nas lembranças de Amado, se reduz às encenações de comparsas como ele. Um jogo

simbólico de poder em que os líderes vão vestidos a caráter, correspondendo cada qual a sua região.

Segundo Georges Balandier (1982), o universo político é um palco por excelência, um lugar dramático onde são produzidos efeitos. Para o autor, “todo o sistema de poder é um dispositivo destinado a produzir efeitos nomeadamente àquele que se comparam às ilusões criadas pela maquinaria do teatro” (BALANDIER, 1982, p. 6). A teatralização do poder produz e reforça a produção de aparências, ligam o destino dos políticos à qualidade da sua imagem pública tanto quanto às suas obras. Neste jogo de encenação o mais importante não é o conteúdo do discurso, mas a forma como é dito, “o que permite ao discurso político ter um conteúdo fraco e repetitivo – porque a maneira de dizer é o que importa em primeiro lugar” (BALANDIER, 1982, p. 12). Nesta perspectiva, o poder é encarado como forma de expressão, podendo uma personalidade se evidenciar e se impor ao poder com a marca de sua palavra. A encenação do poder, por meio dos discursos e suas formas de expressão, permite a separação, o isolamento, pois resulta do “jogo das diferenças, da sua simbologia e da sua manifestação espectacular (sic)” (BALANDIER, 1982, p. 15). Ao diferenciar-se totalmente, o poder separa, põe à parte alguns indivíduos.

De acordo com Balandier (1982), dizer a verdade, nestes jogos simbólicos de poder, pode expor aquele que fala ao ridículo. Um ridículo que tem que ser sutil para que sua fala seja permitida entre seus pares. O político reveste-se da representação do Bobo, aquele que introduz piada em tudo que diz, faz da tragédia uma comédia. Proclamando dizer a verdade, em meio a um público que não dava seriedade à sua fala. Amado almeja revestir-se desta roupagem do bobo, aquele que se distingue dos demais por ter a coragem de se posicionar em prol de uma causa. Procura, através da teatralização do poder, construir e sedimentar sua imagem enquanto político preocupado com os problemas brasileiros e que por esta razão se distingue dos demais políticos da época. Mas Amado não consegue dizer a verdade com ares de comédia. A carapaça de político e intelectual que ele veste, pondo em cena aquele corpo intelectualizado formado pelos auspícios da razão e, portanto, preocupado com os problemas sociais, impede que Amado tenha o sarcasmo de se posicionar de maneira satírica, o que contribui para que ele não passe de um mero comparsa como “*pessoal avermelhado e roído pelos hábitos*”, do qual ele queria se distinguir.

Ao buscar se constituir como político que se preocupava em agir diferente do que Amado chama de “*pessoal avermelhado e roído pelos hábitos*”, o autor tenta sedimentar sua imagem como um político que diferentemente de todo o resto estava realmente preocupado com os problemas brasileiros, mas que não encontrava na câmara apoio nem ouvidos para

suas idéias. O devotado filho Gilberto Amado rebela-se contra sua mãe desajuizada. A revolta do autor também é a forma encontrada para justificar sua atuação nula na política. Para tanto, Amado culpa o sistema político da República Velha, culpa sua mãe que estava presa numa estruturação política que não permitia que seu filho colocasse em prática todos os ideais aprendidos em sua formação e que, portanto, se efetivasse como intelectual preocupado com as questões sociais. Nos últimos livros de suas memórias, Amado desabafa e deixa claro um ressentimento que vinha desde seu tempo de menino, quando o coronel Melk e sua mãe republicana gestam e projetam no filho um sonho que não era seu: o de ser político. Só maduro Amado cria coragem e se rebela contra os pais.

A desqualificação da forma como a política era engendrada na República Velha também é a maneira utilizada por Amado para garantir sua presença enquanto intelectual na década de 50, época de escrita de suas memórias. Neste momento, o Brasil experiencia o processo de redemocratização com o fim da ditadura de Vargas e desenvolvimento impulsionado pela chamada segunda industrialização.

É dessa época a percepção do Brasil como dois Brasis, um arcaico, tradicional e outro moderno, e a crença que o desenvolvimento de sua porção moderna levará a superação de suas contradições, fazendo-o, finalmente, dar o tão esperado salto para o futuro... (CONSORTE, 1997, p. 27).

Posicionar-se contra a maneira de se exercer política na República Velha foi à forma encontrada por Amado para dizer o quanto aquela velha maneira de dirigir o país nunca fez parte de seus anseios enquanto um letrado formado nas luzes positivistas e sociológicas de amor à verdade e de homem preocupado em intervir nos problemas sociais. Foi também a maneira encontrada por ele de se posicionar enquanto um intelectual que, mesmo tendo sido um político da “velha” república, é um homem renovado, moderno e que por isto não poderia ser esquecido da configuração política e intelectual daquela época. Um homem que, só na velhice, pode se revoltar contra seu pai e sua mãe

Nesta investida de posicamentos contrários à política da República Velha, Amado continua exercendo a crítica ao caráter personalista da política republicana que é a maneira encontrada pelo autor de se rebelar contra o mesmo paternalismo que teria atuado na sua criação e teria formado aquele comparsa da política brasileira. E segue Amado enfatizando o seu desconforto com seu papel secundário na política brasileira.

Um papel de um representante de um estado pequeno do norte que para aceder à política precisa aliar-se aos representantes dos estados de maior representação na cena política

brasileira da época. Mais uma vez, Amado tem que se resignar a coadjuvante em sua vida. Aqui, vale salientar que até mesmo a condição de nortista é evocada como justificativa de uma atuação política, que nas suas palavras, foi nula e uma forma encontrada por Amado para justificar a escolha de ter levado em frente um projeto que não fazia parte de seus anseios. Amado, além de agregado do sonho do pai é também agregado dos grandes representantes políticos da época, tendo que para isso usar a máscara de fraco. Máscara, aliás, muito proveitosa para aquele autor que em muito desfrutou da riqueza advinda com sua atuação na política. Ao falar sobre a sua entrada para o senado brasileiro da época, Amado destaca:

A família do novel senador impregnada do sentimento de estabilidade decorrente do mandato de nove anos tomava novos ares, a senadora melhorava de costureira, avolumavam-se suas compras nas lojas, atendidas até então por caxeiros, passavam a ser objeto da consideração dos patrões. Cumpre não esquecer que senatoria de nove anos carregava em si o potencial reeleição. Senador por nove anos eram em geral senador por dezoito, por vinte e sete anos. Subsídio, presidência de sociedades, participação em conselhos administrativos e outras lucrativas sinecuras, prestígio continuado (AMADO, 1958b, p. 347-348).

Segundo o autor, ser eleito senador correspondia na República Velha à chegada a um planalto de onde podia olhar tranquilamente o horizonte (AMADO, 1958, p. 347). Amado construindo um papel de agregado dos sonhos do pai soube muito bem aproveitar de sua figuração de comparsa, desfrutando de todos os beneplácitos que a carreira política trazia consigo.

Nestes jogos de conchavos de caráter personalista e paternalista denunciado, mas desfrutado pelo autor em sua carreira política, Amado se rebela contra sua mãe republicana e converte-se em mais uma fala que atua na construção daquele período histórico brasileiro como atrasado e desajuizado. Em suas memórias, o velho patriarcalismo familiar parece invadir as tramas do político, desenrolando uma encenação em que o autor se mostra muito hábil ao extrair proveito de seu papel de comparsa na política brasileira. Seria mesmo, Amado tão avesso à política?

3.2- Movimentações políticas: conflitos e posicionamentos

O fim da carreira política, para Amado, tem num acontecimento simbólico seu momento de ruptura. Segundo o autor, não foi com o fim da República Velha, em 1930, que se deu, e sim com a morte Raul Soares³⁷.

Foi ali, naquele segundo trimestre de 1924, não em 1930, que minha carreira política terminou de fato. A morte de Raul Soares (...) trancou-me o espírito às sérias perspectivas que sua presença no alto de Minas me rasgava a imaginação (AMADO, 1958b, p. 206-207).

Amado continuaria exercendo seu cargo na câmara e o que se abriria em 1926 no Senado, mas suas atividades políticas estavam a partir de então desvestidas de grandes possibilidades. Isto porque, segundo o autor, o falecimento de Raul Soares cortara o contato que o deputado pelo Sergipe tinha com o representante de um estado grande que era Minas Gerais. De acordo com o autor, “o prestígio e a autoridade de deputados e senadores do Norte se graduavam pelo teor das relações conhecidas com estes chefes” (AMADO, 1958b, p. 207).

Antes de 1926, Amado chega a ser cotado para ocupar a cadeira do Senado no lugar do maranhense Lopes Gonçalves, mas sua indicação é negada por Artur Bernardes. Aquele fato entra para a memória de Gilberto Amado como mais um golpe do destino. Tal qual o homicídio que cometera em 1915, Amado enxerga a recusa do presidente em aceitá-lo na cadeira do senado como mais um desconforto em sua vida que ele encarou sem esmorecimento. Até mesmo, quando é contrariado Amado veste a carapaça do sujeito racional e cristão que como tal não se desestabiliza perante os golpes da vida (AMADO, 1958, p. 236).

O governo de Artur Bernardes foi marcado por fortes repressões aos oposicionistas, principalmente relacionadas aos movimentos militares: o levante dos 18 do forte e o tenentismo foram movimentos que revelaram os desconforto dos militares e outros setores que se opunham ao governo federal. Em novembro de 1922, Bernardes já assume a presidência em estado de sítio. Inconformados com a eleição do então presidente, o fechamento do Clube Militar e a prisão do Marechal Hermes, jovens militares desencadearam o movimento que ficou conhecido como a Revolta do Forte de Copacabana. O tenentismo

³⁷ Raul Soares foi eleito senador pelo estado de Minas Gerais em 1921. Articulou a candidatura de Artur Bernardes para a Presidência da República, apresentando-se como candidato à sucessão de Bernardes para o governo de Minas Gerais. Foi eleito presidente estadual pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) para o período de 1922 a 1926.

voltou a se manifestar em julho de 1924, quando um novo levante foi deflagrado, dessa vez na capital paulista, com repercussões em outros estados³⁸. Nas palavras de Amado, falar de Artur Bernardes o obriga também a falar

de um personagem desagradável, preeminente no seu governo, que com ele dormia a amanhecia, de quem não se separou um instante, personagem que o adjetivo 'desagradável' qualifica insuficientemente e a quem tôrvo calha melhor, lúgubre, soturno, macabro, sinistro. Corpulento, gigantesco, ocupava grande lugar. Falava pouco, porque todo mundo se calava diante dêle; não precisava falar. Chamava Estado de Sítio. Capangão cuja utilidade não discuto, velou pelo quadriênio, sobrepondo-se pelo ódio que, como era natural, inspirava ao país (AMADO, 1958, p. 293).

Interessante observarmos que os movimentos militares de oposição ao governo federal, segundo Amado, não ficaram em suas memórias, por isso não repercutiram em sua escrita de si. Afinal, a todo instante, o autor destaca que os assuntos selecionados em sua escrita correspondem àquilo que nele deixou algo, deixando os fatos históricos a cargo do historiador (AMADO, 1958, p. 98). No entanto, não é difícil imaginarmos que o silêncio em torno de tais movimentos são indícios da posição de um político do centro e um político que, a todo instante, declara que não fazia nada na câmara, sendo sua atuação política nada mais do que uma figuração de comparsa.

Relegar ao historiador o dever de estudar tais conflitos exime Amado de declarar seus posicionamentos em relação aos movimentos que atuaram na contestação daquela ordem que era confortável aos líderes políticos da época. Suas memórias, ao versarem sobre atuação política, preferem se encarregar dos perfis daqueles homens. A participação popular é negligenciada das lembranças de Gilberto Amado e a política se resume às encenações que eram cômodas a políticos como ele.

Voltando ao governo de Bernardes, o ressentimento que Amado tinha para com aquele presidente não cessou quando este vetou sua primeira tentativa de ocupar uma cadeira no Senado, ele se revelara em relação a várias atitudes do político mineiro, tais como no episódio em que Bernardes mandou parar as obras contra a seca no sertão nordestino.

Sim, parou aquilo tudo. E não houve barulho em nada. Achou que era demais os trezentos mil contos que Eptácio empenhara nos trabalhos e não deu ouvido a quaisquer outras considerações. Era preciso cumprir as despesas, restringir os créditos, pôr freio a inflação (AMADO, 1958b, p. 279)

³⁸ Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930, 1984.

Segundo Boris Fausto (1978), Bernardes governou em situações difíceis. Extremamente impopular nas áreas urbanas, especialmente no Rio de Janeiro, lançou-se nestas áreas a uma dura repressão policial para os padrões da época. Além disso, Bernardes desagradou quase todos os setores. O Nordeste reclamou a paralisação das obras contra a seca, os gaúchos queixaram-se da inflação e a insatisfação dos assalariados foi constante.

A indisposição de Amado com Bernardes prosseguia e o autor fez questão de deixar clara ao longo de suas memórias que versaram sobre sua presença na política. Outro fato que chegou, nas palavras de Amado, a crispá-los seus nervos foi a pronúncia da mensagem de Bernardes ao Congresso em 1925, intitulada *Necessidade de Educação Moral*. Em um dos trechos, Bernardes propalava:

Separados que foram, com o novo regime, o Estado e a Igreja, as nossas leis não cogitaram de substituir, no ensino, de modo eficaz e obrigatório, a instrução religiosa pela educação moral, elemento de felicidade, de progresso de espírito de disciplina, de civismo e de solidariedade para qualquer povo. Nem se diga que essa educação incube ao lar, pois que, se, por um lado, é certo que a intensidade e as exigências da vida distraem e absorvem, para o trabalho diuturno, os pais e os próprios filhos, sem oportunidade para o salutar ensino, por outro lado, é evidente que não o tenham recebido.

Impõe-se, pois, providência, eficiente no sentido de tornar real, efetiva e obrigatória a educação moral das novas gerações.

A Alemanha, apesar da sua disciplina moral, não descurou o grave problema. A sua recente Constituição prescreve que, em tôdas as escolas, os esforços devem tender para o desenvolvimento da educação moral, dos sentimentos cívicos e do valor pessoal e profissional, sob a inspiração de um alto espírito de nacionalidade e de reconciliação dos povos. É um exemplo digno de ser imitado, de preferência a outras imitações, contrárias às nossas tradições, cultura, índole e interesses sociais. O Código Penal não pode ser a única regra de conduta e a única determinante da atividade individual, no seio de um povo civilizado. A nossa experiência o demonstra (*apud* AMADO, 1958, p. 284-285).

Segundo Amado, era inconcebível evocar a educação moral empreendida na Alemanha como exemplo para a realidade de pobreza na qual se encontrava a sociedade brasileira. Para ele, a implantação de um plano de educação no Brasil teria que partir de um estudo científico da sociedade brasileira, baseada na análise sociológica de pensadores como Émile Durkheim que analisava de maneira científica as relações necessárias entre a moral e os fatos sociais e Karl Marx para estudar as especificidades de uma educação a ser implementada num país pobre como era o Brasil (AMADO, 1958b, p. 285).

Educação moral... nos cortiços, no deserto, habitado pela fome, pela opilação, pelas mil endemias, as distâncias, léguas e léguas, separando as aldeias... como operar educação moral, a exemplo da Alemanha, em tais condições? Sendo absurdo conceber a existência no cérebro brasileiro de um germe que produz inobjetividade, que inibe a

relação de causa e efeito, eu responsabilizava por tais absurdos justamente uma educação processada fora da observação dos fenômenos e da investigação de suas causas (AMADO, 1958b, p. 286).

O debate travado entre Gilberto Amado e Artur Bernardes tinha prioridades diferentes. O presidente versava sobre a importância de uma educação moral das famílias brasileiras, enquanto que o então deputado pelo Sergipe priorizava a necessidade de uma investigação científica da sociedade a priori para só assim desenvolver um projeto de educação para o Brasil. Educação moral, para Amado era, numa leitura de Durkheim, um instrumento de coesão social, onde os indivíduos reconheceriam seus lugares na sociedade e trabalhariam para a manutenção da ordem social. Era uma forma de o indivíduo aprender a viver em sociedade (RODRIGUES, 2000, p. 19-34). Apesar de terem prioridades diferentes, ambas as concepções, a de Bernardes e a de Amado, destacam a necessidade de se formar o cidadão ideal à construção da nação civilizada.

Evocando Èmile Durkheim e Karl Marx, Amado reivindica para a educação uma intervenção científica, cujo principal objetivo é a capacidade de enunciar leis que tenham tanta validade geral quanto às leis da física e da química. No entanto, ao ressaltar a importância destes pensadores no estudo da educação, Amado acaba por cair em contradição, pois enquanto Durkheim via a educação como um meio de coesão social, Marx vai à direção contrária. Para este, o único tipo de educação válido era uma educação específica para o operariado, dado que educação burguesa era uma espécie de manutenção de sua ideologia no poder. Educação, para Marx e Engels, era um instrumento de transformação social em favor da emancipação do ser humano, de sua libertação da exploração do jugo social (RODRIGUES, 2000, p. 49).

No discurso de Bernardes fica clara a idéia de uma intervenção institucional na educação familiar. A família deixa de ser o espaço de intervenção da Igreja, personificado na figura do padre, aquele que ao ouvir as confissões participava também da educação familiar, moldando-os segundo os preceitos cristãos. Em fins do século XIX, o conceito de família civilizada muda de foco. A intervenção médico-pedagógica na família se faz presente, construindo outros moldes para a construção dos indivíduos civilizados. Segundo Costa (1999), a atuação da medicina na educação familiar imprime toda auto-regulação do eu através da distinção dos cômodos da casa e de uma nova definição para os papéis de homem, mulher e criança.

A evocação das leituras de Durkheim e Marx na produção de um plano para a educação brasileira corresponde, exatamente, à carapaça do intelectual que Amado veste.

Aquele que é chamado a analisar a realidade anteriormente para só assim poder ter uma intervenção prática na realidade. O cientista social do século XIX é, justamente, aquele que analisa os fatos sociais como coisas, com os quais ele não pode se envolver para não desqualificar a sua objetividade científica. Neste sentido, para Amado, intelectual formado nas bases do conhecimento sociológico do século XIX, a teoria antecede a prática, não andam juntas, por isso seus posicionamentos parecem se desvencilhar de sua prática enquanto intelectual. Seu discurso não condiz com sua prática. Talvez por este motivo, eles ficavam apenas no parlamento, mas não tinha uma concretização efetiva nas ações sociais.

De acordo com Miceli (2001), Amado passa pela retradução efetuada pela economia, pela filosofia e pela sociologia européia, tarefa que se incumbiram na época as faculdades de direito, justamente, para demarcar o seu lugar enquanto elite pensante do Brasil que teve acesso aos debates internacionais e que, portanto, merecia reconhecimento no cenário intelectual não só nos tempos de sua formação no Recife, mas também no momento de escrita de suas memórias.

Segundo Foucault (apud, 2004), esta maneira de se conceber a relação teoria e prática, construída pelo saber sociológico de fins do século XIX e início do XX tem a ver com a sacralização da escrita e invenção do autor como figura que agrupa sobre o nome próprio uma série de obras e idéias, fazendo com que este seja entendido apenas como autor de obras ou formulador de teorias, como se sua vida não tivesse uma relação direta com sua prática intelectual. Daí a figura do intelectual ser entendida como detentor de verdades intransponíveis (ADORNO, 2004, p. 32-39).

Neste sentido, o destaque dado à sociologia na produção de um plano para a educação no Brasil relaciona-se com a necessidade daquele autor de se construir como letrado que, como tal, reivindica um saber particularizado e científico para as questões brasileiras. Segundo Albuquerque Júnior (2005), a construção da figura do intelectual está justamente relacionada à necessidade de os homens de saber se preocupar com questões específicas, ao invés de estenderem sua atenção em diversos estudos, de maneira amadora como faziam os eruditos. A noção de intelectualidade relaciona-se com necessidade de especialização de um conhecimento específico. Se o erudito é aquele agente do saber que se interessa pelas mais diversas áreas: ciência, política, história, etc; o intelectual, por sua vez, sente a necessidade de produzir um saber específico, prático, pragmático (ALBUQUERQUE JR., 2005).

Além disto, a própria criação da Sociologia enquanto ciência e saber totalizador que visa investigar os fatos sociais como coisas e, depois, efetuar a intervenção prática que devolveria a coesão do todo social, está também relacionada à invenção do intelectual

enquanto uma identidade moderna. A figura do intelectual é mais uma forma de individualização do sujeito própria das sociedades modernas (ALBUQUERQUE JR., 2005).

O fato de Amado destacar a importância da Sociologia tanto em sua formação quanto em seus posicionamentos aponta, mais uma vez, a necessidade daquele autor em construir sua imagem enquanto intelectual. Inventariar uma noção de idéias que o permitam se inventar enquanto autor ou formulador de determinadas noções através de sua escrita e, desta forma, construir um lugar para si por meio de suas memórias. Os posicionamentos intelectuais destacados em suas memórias parecem que só tiveram lugar ali, na sua escrita de si, não participaram dos debates que contribuíram para a construção do Brasil. Afinal, segundo ele, o parlamento era lugar de conversa e para se manter em seu posto, ele teve uma atuação de comparsa na política brasileira. Atuação esta, que o autor faz questão de destacar em suas memórias na tentativa de justificar ausência de uma intervenção direta nas questões sociais.

A indicação da Sociologia na produção de um plano para a educação brasileira indica também a necessidade de Amado de se mostrar sintonizado com os debates que vigoravam na Sociologia nas décadas de 1940 e 1960, época de produção de suas memórias. De acordo com Luiz Carlos Jackson (2004), as décadas de 40 e 60 testemunham emergência de uma ampla difusão da defesa da Sociologia como ciência, preocupada com as transformações em curso, visando apreender as possibilidades concretas de intervenção racional e política na sociedade brasileira (JACKSON, 2004, p. 272).

Escrevendo suas memórias ao longo da década de 50, Amado ao destacar a importância da Sociologia em sua formação e posicionamentos intenciona construir sua imagem como letrado que se orgulha de sua formação e que se mantém atualizado com os debates que faziam parte das problemáticas de seu presente, isto é, o momento de escrita de suas memórias. Esta é a forma encontrada por Amado de reatualizar a sua importância enquanto intelectual por meio da escrita de suas lembranças. Como se as palavras fossem capazes de registrar e perenizar a imagem daquele homem de saber já idoso e afastado da atuação política. A escrita de si foi a forma encontrada por Amado de se fazer presente nos debates que vigoravam no momento de produção de suas memórias.

Outro presidente com o qual Amado se indispôs e desta vez de forma mais direta foi Washington Luís³⁹. Segundo Amado, Washington Luís não dava ouvido a ninguém, inclusive

³⁹ Uma das marcas do governo de Washington Luís foi a política do câmbio elevado que visava favorecer as exportações e proteger a indústria nacional, ao mesmo tempo em que afetava a indústria brasileira pela alta nos preços dos artigos estrangeiros. A reforma financeira, aprovada pelo Congresso, logo no início do governo de Washington Luís, estabelecia uma taxa fixa de câmbio, na base de cerca de 6 dinheiros por mil réis, equivalendo a uma quebra oficial do padrão monetário. A estabilidade seria garantida por uma Caixa de estabilização que

a ele. De acordo com Fausto (1978), até mesmo a sucessão presidencial de 1930, quando Washington Luís indicou como candidato à presidência o paulista Júlio Prestes⁴⁰, é por muitos explicada devido à personalidade intransigente do então presidente. E, neste sentido, Amado só vem a corroborar com esta percepção, quando destaca que sua atuação no Senado no governo do presidente paulista foi nula. “Não só não fazia nada, como era... nada. A constatação porque marca novidade na minha vida. Pela primeira vez, eu ‘sobrava’ (AMADO, 1960, p. 17). Amado, desde criança, sempre se movimentando em relação à liderança até mesmo nas rodas de brincadeira em Itaporanga, segundo ele, se ver, no governo de Washington Luís, desterritorializado por não ser ouvido, não ter posição de mando nem mesmo em seu próprio estado (AMADO, 1960, p. 17). Amado não aceita que um intelectual como ele, um político que mesmo que não pudesse agir diretamente nos problemas sociais, devido ao sistema político que o acorrentava, pudesse ser rejeitado das negociações políticas de Washington Luís.

A peleja entre Amado e Washington Luís teria seu desfecho antes de eclodir a Revolução de 30 que abalaria as estruturas dos políticos da República Velha. Segundo o autor, quase um mês antes da morte de João Pessoa, Amado rompe com o governo de Washington por este não acatar sua indicação à presidência do Sergipe. O candidato indicado pelo presidente era Francisco Pôrto que, segundo Amado, não tinha a menor competência política. Na época, o jornal *O Correio da Manhã*, diga-se de passagem, citado por Amado em *Depois da Política*, aponta que os candidatos apontados pelo senador foram seu irmão Gildo Amado e Leandro Maciel. Segundo Gilberto Amado, seu irmão nunca foi candidato à presidência do Sergipe. A indicação do então senador era apenas Maciel. O fato é que o não acatamento da indicação de Amado para a presidência de seu estado fez com que o então senador rompesse relações políticas como Washington Luís.

Antes mesmo da irrupção da Revolução de 30, a carreira política de Amado já estava abalada devido àquele rompimento. Segundo o autor, todos estranhavam sua atitude de ruptura com Washington e sentiam pena do fim de sua carreira. Diante disso, o autor escreve que “a alegria cantarolava no seu peito” (AMADO, 1960, p. 121), sempre ressaltando a sua capacidade de superação de momentos difíceis em sua vida. Amado chega a supor que seu

passou a trocar notas de ouro na proporção fixada, pretendendo-se como finalidade a conversibilidade de todo o papel moeda em circulação (BORIS FAUSTO, 1978).

⁴⁰ A indicação de Júlio Prestes à presidência em 1930 rompia com acordo que revezavam paulistas e mineiros no governo na República Velha.

abalo com Washington Luís antecipara os acontecimentos posteriores vindos com a Revolução de 30.

Desvinculando-me de obrigações a seu respeito, Washington Luís liberava-me de antemão dos sofrimentos maiores que sua queda fatalmente me acarretaria como toda desgraça de amigo? Acudia-me o destino na hora aziaga, dizendo-me: ‘... Não sofras... Rejubila-te’, como na linguagem da Bíblia... (AMADO, 1960, p.121).

Estaria Washington Luís livrando Amado de um mal maior? Ou Amado comportara-se como um verdadeiro estrategista ao abandonar a República Velha antes da irrupção da Revolução de 30? Talvez por isto a Revolução não foi um momento tão crucial na carreira política de Amado como o autor, em alguns momentos, deixa entrever. A morte de Raul Soares figura em suas memórias como muito mais representativa do fim de sua carreira política do que o rompimento com Washington Luís e a própria Revolução de 30. Qual a intenção do autor ao demarcar os pontos que sinalizam o rompimento de sua experiência de vida na política e descredenciar a Revolução de 30 enquanto um momento de ruptura de sua carreira política, sendo ele, o próprio Amado, um político da República Velha? Passemos à discussão da questão.

3.3- Revolução de 30: a morte da velha mãe

Aquilo não durou. Oh falácia do presumir e do imaginar! Oh perecibilidade das situações políticas estáveis! Menos de três anos depois rolávamos todos na voragem. A surpresa de muitos foi grande. A saudade do paraíso perdido ainda plange em alguns corações. No meu, tudo sumiu. Os acontecimentos que chamamos “políticos” passaram por mim, não me demoraram na alma. Exageraria dizendo que para mim a queda da República Velha não teve importância. Teve. Ver-se-á adiante em mais de um capítulo a sua repercussão na minha existência. Mas (...) minha memória pula por cima deles. Os personagens, porém, no seu físico, com seus tiques, os traços morais que os individualizam, esses, sim, ficam dentro da gente. E querem reviver. A pena não precisa de esforço para os apanhar. Eles se precipitam para ela (AMADO, 1960, p. 2)

É assim quem Amado inicia seu último livro de memórias *Depois da Política*. “*Aquilo não durou*” refere-se às suas previsões em relação à República Velha e a sua eleição à senatoria que, para o autor, poderia representar até 27 anos de carreira, ou seja, uma estabilidade profissional que parecia garantir certezas a Amado. Mas aquilo tudo – a

República Velha – ruiria e junto com ela uma porção de políticos. E o que ficou nas memórias do autor não foram os acontecimentos políticos e sim seus personagens. No entanto, por que Amado prioriza os personagens e não os fatos? Seria, por que, num determinado momento, ele era um vencido e não um vencedor?

Segundo Carlos Alberto Vesentini (1997), a Revolução de 30 é construída como fato histórico, justamente no jogo de alteridade sobre o qual é pensada em relação à República Velha. Para este autor, a produção de um fato histórico “supõe admitir a sua existência em certo momento, o qual possibilitou sua alocação num dado conjunto de práticas” (VESENTINI, 1997, p. 128). Isto significa dizer que a Revolução de 30 para ter sua existência enquanto fato histórico é pensada em oposição à República Velha. A partir de então, o termo República Velha passa a designar o período de atraso na política brasileira. Trinta é produzido pelo discurso dos vencedores como um marco. O antes e o pós 1930. Como bem enfatiza Vesentini,

(...) sob a política oligárquica, contra ela, todos estiveram, e, graças a ela, foi possível a cristalização da “consciência nacional” – novamente todos aí, até os “falsos iguais”, como adversário – em um ponto definido. Transubstanciado em “outubro”, temos aqui a revolução de 1930 (VESENTINI, 1997, p.136)

Contra a República Velha todos estiveram, até mesmo Amado que se reveste da vestimenta de filho desapontado para ganhar um novo lugar no seio da nova mãe. A qualificação da República Velha como um momento da história política do país, governado por homens descomprometidos com os problemas sociais atua na construção de um lugar para aquele intelectual e uma forma de justificar sua atuação como comparsa daquela forma de governo. Destacar, em suas memórias, o quanto o Brasil, naquele momento, foi governado por laços frouxos e paternais é também uma forma de se construir enquanto um intelectual que se distinguia dos demais políticos da época, “*o pessoal avermelhado corroído pelo tempo*” e que, por esta razão ainda merecia um lugar de destaque em meio à intelectualidade da década de 50, época de escrita de suas memórias.

Para Vesentini, a construção de 30 como um marco histórico demanda toda uma gama de circunstâncias que são relacionadas de tal modo que parecem convergir para um grande final: a Revolução. Desta forma, as dissidências oligárquicas, a crise de 1929, os movimentos tenentistas e operários são pensados como elementos que convergiram para o desencadeamento de trinta. Toda uma gama de movimentos é homogeneizada em prol da construção daquele fato histórico. Escamoteiam-se, então, as divergências de projetos que se

tinha nos movimentos de questionamento da política oligárquica (VESENTINI, 1997, p.127-162).

O tempo anterior à política oligárquica é qualificado como um momento onde os políticos estavam voltados para seus interesses, particularizados em detrimento da nação, chegando a levá-la ao desastre, bem como ao despertar de outros sujeitos que, a partir de então melhor a conduziria aos rumos da civilização e do progresso.

Amado, como político e filho da República Velha, narra, por um momento, o outro lado da história. O lado dos vencidos. Nesta trama, como ele mesmo sugere, sobressaem-se os personagens, dentre os quais dois centrais: Washington Luís e Getúlio Vargas. Segundo Amado, a carta na qual Getúlio rompia com Washington Luís foi recebida pelo presidente aos uivos. De acordo com o sergipano, Washington tratava Getúlio como um avô, o seu protegido, o seu “Getuliozinho!” (AMADO, 1960, p. 106).

Getúlio Vargas, por sua vez, destaca-se nas memórias de Amado como aquele que possuía a “faculdade de enganar”, aquele cujo caráter deve ser estudado sob os ângulos da arte. O psicólogo ou historiador que se dispusesse a estudar a figura de Getúlio Vargas deveria se posicionar para além do bem e do mal. Segundo o autor, Getúlio exercia nele uma fascinação extrema.

A faculdade de enganar que Getúlio revelou, conquanto conhecida, ainda hoje me espanta. Desafia comparação. Nunca em tempo algum houve quem iludisse tanto, tantas vezes ao mesmo tempo. Enganava não só os tolos, como os sábidos também (AMADO, 1960, p. 109)

Apesar de ser um político da velha República, Amado narra apenas um momento constrangedor que a Revolução lhe trouxe. Trata-se de quando ele chega da Europa, em novembro de 1930, e se depara com movimentações populares contra os políticos da situação derrubada no Rio de Janeiro. Amado foi recebido por um policial que o acompanha até a central de polícia. Segundo o que conta Amado, alguns ex-senadores estavam sendo presos, o que não aconteceu com o sergipano que, pelo contrário, disse ter sido bem recebido pelos revolucionários, os quais o aclamavam: “No Palácio... todos são seus admiradores... A Revolução precisa de homem como Você.” (AMADO, 1960, p. 148). Amado diz que, naquele momento, não passara pela sua cabeça voltar à vida política.

Tendo dado adeus a República Velha despediram-me de toda esperança de tornar à política. Era da mais rutilante evidência que mesmo que eu procurasse me aproximar dos vencedores – probabilidade absurda e inadmissível – jamais lograria erguer-me a situação que desfrutara na República Velha (AMADO, 1960, p. 144).

Amado dá adeus a sua velha mãe e a partir daí passa a dar indícios das formas pelas quais ele seria acolhido no colo da nova matriarca. E é interessante Amado afirmar que a probabilidade de voltar ao governo de Vargas seria absurda e inadmissível, uma vez que, quatro anos depois da Revolução, ele é nomeado ministro de carreira como veremos adiante. Talvez por ter sido agraciado por Vargas, a Revolução de 30 não apareça como um marco de ruptura da vida política de Amado. Enquanto que para muitos memorialistas, a Revolução significou um momento de ruptura com as formas sociais tradicionais e, conseqüente, esquecimento de protagonistas da República Velha (AGRA DO Ó, 2008, p. 107), o que Amado destaca, em suas memórias, é que a Revolução propiciou o desvencilhamento de sua atuação como comparsa de uma forma de se governar arcaica que não tinha nenhum compromisso com os problemas brasileiros.

A partir da Revolução, Amado teve o aval, ainda paternalista de Vargas, que permitiu que ele fizesse parte de seu governo. Portanto, a “nova” república não parecia ser tão nova assim, uma vez que os mesmos laços paternalistas que fizeram de Amado um político da “velha” república também acolheram o autor no seio da “nova” república. Assim, o filho rebelado qualifica a sua antiga mãe de “velha” e denuncia a política engendrada por ela como momento político de descompromisso com as questões sociais. Como forma de construir e justificar sua presença no governo Vargas, tanto como intelectual que pensa as mudanças ocorridas com a mudança de regime, quanto como homem que também participou da configuração daquele governo, Amado despreza sua antiga mãe, agora o que o interessa é uma mãe jovem que possa amamentar o filho que almejava re (nascido) de novo como intelectual e político brasileiro.

Com a Revolução de 30 e a deposição de seu cargo de senador, Amado experimenta por dois anos certa independência direta em relação aos laços políticos, possibilitando que seus posicionamentos como intelectual não se mesquem com sua atuação enquanto um membro da política brasileira da época. Passemos agora à problematização de tais posicionamentos de Amado, ex-político da República Velha no ano de 1932.

3.4- 1932: um ano de opiniões

Em capítulo intitulado “*Opiniões*”, no seu livro *Depois da Política*, Amado elenca algumas de suas concepções acerca do ano de 1932, destacando a total liberdade que teve

naquele período de divulgar suas opiniões na imprensa. No entanto, para Amado, a legislação que se implantou no Brasil, em 1932, estava impregnada de confusões e uma destas dizia respeito ao tratamento que a legislação deu à imprensa nos primeiros anos do governo. Segundo o autor, os princípios que legislava sobre a imprensa brasileira não correspondiam à legislação moderna sobre a imprensa. Estava a legislação vigente no Brasil no que concerne à imprensa em contradição com toda a teoria e toda a prática da civilização moderna. Colidia com toda a tradição do Brasil não só no que concerne especificamente “à matéria, como também no que diz respeito ao sistema social e político da organização da opinião política entre nós.” (AMADO, 1960, p. 172).

Não é a toa que Amado destaca em suas memórias suas opiniões relativas ao ano de 1932, momento em que, depois de instaurado o governo provisório, Getúlio aciona medidas de centralização política, visando o controle econômico pelo governo central. Além disso, impôs uma ditadura que dava continuidade à censura à imprensa, o que decepcionou muitas das expectativas criadas com a vitória da Revolução que tinha como uma das principais propostas a liberdade de imprensa (ABREU; LATMAN-WELTMAN, 1994, p. 27).

Dando continuidade ao seu projeto memorialístico de se construir enquanto um intelectual moderno, formado pelos ditames da razão, Amado destaca em suas memórias a sua rejeição à censura que Getúlio impõe à imprensa brasileira da época, evocando os princípios da imprensa moderna que tinha na liberdade de expressão sua principal baliza. Liberdade de expressão que, segundo Lavina Madeira Ribeiro (2004), emerge com o ideal liberal que participou da emergência da imprensa no Brasil, desde os tempos do Império. Segundo Ribeiro (2004), já na constituição do Império, a imprensa adquire caráter institucional fundado pelo princípio da liberdade de expressão e da formação de opinião pública. Fixou-se, a partir daí, que “todos podem comunicar seus pensamentos por palavras e escritos, e publicá-los pela imprensa sem dependência da censura, contanto que hajam de responder pelos abusos, que cometerem no exercício deste direito, nos casos e na forma que a lei determinar.” (apud RIBEIRO, 2004, p. 72-73).

Amado evoca a tradição da imprensa do Brasil, como um instrumento de liberdade de expressão e formador de opinião pública, não só para se contrapor à censura que Vargas impôs à imprensa brasileira em 1932, mas também como mais um artifício utilizado para construir sua imagem enquanto um homem de saber moderno que, formado pelas balizas racionais do século XIX, enxerga a liberdade de expressão como uma das condições básicas para a formação e atuação do sujeito na sociedade. Atuação que desde os tempos do Império tinha forte ligação com o fazer político, haja vista ser a imprensa encarada, desde então, como

instrumento de mobilização política e como prática de atualização crítica dos fatos, orientada por uma competência formalmente dirigida por um ponto de vista “imparcial”, correspondente a um suposto “interesse público” (RIBEIRO, 2004, p. 21).

Interessante observarmos que as opiniões de liberdade de expressão de Amado se restringem apenas à imprensa, porque quando o assunto é unidade nacional e o perigo separatista que a Revolução Constitucionalista de 1932⁴¹ trouxe para o país, Amado mostra-se altamente autoritário e centralizador. Para Amado, o Brasil não tinha uma política nacional, específica e originalmente preocupada com os problemas brasileiros e sim reações de planos políticos estrangeiros à realidade brasileira. Por este motivo, não existia, segundo ele, uma unidade nacional, o que possibilitava a emergência de movimentos separatistas como os de São Paulo. De acordo com o autor, “o Brasil nunca pagará ao realismo de Getúlio Vargas ter varrido em dois tempos aquela maluquice.” (AMADO, 1960, p. 174).

Amado insistia sobre o perigo dos movimentos separatistas, porque, naquela época, “o separatismo deixava de ser um tema de regionalistas líricos para tornar-se uma verdadeira ameaça para o Brasil.” (AMADO, 1960, p. 181). O que Amado chama de “regionalismos líricos” são exatamente movimentos como aqueles encabeçados por seu amigo Gilberto Freyre que reivindicavam uma identidade para sua região. Segundo Albuquerque Jr. (2001), o início do século XX assiste à emergência de novos regionalismos. Os regionalismos perderam seu caráter difuso e provinciano, característico do século XIX, passando a refletir as diferentes formas de perceber e representar o espaço nas diversas áreas do país. As mudanças no campo econômico e técnico que contribuíram para a ascensão econômica do Centro-Sul, notadamente São Paulo, e a percepção de novas sensibilidades artísticas e culturais trazidas pelo modernismo e novos códigos de sociabilidades teriam atuado na preocupação de se construir as chamadas identidades regionais (ALBUQUERQUE JR., 2001, p. 40).

É no início do século XX que a nação brasileira passa a ser pensada em toda sua complexidade e os vários discursos tanto do Norte quanto no Sul partem para análise de seus espaços, enquanto locais dotados de uma constituição específica que delimitam as diferenças

⁴¹ Movimento armado ocorrido entre julho e outubro de 1932, e que foi uma reação à Revolução de 30 e ao governo centralizador de Getúlio Vargas que diminuiu a autonomia dos Estados. O estado de São Paulo foi o que mais sentiu a centralização política do governo Vargas. Segundo Miceli (1979), Vargas nomeou interventores militares para o Estado de São Paulo que não tinha qualquer vínculo com as antigas oligarquias e nem pertencia às famílias dirigentes do estado. A Revolução Constitucionalista de 1932 foi, em grande medida, uma reação a este conjunto de medidas tomadas por Vargas que minou a participação de São Paulo no cenário político da época.

de uma dada região em relação à outra, construindo neste jogo de alteridades as identidades regionais. Buscam-se “nas partes a compreensão do todo, já que se ver a nação como um organismo composto por diversas partes que deveriam ser individualizadas e identificadas.” (ALBUQUERQUE JR., 2001, p. 41). Neste sentido, o nacionalismo aguça, na década de 20, as práticas que visavam o conhecimento do país e de suas particularidades regionais.

É nesse momento que emerge, no Brasil, o que Amado chama de “regionalismos líricos” que, para Albuquerque Jr. (2001), é um conjunto de práticas imagético-discursivas, mobilizadas pelos mais diversos setores (artísticos, culturais e intelectuais) em prol da construção de identidades regionais. É neste momento que emergem imagens como a do Nordeste atrasado, vitimizado pela seca e cercado de figuras decadentes como os cangaceiros, os coronéis e os líderes dos movimentos messiânicos; em contraponto ao Sul moderno, civilizado, industrial e europeizado pelas levas de imigrantes que chegaram naquela região para substituir o trabalho escravo. Cada um destes regionalismos disputa para si o estatuto de serem os representantes genuínos da identidade da nação brasileira (ALBUQUERQUE JR., 2001, p. 39-64).

Ao reivindicar uma política nacional capaz de dar ao Brasil uma unidade e ao qualificar os diversos debates em torno da construção de identidades específicas para cada região de “regionalismos líricos”, Amado, mais uma vez, se contrapõe a muitos dos regionalistas nordestinos que, em meados das décadas de 20 e 30, reivindicavam uma identidade regional que também seria uma identidade nacional. A própria denominação “lírica” contrasta com o que Amado concebia como solução para o problema da unidade nacional brasileira. É como se, para aquele autor, a problemática da unidade nacional não fosse tema de literatura, mas um problema político que como tal deveria ter um tratamento científico que, para um intelectual como Amado, tão fincado à sociologia de Comte, representava o estágio maior do conhecimento. O projeto de Amado para o Brasil era que a nacionalidade brasileira suplantasse todas as especificidades regionais.

Minha ansiedade em relação à formação de partidos nacionais impregnava-se da esperança de que no seio das grandes organizações que englobassem as opiniões de todos os Estados, em face da unidade oceânica dos ideais em comuns, quem nascesse em Pernambuco seria como se houvesse nascido em Minas para todos os efeitos políticos e, para os mesmos efeitos, quem houvesse nascido em Minas seria como se nascesse no Piauí ou em Sergipe. Daí a sedução que exercia sobre meu espírito a representação proporcional, que a Alemanha ensaiava e que na prática da mesma Alemanha, como alhures e sobretudo na França, tão desastrosa se revelou (AMADO, 1960, p. 180).

A noção de uma identidade nacional participa do que poderíamos chamar de dispositivo das nacionalidades, um conjunto de regras anônimas que passam a reger as práticas e os discursos do Ocidente desde o final do século XVIII (ALBUQUERQUE JR., 2001). Esses discursos impunham aos homens a necessidade de ter uma nação, de superarem as fronteiras locais e se identificarem com um espaço e territórios construídos historicamente por meio de guerras ou convenções, ou mesmo artificialmente em prol do reconhecimento de elementos que unificassem toda uma diversidade cultural sobre o rótulo de identidade nacional (AMADO, 2001, p. 48). Para Amado, mais importante do que ter uma identidade regional era ter uma identidade nacional que permitisse diluir as fronteiras locais em prol do bom andamento da nação.

Ao se contrapor aos movimentos regionalistas e dentre os quais o nordestino, Amado, mais uma vez, busca se dissipar da imagem do nordestino enquanto homem rude, atrasado, virilizado. Os intelectuais regionalistas são, geralmente, aqueles que estavam distantes do centro das decisões, do poder, seja no campo político, seja no da cultura ou da economia. “Um intelectual regionalista quase sempre é aquele que sente longe do centro irradiador de poder e de cultura. Ele faz da denúncia dessa distância, dessa carência de poder, vitimização, o motivo de seu discurso.” (ALBUQUERQUE JR., 2001, p. 50).

Como as carreiras política e intelectual de Amado estiveram sempre vinculadas ao centro-sul, possivelmente o autor não estava geograficamente distante dos debates no cenário político e cultural do país. No entanto, mesmo não estando longe daquele cenário, o autor, ao que tudo indica, temia ficar à margem dos debates que circundavam a construção da nova república, por isto destaca em suas memórias sua participação nos jornais brasileiros como forma de se auto-afirmar como sujeito formador de opinião e que não poderia ser esquecido enquanto elite pensante de seu país. Amado julga que para ser reconhecido como tal tem que, constantemente, se qualificar enquanto homem de razão sempre capaz de expressar suas opiniões em relação aos problemas brasileiros. Para Amado, membro de uma classe dirigente do país, seja como intelectual ou político, a unidade nacional é um objetivo que não poderia ser perdido de vista.

A realidade é que não temos política nacional. Todos os povos têm um programa nacional. Todos os povos têm uma política nacional. Todos os povos têm um conjunto de problemas gerais a resolver (...) Assim, como saber para onde vai a nossa Pátria? Dizê-lo não será tarefa para talentos, nem para gênios, nem para homens de bom senso; será trabalho para cartomantes, nigromantes, hierofantes, feiticeiros, macumbeiros, adivinhadores de todas as matizes, tão queridos aliás por certa classe e - digamos a verdade - por quase toda uma população sem instrução, acostumada a se

guiar pelo mistério dos augúrios e pelas promessas obscuras da superstição (AMADO, 1960, p. 174).

De acordo com Gilberto Amado, o Brasil não era governado nem tampouco constituído por espíritos esclarecidos como ele, capazes de dar uma explicação científica para a pergunta “*para onde vai o Brasil?*” Esta resposta, num país como o Brasil, ficaria a cargo de forças sobrenaturais que tinham numa população pouco instruída as bases de suas crenças. Mais uma vez, Amado procurando delimitar seu lugar como intelectual, um espírito formado sob os alicerces da razão, membro de uma classe dirigente do país, contrapõe-se, neste caso, a toda uma massa de não instruídos que não conseguia dar rumo ao país. Era como se todos aqueles que participavam de revoltas como aquelas de 32 estivessem posicionados naquilo que Comte chamou de estágio teológico ou fictício, onde o sobrenatural orienta o conhecimento humano. Em suma, na concepção de Amado, era como se a massa revolucionária e até mesmo alguns dirigentes do Brasil, na época, não tivessem atingido o grau que ele alcançou de ver no conhecimento científico a solução para os problemas sociais.

Conhecimento científico que, para Amado, não se restringia apenas ao aprendizado da técnica, mas a um conhecimento que estivesse fincado no pensamento puro, na filosofia que o exprime, “as letras que o valorizam, as artes que o ilustram.” (AMADO, 1960, p. 182). Em uma de suas opiniões relativas ao ano de 1932, Amado destaca a sua desconfiança em torno do ensino tecnicista que está se implantando no país no governo Vargas. De acordo com o autor, nenhum tecnicismo poderia suplantiar a necessidade “de formar um corpo de sábios, de pensadores, de humanistas, de homens. A civilização não será captada pela máquina de um espírito que a máquina nunca poderá produzir.” (AMADO, 1960, p. 181-183). E prossegue Amado, em sua defesa de uma formação humanística em detrimento de uma formação técnica: “O tecnicismo, com a sua conseqüência, a tecnografia não é tudo. O homem não é só inteligência. Suas necessidades não se resolvem na ação. Seu fundo metafísico é indestrutível. A ânsia da verdade o dominará sempre.” (AMADO, 1960, p. 183).

Para respaldar a validade deste argumento e validar a sua importância enquanto intelectual, formador de opinião pública não só em 1932, mas também em 1959, Amado evoca um discurso proferido pelo General De Gaulle na Faculdade de Ciência de Toulouse, em 1959, ano de escrita de seu último livro de memórias *Depois da Política*:

É indispensável que, de concorrência com a formação científica, o pensamento puro, a filosofia que o exprime, as letras que o valorizam, as artes que o ilustram (e também a moral que procede da consciência e da razão), é indispensável que grande parte da

mocidade francesa se dirija para o ensino científico. O Estado tem o dever de suscitar no povo um clima favorável à pesquisa e à ciência. É ao Estado que cabe determinar no domínio da pesquisa o que se reveste de maior utilidade para o interesse público (Le monde, 16 de fevereiro de 1959) (*apud* AMADO, 1960, p. 184).

O tecnicismo a que se refere Amado diz respeito ao projeto educacional idealizado pelo escolanovismo que tem como marco, no Brasil, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, liderado por Anísio Teixeira, em 1932. Com base em estudos feitos nos Estados Unidos, sobretudo pelo filósofo John Dewey, segundo o qual o processo educativo deve formar os indivíduos com vistas à atuação concreta na sociedade, a Escola Nova fez oposição ao ensino humanístico, acusando-o de enciclopédico e verbalístico e propôs uma maior atenção aos processos de aprendizagem do que aos conteúdos curriculares (GANDRA; SÍLVIA, 2005, p. 119).

A escola tecnicista idealizada pelos pioneiros da Escola Nova ia ao encontro do ideário de formação do indivíduo para o trabalho, de acordo com as características do projeto liberal de desenvolvimento industrial brasileiro, arquitetado pelo governo Vargas. Nesta perspectiva, a escola tecnicista visava tornar os sujeitos tecnicamente eficientes para o sistema produtivo. Segundo José Ávila Gandra e Adnilson José da Sílvia (2005), a implantação de uma educação tecnicista, no Brasil, constitui uma iniciativa populista do governo Vargas ao empresariado da época que teria respaldo estatal para formar os trabalhadores de acordo com as culturas empresariais de cada empresa (GANDRA; SÍLVIA, 2005, p.119-120). A difusão do ensino tecnicista só tendia a se intensificar nos demais governos populistas, por isso a crítica de tal método de ensino corresponde a uma tentativa de Amado em não deixar que os ideais humanísticos que fizeram parte de sua formação caíssem no esquecimento, seja no ano de 1932, seja no ano de 1959, quando Amado encerra a série de seus livros de memórias.

A valorização da racionalidade técnica ocorre em detrimento do conhecimento das artes e das ciências no projeto educacional da Escola Nova. Conhecimentos que, segundo Gandra e Sílvia (2005), atuam na universalização do sujeito que não ficaria apenas preso às malhas do conhecimento racional necessário ao trabalho industrial. Esta concepção também é compartilhada por Amado que temendo que os ideais de sua formação caíssem no ostracismo proclama a importância do conhecimento humanístico. Criticar o conhecimento técnico também pode ser encarado como mais uma estratégia utilizada por Amado para demarcar o seu lugar de letrado, leitor de Marx, que como tal denuncia os perigos que uma educação meramente técnica poderia contribuir para a transformação dos homens em máquinas e conseqüente alienação dos trabalhadores.

Lembremos que, nesta época, dois anos após a Revolução de 30, Amado não tem nenhum vínculo direto com a política e apenas exerce o magistério na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Neste momento, Amado é, portanto, um homem sem pai nem mãe. A colocação de que no Brasil inexistia um projeto de unidade nacional, dando margem a movimentos separatistas como os de São Paulo e a crítica feita à educação nos moldes tecnicistas também são tentativas de desqualificação da então classe dirigente do país, uma vez que Amado, neste período, não fazia parte desta. O autor atribui então aos membros do primeiro governo de Vargas a incapacidade de administração dos problemas sociais e, mais uma vez, busca instituir a sua importância enquanto um intelectual que não deveria ser esquecido da cena política e social brasileira, um filho que deveria ser acolhido por novos pais.

3.5- Enquanto o tempo passa, “volvamos ao nosso passadinho”

Apesar das críticas feitas aos primeiros anos do governo Vargas, Getúlio não se situa como um grande vilão para Amado, mas como uma verdadeira obra de arte, como já destacamos em outro momento. Isto porque, em 1934, Amado é nomeado por Getúlio Vargas consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores. Iniciava-se, assim, sua carreira diplomática. Amado de político decaído da República Velha passa a ser consultor jurídico na “nova” república, revelando aí toda sua capacidade de se movimentar no terreno político. A intenção inicial de Getúlio era nomeá-lo para um cargo no Supremo Tribunal, mas Amado propõe ao presidente ocupar o cargo de Embaixador da comissão de leis no Itamarati, porque desta forma, o sergipano poderia dedicar-se à obra literária, projeto de Amado que acabou ficando adormecido, devido à dedicação à carreira política.

O cargo de Embaixador não veio, mas no seu lugar Getúlio designa Amado consultor jurídico de seu governo. O sergipano iria ocupar o lugar de Clóvis Bevilacqua, um dos mais tradicionais nomes do direito nacional e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (AMADO, 1960, p. 225-236). Apesar do prestígio que a promoção como consultor jurídico no governo de Vargas trouxe para Amado, o autor destaca que a recepção no Itamarati não foi das melhores. Segundo ele, os demais diplomatas passaram a hostilizá-lo.

Nenhum abalozinho na cabeça. Sorriso nenhum. Caratonhas. Um dêles, que costumara procurar-me no Senado, a quem eu fizera favor, tornou-se até insolente. Postado num canto, encarava-me como se estivesse me construindo alvo pra um disparo. Jovens secretários, almofadinhas, corriam ao ver-me apontar-me no corredor. Corriam mesmo. O Ministério se inteirara de que eu estaria ali como Consultor Jurídico mas para entrar na carreira, ser nomeado ministro de primeira classe e depois Embaixador. Ia tomar o lugar, atrapalhar o sistema todo! Oh, de quantas formas não se revestiu a hostilidade daquele meio, daquele convento! (AMADO, 1960, p.237-238).

De acordo com Amado, ele estava se destruindo naquela “*usina de aniquilamento*”. Tudo isso porque os demais diplomatas estavam, nas palavras do autor, espantados ao olharem para o “fenômeno” que ele era, “querendo ser diplomata sem ser do Itamarati!” (AMADO, 1960, p. 239). Um ano depois, apesar das hostilidades naquele meio, Amado é nomeado Ministro de Carreira e diz sair do Itamarati sem mágoas (AMADO, 1960, p.239-246).

Um fenômeno. É assim que Amado se define perante os demais diplomatas que, segundo ele, o hostilizavam, justamente por reconhecerem nele as qualidades que, mais tarde, o fariam ministro de carreira. Mais uma vez, o autor se descreve como aquele que não se esmorece perante as contradições da vida, sempre mantendo a sua racionalidade, que na narrativa do autor aparece como algo inerente a sua existência, certamente aguçada pela sua formação intelectual, intensamente destacada pelo autor não só na sua época de estudante de direito no Recife, mas em toda sua escrita de si que opera na construção daquele homem como intelectual. Talvez por isso toda a gratidão de Amado à figura de Getúlio Vargas, pois não fosse o presidente ter o concedido o cargo de diplomata, Amado não teria dado continuidade a sua obra literária, notadamente, a escrita de suas memórias. Por este motivo, até mesmo a sua escrita de si é cogitada em função de seu contato com Getúlio Vargas.

Este livro, em vez de estar sendo escrito em Genebra e Nova York, talvez nem entrasse nas cogitações de uma vida que teria seguido o curso ordinário. Quanta coisa de bom ou de mau, de terrível e de ridículo, de explicável e inexplicável, deixaria de ter acontecido! (AMADO, 1960, p. 111).

Vargas, ao invés de vilão na história de um político da República Velha, é instituído pelas memórias de Amado como demiurgo de uma escrita. Sem a presença de Vargas as memórias de Amado não teriam sido escritas em Genebra ou em Nova York. Sem a presença de Vargas, Amado talvez não tivesse a oportunidade de construir uma versão de si por meio de sua escrita. Talvez, por este motivo, o marco Revolução de 30 não aparece como impacto definitivo nas memórias de Amado, até porque com a Revolução veio Vargas e com Vargas a

possibilidade que aquele homem teve de se inventar da forma que desejou. A Revolução aparece, nas lembranças de Amado, como uma resposta a sua ruptura com Washington Luís. E sua mágoa em relação a este fato e posterior acolhimento no seio da “nova” República repercutiu na forma como Amado constrói a República Velha em muitos momentos de sua escrita. Uma República cuja forma de se governar era frouxa, na qual o parlamento era local de conversa e conversa era sinônimo de política no Brasil, o que justifica sua atuação de comparsa.

Vargas além de “pai dos pobres” aparece também, nas lembranças de Amado, como provedor das memórias daquele homem. Um provedor que dando um lugar àquele filho decaído da República Velha oferece a este a possibilidade de viajar em si mesmo e aí encontrar caminhos e descaminhos, privilegiar uns e esconder outros em prol de uma outra definição de si. Uma definição que o permita fugir daquelas versões que foram construídas para ele. Uma versão que o permita se constituir enquanto um homem racional, disciplinado, culto e higiênico bem diferente daquele ser selvagem que assassinou outro em prol de sua honra. Um homem que apenas na velhice, com seu pai morto, pode dizer por meio da tutela de Getúlio que não gostava de política e que, talvez por isto, teve uma atuação nula. Um homem que apenas na velhice consegue o reconhecimento da Academia de Letras a sua obra literária, enquanto que seu primo mais novo Jorge Amado ocupou uma cadeira na ABL aos 49 anos de idade, dois anos antes de Gilberto Amado.

Lembremos que Amado escreve suas memórias no período que vai de 1952 a 1959, época em que Vargas volta à presidência da República, extremamente desprestigiado pela imprensa, haja vista a instalação da censura com o Estado Novo, mas vencedor de uma campanha que, mesmo sendo divulgada por caminhões equipados por auto-falantes e volantes impressos, reuniu multidões por todo o país (ABREU; LATMAN-WELTMAN, 1994, p. 30).

A plataforma de Vargas nos anos 50 propunha criar uma infra-estrutura de desenvolvimento econômico que possibilitasse a independência econômica do país incentivando a produção industrial e a resolução do problema energético. Apesar do desenvolvimento industrial por que passou o país até o ano de 1954, o governo Vargas sente o peso da oposição política e da investida da imprensa contra seu plano de governo. Segundo Maria Antonieta P. Leolpodi e Alzira Abreu (1994), o ano de 1954 mostra de forma clara ‘a esquizofrenia’ por que passava o governo Vargas: no setor econômico; a Petrobrás começava a entrar em funcionamento e eram inauguradas algumas obras feitas durante a gestão de Getúlio (a Companhia Mannesmann, a Usina de Paulo Afonso, da Chesf). Enquanto isso, na área política, aumenta a oposição ao governo com o anúncio do aumento em 100% no salário

mínimo. A partir de então, crescem as críticas ao governo, advindas dos mais variados setores: militares, empresários, industriais e a imprensa (ABREU; LATMAN-WELTMAN, 1994, p. 199-200).

Além disso, o atentado contra Carlos Lacerda, que se opunha radicalmente ao governo do presidente, no início de agosto de 1954, contribui para o desgaste da imagem de Getúlio pela imprensa que passa a acusar o então presidente como mandante do crime, insuflando sua renúncia. Toda crise que se desenrolou, a partir de então, culminou com o suicídio de Getúlio em 24 de agosto de 1954, ano da publicação do primeiro livro de memórias de Gilberto Amado, *História da Minha Infância*. Interessante observar que em nenhum dos cinco livros de memórias de Amado existe uma menção ao suicídio do ex-presidente, fato que entrou para a história do país, principalmente pela comoção popular em torno do caso. Vargas que queria “*sair da vida para entrar para a História*”, só entra para as memórias de Amado em função do provimento de uma escrita de si que pretende dar corpo e essência àquele autor por meio de um discurso que o qualifique como letrado, cuja formação e a paixão pelo mundo das letras suplantam e até o indispõe com o mundo político.

Segundo Miceli (1979), no regime Vargas os intelectuais assumiram diversas tarefas políticas e ideológicas impulsionadas pela crescente intervenção do Estado nos mais diferentes domínios das atividades. Nesse período, a cultura passa a ser entendida como “negócio oficial”, implicando um orçamento próprio, a criação de uma “*intelligentzia*” e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico (MICELI, 1979, p. 142).

No período populista (1945-1964), verifica-se uma ampliação das carreiras reservadas aos intelectuais, ao mesmo tempo em que se tem o recrutamento de novas categorias de especialistas (economistas, sociólogos, técnicos em planejamento e administração). Os bacharéis em Direito procuraram compensar a concorrência das demais carreiras que ganharam notabilidade a partir da gestão de Vargas, transitando em posições administrativas onde eram, por vezes, alojados por força da fluidez que caracterizava sua competência. Por este motivo, recebiam salários melhores do que outros servidores. Estes homens passam a ocupar os altos escalões da carreira de oficial administrativo. Muitos dos quais foram os primeiros secretários do corpo diplomático e consultores jurídicos, como foi o caso de Amado. Ocupando estes cargos, intelectuais como Amado passam a desfrutar das vantagens que os vencimentos mensais de seus encargos conferiam: viagens a estudo, especialização no exterior, possibilidade de acumular os vencimentos, designação para trabalhos extraordinários e participação em comissões e toda sorte de expedientes visando complementar os salários de

base (MICELI, 1979, p. 142). Para Miceli (1979), “a carreira diplomática (...) subsistia como refúgio de letrados bissextos, poetas antiquados, memorialistas mundanos e outras categorias de intelectuais diletantes” (MICELI, 1979, p. 157).

Neste sentido, podemos até mesmo questionar se Gilberto Amado era mesmo tão avesso à política como ele enfatiza em suas memórias, uma vez que por meio de negociações políticas não menos paternalistas que aquelas que circundavam a República Velha, Amado tem a oportunidade de se tornar ministro de carreira, posto que lhe deu a oportunidade de dar continuidade a sua obra literária, com destaque para a escrita de cinco livros de memórias cujo principal objetivo é o de se construir como um intelectual que por sua formação não poderia ser esquecido do cenário social não só da época de sua formação, como também na época de sua produção memorialista. E é com o olhar no presente que Amado olha para o seu passado e chega a constatar que perto do que acontecia no momento da redação de suas memórias o passado tinha se tornado “*Passadinho*”, título de um dos capítulos de *Depois da Política*.

Comecei este capítulo nos primeiros dias de janeiro de 1959, em Paris, enquanto um foguete cósmico dos Sovietes, depois de ter rolado à procura da lua para além da zona do silêncio, se abisma no turbilhão dos astros (...) A própria época que me cumpre evocar, aquele ano de 1933, tão grande encarregado então de destino e de sentido “eterno” para nossa grei – como se encolheu e apequenou (...) Os fatos que trato de reviver, as reminiscências que eles suscitam, o meio e a hora em que produziram, fogem, apagam-se da retina como relevos da paisagem sob o avião em que voamos. Clarões que nos ofuscam tornaram-se réstias fugidias. Estrondos assurdinaram-se em ruídos inaudíveis. O Passado tornou-se... “Passadinho” (AMADO, 1960, p. 199)

Em 1959, a União Soviética deu início à “conquista da lua” com o projeto Luna que enviou várias naves ao satélite. A chamada Guerra Fria divide a ordem mundial entre Estados Unidos e União Soviética que disputam as lideranças ideológicas, territoriais e espaciais, desde o pós-guerra. O mundo que, no passado de Amado, tinha a Europa como modelo de civilização, de comportamentos e de formação dos intelectuais brasileiros passa a ser delineado por novos padrões de sociabilidades cujo modo de vida norte-americano chega ao Brasil pelas telas de cinema. Brasília está prestes a ser inaugurada sob os auspícios do plano de metas de Juscelino Kubitschek. É todo o florescimento do mundo da técnica que Amado ver despontando.

Em quinze anos a Rússia, que não teve nem Copérnico nem Descartes em Laplace, senhora dos espaços, como a ciência a seu serviço, ataca os enigmas do universo. Para utilizar as forças da natureza nas estepes geladas, outrora mudas, onde os mujiques

dormitavam, erguem-se colossais usinas em que os filhos daqueles mujiques, tornados engenheiros e matemáticos, comandam todas as técnicas, inventam técnicas novas, emulando-se na tensão de ultrapassar, graças à teoria as objetivações da prática. A lua banalizar-se-á dentro em pouco em ponto de parada das comunicações planetárias. (AMADO, 1960, p. 201).

A escrita do último livro de memórias de Amado dá-se em meio a um mundo que passa por intensas transformações. A eminente chegada do homem à lua muda a percepção espacial das pessoas. O mundo ganha configurações maiores que extrapolaram o próprio planeta terra. Aquilo que o chamado velho mundo com os grandes mestres ovacionados por Amado demora séculos para descobrir, não conseguindo chegar a tão almejada perfeição humana pelo governo da razão, é alcançado pela União Soviética e pelos Estados Unidos num curto espaço de tempo. Um novo redimensionamento do mundo atua na desconstrução de verdades antes tidas como intransponíveis para intelectuais como Amado.

Se Amado, diferentemente de Alceu Amoroso Lima, não destaca em suas memórias o impacto que a Primeira Guerra Mundial ou até mesmo a Segunda Guerra causou nas sensibilidades de homens que como eles haviam se formado nas bases do ‘intelectualismo puro, a Guerra Fria com suas naves lançadas à lua atua na percepção de que os ideais que constituíram na formação de Amado se tornam ofuscados pelos clarões das naves que eram enviados à lua, o que simbolizava o quanto o século XX tinha alçado vôos mais velozes que o século XIX. Nestas circunstâncias, até mesmo a noção de conhecimento útil à realidade muda. O conhecimento da técnica suplanta o conhecimento humanístico que Amado reivindica para a educação em 1932 e em 1959. Com o passar dos tempos, cada vez mais, o conhecimento é visto sob o ângulo da praticidade capitalista, deixando o saber humanístico à margem na formação dos novos profissionais e intelectuais.

Além disso, a Revolução Cubana de 1959 indica o triunfo da intelectualidade de esquerda em todo o mundo. A figura do intelectual engajado, já presente na tradição francesa (Conf. RODRIGUES, 2005, p. 395-413), ganha maior fôlego. Todas estas circunstâncias são indícios de ruptura com os ideais que tinham formado aquele homem. Ideais que parecem, naquele momento, caírem por terra. Como prêmio de consolação, a Amado é concedido um cargo diplomático que, em grande medida, denuncia a invalidade daquele intelectual que parece não ter mais nada a contribuir frente às novas circunstâncias que despontam como possibilidade de vida. O corpo do intelectual que o autor tinha tanta obsessão em conservar, enquanto um corpo disciplinado, higiênico e racional, agora não parece ser mais necessário a uma nova postura do intelectual que emerge. E apesar de Amado declarar para ele “*agora é*

que o mundo começa”, ele prefere recorrer ao seu passado ou, nas suas palavras, ao seu “passadinho”.

Deixemos uns e outros no seu crer e no seu ansiar. Ouçamos a velha ária. Volvamos ao nosso “passadinho”, às nossas “memórias”, ao que vimos, ao que fizemos, ao que nos deu alegria, ao que nos fez pensar. Prossigamos, sob a tempestade, como a formiga... (AMADO, 1960, p. 201).

“*Volvamos ao nosso passadinho*” proclama Amado. Este chamado é o que o impulsiona a escrever sobre si, a destacar os fatos que lhe deram alegria e assim construir uma versão de si. É toda uma luta contra o tempo que Amado empreende quando escreve cinco livros de memórias, elencando fatos que permitam dar visibilidade e se inventar de novo. Luta que não é só dele, mas de toda uma tradição intelectual que parece, como ele mesmo diz, caminhar sob a tempestade com passos de formiga.

É, neste sentido, que a possibilidade de escrever sobre si se sobressai como alternativa para o não esquecimento, como se as palavras pudessem sedimentar as coisas no tempo e não permitir que elas caíssem no ostracismo. A escrita memorialista de Gilberto Amado funciona como esta maquiagem, esta outra máscara que Amado almeja construir para si: a de um intelectual dotado de disciplina corporal e mental. Um homem que acreditou ser capaz de perenizar tal imagem por meio das palavras na crença de que elas refletem o real. Um homem, porém, que tinha medo de ser esquecido e que participa desta ambigüidade que circunda os enlances das memórias que é também uma prática de arquivamento de si: conservar para não ser esquecido (DERRIDA, 2001). O arquivamento de si sugere a nossa fragilidade diante da corrosão do tempo. As memórias são a presença de uma ausência. Amado escreveu cinco livros de memórias por medo de não ser esquecido. Escreveu memórias na ânsia de inventar uma verdade de si e não deixar que outras memórias sobrepujassem a sua versão e invenção de si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Fui obrigado a falar de mim... dizer como sou...
Escrever memórias não é isto?”
(AMADO, 1960, p. 247)

É propondo o seguinte questionamento que Amado encerra o seu último livro de memórias *Depois da Política*. Escrever memórias, para o autor, seria isso: dizer como ele era ou como ele gostaria de ser visto. Escrever memórias, para Amado, não era como sugere a filosofia nietzschiana se questionar como eu cheguei a ser quem eu sou, mas sim dizer: “o que eu sou.”

A pergunta que Amado tenta responder ao longo de seus livros de memórias está presente em toda uma tradição metafísica que o autor faz questão de lembrar em seus relatos, tentando, desta forma, não condenar ao esquecimento toda uma intelectualidade formada em tal tradição e, principalmente, não se condenar ao esquecimento. Não é toa que a questão da formação intelectual e a sua importância enquanto tal não faz parte só do livro que trata de sua formação no Recife, mas dos demais livros, que, nas palavras do autor, tinham como finalidade compreender “uma vida em seus múltiplos desenvolvimentos” (AMADO, 1960, p. 195).

Neste sentido, o relato de sua formação não está presente só em *Minha Formação no Recife*, as memórias de Amado perseguem tal prerrogativa que ganha caráter de essência, de uma “tara de família” que parece percorrer as entranhas de seu corpo o indispondo contra tudo e todos que pudessem tornar o corpo daquele homem fraco e, portanto, resistível à força do tempo. Sim, porque a necessidade que Amado tem em se auto-afirmar como um corpo higiênico, disciplinado, racional, filho da Primeira e da “nova república, também é uma forma encontrada por aquele autor de dizer: este meu corpo racional é resistente ao tempo. Um intelectual formado nas bases da razão não pode ser esquecido. Ele almeja transcender ao tempo por meio de sua escrita de si, cujo principal objetivo é construir uma identidade para o autor.

Meu espírito, que se formara cedo, e minha têmpera que a luta pusera à prova, equilibravam-se. Não havia cisões dentro de mim; tudo era unido, bem ajustado. Cabeça e coração se entendiam bem. Nada de contradições separando-me ou quebrando-me em pedaços soltos. Nenhum complexo ou recalque. Nada em mim do literato que quer ser interessante, gostos especiais, manias e idiosincrasias gritantes. Nenhuma insatisfação me ficou da infância, intensamente brincada e aproveitada.

Inibição nenhuma restava ancorada na minha subconsciência que se extroverteu logo na puberdade atrevida, totalmente realizada. Como era meu dever de homem para comigo mesmo, preparava-me cedo para suportar a dor, amenizá-la quanto possível, não dramatizar o acontecido, encadear o inesperado na corrente do cotidiano. Minha primeira obrigação ao meu respeito era não deixar o sofrimento me subjugar. Para isso penso que muito me serviu o estudo, o exame das causas das coisas, a boa literatura que explica sem explicar, mostrando só. Naturalmente cada hora me trazia a sua pena, cada dia o seu aborrecimento. Se viver não é fácil, conviver é o diabo. Mas a imaginação servida pela memória ajuda muito; põe entre o que nos acontece e a nossa reação exemplos acontecidos e reações semelhantes. Quem pensa que o seu mal é único, engradece-se por falta de imaginação. Seu mal é de muitos. Não há sofrimento inédito, original. Quase tudo é plágio, réplica, reprodução, imitação. A leitura dos moralistas serve um pouco. A propósito – não há moralistas hoje. Por quê? Porque o indivíduo não se encontra mais nas coletividades em que a solidão perece (AMADO, 1958b, p. 303-304)

Assim é que Amado parece costurar a síntese de sua vida, cingindo-lhe à sua formação intelectual que o ensinou o exame das causas das coisas, servindo-se também da boa literatura que apenas mostra, explicando sem explicar e da própria imaginação necessária ao bom literato. Sua escrita memorialista aparece como redenção, como possibilidade de acertar as contas consigo, veiculando para o leitor a máscara com a qual ele queria se mostrar nos diversos espelhos presentes nas sucessivas viagens que fez em busca do conhecimento de si mesmo.

Assim como Jean Jacques Rousseau que inaugura a autobiografia moderna, dotando o sujeito da autoridade de falar sobre si, de dizer a verdade na primeira pessoa, ancorando, fixando uma dada consciência de si e refugiando-se de tudo que pode ameaçá-lo; Amado sabe que suas escritas ao eliminarem, silenciarem, reorganizarem tudo que os incomodam também denunciam o vazio de seu “eu”. Por isso a autobiografia é uma escrita paradoxal: ao mesmo tempo em que é a “orgulhosa reivindicação da soberania do eu; por outro lado é uma luta interminável contra o desmoronamento desse eu, contra sua radical ausência.” (LARROSA, 2005, p. 25). Amado, como Rousseau, seleciona todas as seguranças que permitiram a consciência sedimentar-se num eu. No caso de Amado, um “eu-intelectual” capaz de lhe oferecer suporte e o equilíbrio entre cabeça e coração, corpo e alma. Um homem indolor, forte, uno.

Eis que antes mesmo de ele ver o tempo correr com tanta voracidade, a razão parece lhe abandonar. E o corpo daquele homem tão ciente de si se vê ceifando outra existência. Por um instante, Amado ver implodir todo o edifício alicerçado pelos sonhos do pai. No mesmo ano de 1915, quando se tornara deputado pelo Sergipe, Amado comete homicídio contra o poeta Annibal Theophílo e vê, por um momento, sua imagem estilhaçada no espelho. Logo ele que detestara se ver em espelhos, pois mirar-se em espelhos grandes, como aqueles do

Recife, e se ver por completo, dava-lhe a sensação do quanto ele era feio. Feio não só fisicamente, mas feio também de alma. Afinal, ele, Gilberto Amado, o ser onisciente, aquele mesmo que tinha nojo das mulheres sifilíticas e da cabrocha de seios frouxos que arrastara sandálias numa pensão no Recife. Ele, Gilberto Amado, filho de família tradicional no Sergipe e na Bahia, assassinou um homem para defender sua honra. Honra de rapazinho sensibílíssimo que ela era e não de um cabra do norte, viril e rude. Isto porque, nas memórias de Amado, a construção de sua intelectualidade também corresponde à negação do modelo do nordestino macho, idealizado por seu amigo Gilberto Freyre e demais regionalistas nordestinos das décadas de 20 e 30 do século XX.

No entanto, mesmo tendo assassinado um homem, Amado devido aos seus conchavos políticos, chega a realizar o sonho do pai e segue a carreira política. Desenvolve, no campo político, o que ele chama de atuação de comparsa, uma vez que, na República Velha, política era sinônimo de conversa e nada se fazia pelo Brasil (AMADO, 1958, p. 83). Mesmo tendo atuado no período político brasileiro conhecido como República Velha, os relatos de Amado em torno do exercício político da época atuam na desqualificação daquela forma de se fazer política. O que é, em grande medida, também uma estratégia utilizada pelo autor para, mais uma vez, afirmar o quanto o seu “eu intelectual”, formado pelos auspícios da razão, o indispunha contra aquele meio, bem como uma maneira encontrada pelo autor de se afirmar como membro ainda necessário à construção da “nova” República e que, portanto, não poderia ser esquecido, justificando assim, seus cargos como diplomata, consultor jurídico e ministro de carreira no governo Vargas.

Mas, eis que o tempo passa e o mundo não é mais aquele no qual Amado se formou. Certezas outrora tidas como intransponíveis, como aquela que acreditava na conquista da perfeição humana pelas vias do progresso e da razão, são aniquiladas pelas duas guerras mundiais que não são contempladas pelo relato memorialístico de Amado, justamente numa tentativa do autor de dizer que todos aqueles ideais civilizatórios que fizeram parte de sua formação não morreram com as guerras.

E eis que o tempo continua a passar e há um momento que nem Gilberto Amado, o todo poderoso sujeito racional, o homem que parecia ter capacidade de se movimentar tanto no passado quanto no presente, pôde dar conta da voragem do tempo, da decrepitude de seu corpo que ele fez tanta questão de lembrar em sua ânsia em conservá-lo saudável e higiênico. E ele, Amado, chega a constatar que o seu passado tornou-se “passadinho” e que ele, como tantas formigas, seus contemporâneos de juventude, estava sumindo na tempestade dos

acontecimentos que pareciam transformar os grandes feitos da “civilização” européia em poeira.

E é, justamente, com o intuito de solidificar o que estava se tornando poeira que Gilberto Amado lança o seu projeto memorialístico de se recompor por meio de suas memórias. Memórias que se substanciam em palavras escritas. Palavras, através das quais, Amado buscou permanecer no tempo.

Neste sentido, é interessante observar como após um esforço enorme para sedimentar uma identidade inabalável e inquebrantável que, praticamente, perpassa todos os seus escritos memorialísticos, Amado nas últimas páginas de seu último livro de memórias escreve que:

É vã tôda tentativa de fixar características pessoais. Nossa atitude íntima, como a do átomo, é tão complexa, tão povoada de nêutrons, de mesons, de íons, de partículas elétricas que se bombardeiam entre si criando e recriando a matéria de que somos feitos, matéria igual a dos sonhos, como dizia Shakespeare, a ondular e a fugir nas indeterminações do instante, que não nos podemos ver nem ninguém nos pode ver como somos de fato (AMADO, 1960, p. 249-250).

No final de sua escrita memorialista, Amado percebe que a escrita denuncia um vazio de si, por isso a produção de cinco volumes de memórias tem um desfecho que talvez nem mesmo o autor pudesse conjecturar: a afirmação de que sua identidade não é tão única e homogênea como ele quis construir. Por um instante, Amado fraqueja, esmorece perante o poder das palavras que parece trair-lhe, descascando e pondo por terra a sua “crosta sergipana”, o seu gosto inato pela literatura e pelo saber de um modo geral, bem como o seu corpo higiênico, saudável e racional. Enfim, a sua fortaleza de total harmonia entre cabeça e coração.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de; LATMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: CORRÊA, Villas-Bôas; GOMES, Ângela de Castro... [et all]. **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 21- 60.

ADORNO, Francesco Paolo. A tarefa do intelectual; o modelo socrático. In: GROSS, Fredéric; ARTIÈRES, Phillippe. Trad.; Marcos Marcionilo. **Foucault: a coragem de verdade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 39-62.

AGRA DO Ó, Alarcon. Introdução: 2008 – rasgar o passado e 1937 – velhice, juventude e política. In: **Velhices Imaginadas: memória e envelhecimento no nordeste do Brasil (1935, 1937, 1945)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia em Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008, p. 11-31, p. 101-143.

ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, 1991, p. 66-81.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 2. ed – Recife: FJN, Ed. Massangana, São Paulo: Cortez, 2001, 340 p.

_____. **Nordestino: uma invenção do falo – Uma história do gênero masculino (Nordeste 1920/1940)**. Maceió: Edições Catavento, 2003, 256 p.

_____. **De amadores a desapaixoados: Eruditos e Intelectuais como Distintas Figuras do Conhecimento no Ocidente Contemporâneo**. Trajetos, Fortaleza/CE, v. 03, n. 06, 2005, p. 43-66.

_____. **Mennocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio**. Natal: 2006a. 13p. Available from Word Wide Web. <http://cchla.ufrn.br/ppgh/durval>.

_____. **História: redemoinhos que atravessam os monturos da memória**. Natal: 2006b. 13p. Available from Word Wide Web. <http://cchla.ufrn.br/ppgh/durval>.

AMADO, Gilberto. **História da minha infância**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

_____. **Minha Formação no Recife**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958a.

_____. **Mocidade no Rio e Primeira Viagem à Europa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

_____. **Presença na política**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958b.

_____. **Depois da Política**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

AMADO, Genolino. **O menino sergipano: memórias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília: INL, 1977, 225p.

AQUINO, Júlio Gropa, OLIVEIRA, Marta Kohl de; REGO, Teresa Cristina. Narrativas autobiográficas e constituição de subjetividades. In: SOUZA, Elizeu Clementino (Org.). **Autobiografias, histórias de vida e formação, pesquisa e ensino**. Porto Alegre, Salvador, 2006, p. 271-286.

ARTIÈRES, Philippe. **Arquivar a própria vida**. FGV, novembro de 1997, p. 01-30.

BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**. Brasília: UNB, 1982.

BRITO, Eleonora Zicari Costa de. **A Criminologia e a Construção de Gênero, Classe e Raça**. (Versão de parte de um capítulo da tese desenvolvida pela autora sobre a forma como os agentes da justiça constroem imagens que buscam significar as jovens e meninas, consideradas delinquentes, com passagem pela Justiça de Menores de Brasília, 2001).

CHARTIER, Roger. Textos, impressos, leituras. In: **A História Cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Garlhado. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

CONSORTE, Josildeth. **Culturalismo e Educação nos anos 50: O desafio da diversidade**. Cad CEDES [online]. 1997, vol.18, n.43, pp. 26-37. ISSN 0101-3262. doi: 10.1590/S0101-32621997000200003.

COSTA, Jurandir Freyre. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999, 282p.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006, 330p.

DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e Filosofia**. Trad. Ruth Joffily Dias e Edmundo Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo**. Uma Impressão Freudiana. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, 130p.

DUSCHATZKY, Sílvia; SKLIAR, Carlos. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: SKLIAR, Carlos; LARROZA, Jorge (Orgs.) Trad. de Semíramis Gorini da Veiga. **Habitantes de Babel**. Políticas e Poéticas da Diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 119-138.

ELUF, Luíza Nagib. A legítima defesa da honra. In: **A paixão no banco dos réus: casos passionais célebres de Ponte Vigueiro a Pimenta Neves**. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 164.

FAUSTO, Boris; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **A década de 20 e a Revolução de 30**. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano Sociedade e Instituições. São Paulo: Difel, 1960.

FORTUNATO, Maria Lucinete. A conceituação do coronelismo na literatura acadêmica e Genealogia do Coronelismo: mediação do discurso político e discurso acadêmico. In: **O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local**. Campinas, São Paulo, 2000, p. 11-65, p. 64-104.

FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...** um caso de parricídio do século XIX, apresentado por Michel Foucault. Trad. de Denize Lazan de Alemida. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? E A escrita de si In: **O que é um autor**. Trad. Antônio Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro, Portugal: Ed. Passagens, 1992, p. 29-87; p. 129-160.

_____. **A Arqueologia do Saber**. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2007.

GAY, Peter. **O coração desvelado**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. “A palmatória era a sua vara de condão: práticas escolares na Paraíba (1890-1920)”. In: FILHO, Luciano Mendes de Faria (Org.). **Modos de Ler e formas de escrever**. Belo Horizonte: Autêntica, 1988, p. 117-140.

GANDRA, Edgar Ávila; SILVA, Admilson José da. **A Orientação político-educacional no populismo e a evolução na estratégia liberal para conter a mobilização operária**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.19, p. 117-133, set. 2005 - ISSN: 1676-2584.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GUATARRI, Félix; ROLNIK, Suely. Subjetividade e História. In: **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996, p 25-73.

HERMANN, Jacqueline. **Canudos destruído em nome da República: uma reflexão sobre as causas políticas do massacre**. In: Tempo. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1996, p. 81-105.

JÁCO-VILELA; KEIDE, Ricardo. “**Mens in corpore**”: o positivismo e o discurso psicológico no século XIX no Brasil. In: Mnemosine. Vol. 1, nº 0, 2004, p. 165-178.

JACKSON, Luiz Carlos. **A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940-1965)**. Tempo soc. [online]. 2004, vol.16, n.1, pp. 263-283.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas**. Trad. Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LEE, Anna. **O sorriso da sociedade: o crime que matou um tempo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas. In: CORRÊA, Villas-Bôas; GOMES, Ângela de Castro... [et al]. **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 133- 203.

MACIEL, S. D. A. A literatura e os gêneros confessionais. In. Publicado em 8/6/2005 no site:<http://www.cptl.ufms.br/pgletras/docentes/sheila/A%20Literatura%20e%20os%20generos%20confessionais.pdf>. Acessado dia 08/07/2006

MARTINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: *História da Vida Privada*. NOVAIS, Fernando (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: v.3- Republica: da Belle époque a era do rádio**. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia?** São Paulo: Brasiliense, 2006, 98p.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo, Rio de Janeiro, Difel, 1979, , 210 p.

_____, Poder, sexo e letras na República Velha; Biografia e cooptação (o estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil); Intelectuais Brasileiros. In: **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 13-68; p. 345- 356; p. 369- 396.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. **Meninos e meninas de rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha**. In: Revista Brasileira de História [online] Set, 1999, vol. 19, nº 37, 13p.

NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luís. O Acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: NAVARRO-BARBOSA, Pedro; SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. **Foucault e os domínios da linguagem: discurso poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 97-130.

OLIVEIRA, Dilma Maria Andrade de. **Legislação e educação. O ideário reformista do ensino primário em Sergipe na Primeira República 1889-1930**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Fundamentos da Educação pela UFSCAR Santa Catarina, 2004.

OLIVEIRA JÚNIOR, Alcidésio. **Penas especiais para homens especiais: as teorias biodeterministas na Criminologia Brasileira na década de 1940.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História de Ciências da Saúde, da casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso, imaginário social e conhecimento.** Em Aberto, Brasília, ano 14, nº 61, jan/março, 1994.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Jornalismo, Literatura e Política.** In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, nº 31, 2003, p. 147-160.

RIBEIRO, Lavina Madeira. **Imprensas e Espaço Público: a institucionalização do jornalismo no Brasil 1808-1964.** Rio de Janeiro: E-Papers, 2004, p. 72-73.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociedade, educação e vida moral e Sociedade, educação e desencantamento.** In: **Sociologia da Educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 19- 57, p. 59-81.

RODRIGUES, Helenice. **O “intelectual” no campo cultural francês. Do caso “Deifrus” aos tempos atuais.** VARIA HISTÓRIA. Belo Horizonte, vol. 21, nº 34: p. 395-413, julho 2005.

ROSSIAUD, Jacques. **A prostituição na idade média.** Tradução de Claudia Schilling. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, 224p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Entre homens de ciencia.** In: **O Espetáculo das Raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Mozart Linhares. **Direito e Medicina no processo de invenção do anormal no Brasil.** In: SILVA, Mozart Linhares (Org.). **História, medicina e Sociedade no Brasil.** Santa Cruz do Sul: Edusc, 2003, p. 13 - 64.

SILVA, Roberto Candido da. **Introdução e João Ribeiro: o historiador interessado.** In: **O Polígrafo Interessado. João Ribeiro e a construção da brasilidade.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da USP. São Paulo, 2008, p. 9-67; p. 83-134.

SOARES, Mozart Linhares. **O Positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte.** Porto Alegre: AGE, 1998.

SOUZA, W. D. **Distritos eleitorais e federalismo na Primeira República. Sociedade e Cultura**, v. 10, 2007, p. 241-252.

TELES, Norma. Escritoras, Escritas, Escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 400-442.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os seus mestres: a Educação no Brasil de Oitocentos**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical: História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil: 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, 207p.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato**. Uma proposta de estudo sobre memória histórica. São Paulo: Hucitec, 1997, 219p.

VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipe (jan. 1845). **Como se deve escrever a história do Brasil**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 6 (24), pp. 381-403.

Site Pesquisado:

Site da Biblioteca Virtual Gilberto Freyre, extraído da Revista Brasileira de Cultura. Rio de Janeiro. a. 1, n. 2, p 131-139, 196.

Periódicos Pesquisados

Jornal O Paíz, 20 de junho de 1915, p. 01-02

Jornal O Paíz, 21 de junho de 1915, p. 01-02

Jornal O Paíz, 22 de junho de 1915, p. 02

Jornal O Paíz, 23 de junho de 1915, p. 01-02

Jornal O Paíz, 24 de junho de 1915, p. 02

Jornal O Paíz, 27 de junho de 1915, p. 03-04

Jornal do Commercio, 20 de junho de 1915, p. 01

Jornal do Commercio, 21 de junho de 1915, p. 02

Jornal do Commercio, 22 de junho de 1915, p. 01

Jornal do Commercio, 23 de junho de 1915, p. 02

Jornal O Século, 21 de junho de 1915, p. 02

Jornal O Século, 23 de junho de 1915, p. 02

Jornal O Século, 26 de junho de 1915, p. 02

Revista O Malho, junho de 1915.